

## **A atractividade dos espaços rurais**

Análise comparativa de opções de dinamização rural

**Ana Filipa da Silva Duarte**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em

**Engenharia do Ambiente**

Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário

### **Júri**

Presidente: Professor Doutor António Jorge Gonçalves de Sousa

Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Sintra de Almeida Partidário

Vogal: Professor Doutor Tiago Morais Delgado Domingos

**Novembro de 2014**

## **Agradecimentos**

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Partidário, por todo o apoio, orientação, partilha, ânimo dados ao longo deste trabalho que possibilitaram terminar a presente dissertação atingido os objetivos definidos.

À Dr.<sup>a</sup> Rute Cegonho, pelo auxílio e orientação e informações prestadas.

A todos aqueles que ao longo desta dissertação se disponibilizaram para colaborar para partilhar informação. Em especial ao Frederico Lucas, à Dr.<sup>a</sup> Tânia Gaspar, ao Dr.<sup>o</sup> Vítor Farinha, ao Arq.<sup>o</sup> João Hipólito e ao Dr. Clara Kalidás.

Aos meus pais e irmã por todo o sacrifício, dedicação, incentivo e confiança dados ao longo do meu percurso académico. Aos restantes familiares que sempre estiveram presentes e me deram alento e carinho nos momentos mais difíceis.

Às minhas colegas de casa, pela partilha, pela amizade, pelos bons momentos vividos e pelo incentivo para terminar a dissertação nas horas mais difíceis.

Aos meus colegas de Ambiente, em especial à Daniela Ferreira, Duarte Magalhães, Francisco de Sá e Ricardo Morais. Por toda a partilha, apoio e amizade ao longo de todo o ciclo académico.



## **Resumo**

O abandono dos territórios rurais é um fenómeno mundial que ocorre desde a revolução industrial, causando graves consequências ao nível da sustentabilidade do território e das desigualdades sociais. Segundo a OMS (2014), 54,0% da população mundial vive, no ano de 2014, em meios urbanos, sendo que a tendência é de crescimento. Em Portugal este fenómeno ocorre desde 1960.

Desde a fundação da União Europeia que a Europa tem desenvolvido políticas para o desenvolvimento da agricultura e a partir da Agenda 2000, especificamente para o desenvolvimento rural. Em Portugal, as políticas das áreas referidas baseiam-se nas diretrizes europeias. Os principais objetivos são desenvolver e ajustar estruturalmente as regiões menos desenvolvidas, melhorar as estruturas agrícolas e desenvolver as zonas rurais.

O desempenho económico dos territórios depende do capital económico, social, cultural e natural. Como os espaços rurais, especialmente os espaços mais remotos, são caracterizados por deterem um baixo capital económico e social, cabe aos restantes capitais o papel diferenciador e dinamizador. Assim sendo verifica-se que o desenvolvimento rural deverá ser feito com base no capital natural e cultural.

Atendendo à tendência global de investimento e políticas incentivadas, a principal forma de atração de população aos territórios rurais será feita, por visitação. Apesar dessa tendência, verificam-se outros modos de dinamização rural que requerem menor investimento.

Identificam-se em Portugal várias estratégias de desenvolvimento rural. Foram analisados projetos turísticos à escala municipal, projetos turísticos à escala supramunicipal e um projeto de migração populacional para territórios rurais. O mais viável no âmbito da análise foi o projeto desenvolvido à escala supramunicipal, pela forma como valoriza as características territoriais e aumenta a oferta. Contudo o custo de investimento face ao projeto de migração é superior. O espaço temporal decorrido desde a aplicação do projeto de migração não permite extrair resultados mais concretos relativamente ao seu sucesso.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento rural, amenidades, atratividade dos espaços rurais

## **Abstract**

The rural territories abandonment is a world phenomenon that has occurred since the industrial revolution, causing serious consequences at the level of the territories' sustainability and social inequalities. According to the OMS (2014), 54% of the world's population lives in urban areas in 2014, and this number is trending up. In Portugal, this phenomenon occurs since 1960.

Since the foundation of the European Union that Europe has established policies for agricultural development and, after the Agenda 2000, specifically for rural development. In Portugal, the policies for the mentioned areas are based on European guidelines. The main objectives are to advance and adjust structurally less developed regions, improve agricultural structures and develop rural areas.

The territories' economic development depends on economic, social, cultural and natural capital. As rural spaces, specially the more remote ones, are characterized by having low social and economic capital, it rests on the remaining capitals the distinctive and dynamizing role. Therefore, rural development should be made on the basis of the natural and cultural capital.

Considering the global investment trend and the policies promoted, the main way of attracting population to rural territories will be, mostly, by visitation. Nevertheless, there are other rural dynamizing methods that require a lower investment.

In Portugal, several rural development strategies are identified. Were analyzed touristic projects at the municipal scale and at the supramunicipal scale, and a project of populational migration to rural territories. The most viable on the scope of the analysis was the project developed at the supramunicipal level, due to how it valorizes the characteristics of the territory and increases the offer. However, the investment cost compared to the migration project is superior. The time space elapsed since the application of the migration project does not allow for the extraction of more concrete results in respect to its success.

**Key words:** Rural development, amenities, rural spaces attractiveness

# Índice

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>II</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>IV</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>V</b>
ÍNDICE DE FIGURAS .....	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	VII
ÍNDICE DE TABELAS .....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS .....	X
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1. OBJETIVOS .....	2
1.2. METODOLOGIA.....	2
1.3. ESTRUTURA.....	3
<b>2. TERRITÓRIOS RURAIS – TENDÊNCIAS E EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>4</b>
2.1. CONCEITO E EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ESPAÇO RURAL .....	4
2.2. O REGRESSO AOS ESPAÇOS RURAIS .....	6
2.2.1. <i>Contraurbanização</i> .....	7
2.2.2. <i>Gentrificação</i> .....	8
2.3. AMENIDADES DO ESPAÇO RURAL.....	10
2.4. DESEMPENHO ECONÓMICO DAS ÁREAS RURAIS.....	13
<b>3. POLÍTICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	<b>17</b>
3.1. POLITICAS EUROPEIAS .....	17
3.1.1. <i>PAC</i> .....	17
3.1.2. <i>Quadros Comunitários de Apoio</i> .....	19
3.1.3. <i>Quadro de Referência Estratégico Nacional</i> .....	20
3.2. POLITICAS NACIONAIS .....	20
3.2.1. <i>Período 1994-1999</i> .....	21
3.2.2. <i>Período 2000-2006</i> .....	21
3.2.3. <i>Período 2007-2013</i> .....	21
3.2.4. <i>Período 2014-2020</i> .....	22
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO</b> .....	<b>23</b>
4.1. REDE ALDEIAS DO XISTO.....	28
<i>Município da Lousã</i> .....	31
Indicadores populacionais .....	31
Indicadores económicos.....	32
Indicadores geográficos .....	35
<i>Município da Oliveira do Hospital</i> .....	36
Indicadores populacionais .....	36
Indicadores económicos.....	37
Indicadores geográficos .....	40
<i>Município da Sertã</i> .....	41
Indicadores populacionais .....	41
Indicadores económicos.....	42
Indicadores geográficos .....	46
<i>Município de Vila de Rei</i> .....	46
Indicadores populacionais .....	46
Indicadores económicos.....	47
Indicadores geográficos .....	51

<i>Comparação dos municípios</i> .....	51
Indicadores Sociais .....	51
Indicadores Económicos .....	52
Indicadores geográficos .....	53
4.2. PRAIA DAS ROCAS .....	55
<i>Indicadores populacionais</i> .....	56
<i>Indicadores económicos</i> .....	57
<i>Indicadores geográficos</i> .....	60
4.3. NOVOS POVOADORES .....	61
<i>Indicadores sociais</i> .....	63
<i>Indicadores económicos</i> .....	64
<i>Indicadores geográficos</i> .....	68
<b>5. COMPARAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>70</b>
<b>6. CONCLUSÕES</b> .....	<b>78</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>81</b>
<b>7. ANEXOS</b> .....	<b>I</b>
ANEXO I – MAPA DAS REGIÕES ONDE OS CASOS DE ESTUDO FORAM IMPLEMENTADOS .....	I
ANEXO II – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REDE ALDEIAS DO XISTO.....	III
ANEXO II - INDICADORES POPULACIONAIS .....	VI
ANEXO III - INDICADORES HABITACIONAIS .....	VII
ANEXO IV – INDICADORES ECONÓMICOS .....	VIII
ANEXO V – INDICADORES DE GEOGRÁFICOS.....	XIII
ANEXO VI - ANÁLISE DAS CANDIDATURAS ÀS ALDEIAS DO XISTO.....	XIV
ANEXO VII - ENTREVISTAS REALIZADAS.....	XVI

## Índice de Figuras

Figura 2-1: Gentrificação e as várias mudanças na comunidade (adaptado de: Nelson, Oberg, & Nelson, 2010).....	10
Figura 2-2: Síntese dos tipos de amenidades segundo o grau de exploração económica (fonte: Ruivo, 2006, adaptado de OCDE, 2002) .....	12
Figura 3-1: Evolução histórica da PAC .....	18
Figura 4-1: Municípios onde se insere a Rede Aldeias do Xisto. ....	27
Figura 4-2: Mapa da Rede Aldeias do Xisto. Representação da rede de aldeia e praias fluviais (Fonte:ADXTUR, 2013) .....	29
Figura A - i: Mapa da Região Norte (fonte:INE, 2013) .....	i
Figura A - ii: Mapa da Região Centro ( fonte: INE, 2013).....	ii

## Índice de gráficos

Gráfico 4-1: Dados da população no município da Lousã. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%). .....	31
Gráfico 4-2: Evolução do n.º de empresas por atividade económica no município da Lousã	33
Gráfico 4-3: Consumo de energia (GWh) por tipo de atividade na Lousã .....	34
Gráfico 4-4: Operações monetárias na Lousã (€).....	35

Gráfico 4-5: Dados da população no município de Oliveira do Hospital. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).	36
Gráfico 4-6: Número de empresas por atividade económica em Oliveira do Hospital	38
Gráfico 4-7: Consumo de energia (GWh) por tipo em Oliveira do Hospital	40
Gráfico 4-8: Operações monetárias em Oliveira do Hospital (€)	40
Gráfico 4-9: Dados da população no município da Sertã. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).	42
Gráfico 4-10: Número de empresas por atividade económica na Sertã	43
Gráfico 4-11: Consumo de energia (GWh) por tipo na Sertã	45
Gráfico 4-12: Operações monetárias na Sertã. Levantamentos em Caixas multibanco e compras através de terminais de pagamento automático, por habitante (€)	45
Gráfico 4-13: Dados da população no município de Vila de Rei. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).	47
Gráfico 4-14: Número de empresas por atividade económica em Vila de Rei	49
Gráfico 4-15: Consumo de energia (GWh) por tipo em Vila de Rei	50
Gráfico 4-16: Operações monetárias em Vila de Rei	50
Gráfico 4-17: Dados da população do município de Castanheira de Pera. População residente total (unidade), população residente com mais de 15 anos (unidade) e índice de Envelhecimento (%).	57
Gráfico 4-18: N.º de empresas por atividade económica em Castanheira de Pera	58
Gráfico 4-19: Consumo de energia (GWh) no município de Castanheira de Pera	59
Gráfico 4-20: Evolução dos valores de levantamentos em caixas multibanco, e das compras por terminais ATM por habitante (€) em Castanheira de Pera	60
Gráfico 4-21: Dados da população do município de Alfândega da Fé. População residente total (milhares de habitantes), população residente com mais de 15 anos (milhares de habitantes) e índice de Envelhecimento (%).	64
Gráfico 4-22: n.º de empresas por atividade económica no município de Alfândega da Fé	66
Gráfico 4-23: Consumo de energia (GWh) por tipo de atividade em Alfândega da Fé	67
Gráfico 4-24: Evolução dos valores de levantamentos em caixas de multibanco e das compras em terminais ATM, por habitante (€) em Alfândega da Fé	68
Gráfico A- i: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da Serra do Açor	iii
Gráfico A- ii: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da Serra da Lousã	iii
Gráfico A- iii: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da zona do rio Zêzere	iv
Gráfico A- iv: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto Entre-os-Rios Tejo e Ocreza	iv
Gráfico A- v: Poder de Compra per Capita dos municípios em estudo	viii

## Índice de tabelas

Tabela 2-1: Principais características das três áreas. Fonte: (Copus & Crabtree, 1996)	5
Tabela 4-1: Indicadores utilizados para a avaliação dos casos de estudo	25



Tabela 4-2: Indicadores dos municípios selecionados.....	52
Tabela 4-3: Indicadores económicos dos municípios selecionados.....	54
Tabela 4-4: Indicadores geográficos dos municípios selecionados .....	55
Tabela 5-1: Indicadores Sociais nos municípios.....	71
Tabela 5-2: Indicadores económicos nos municípios .....	74
Tabela 5-3: Indicadores geográficos nos municípios onde os projetos foram implementados .....	74
Tabela A- i: Variação da População nos municípios onde a Rede Aldeias do Xisto está implementada.....	v
Tabela A- ii: População residente por tipo de movimentos migratórios.....	vi
Tabela A- iii: Nível de escolaridade da população residente com mais de 15 anos sem nível de escolaridade, com ensino básico, 1º ciclo e 2º ciclo .....	vi
Tabela A- iv: População residente com mais de 15 anos com ensino básico 3º ciclo, secundário e superior .....	vii
Tabela A- v: Alojamentos familiares clássicos (n.º) por tipo de ocupação em 2001 e 2011 ..	vii
Tabela A- vi: Taxa de Sobrevivência (%) das empresas nascidas dois anos antes .....	viii
Tabela A- vii: Empresas (N.º) totais e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca .....	ix
Tabela A- viii: Empresa (N.º) Indústria transformadora e alimentar .....	ix
Tabela A- ix: Empresas (N.º) alojamento, restauração e similares e alojamentos .....	x
Tabela A- x: Volume de negócios (M€) das empresas total e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca .....	x
Tabela A- xi: Volume de negócios (M€) das empresas da indústria transformadora e alimentar .....	xi
Tabela A- xii: Volume de negócios (M€) das empresas do alojamento, restauração e similares.....	xi
Tabela A- xiii: Produtos de nome e origem protegidos. Valores de produção e faturação em 2010 e 2011 .....	xii
Tabela A- xiv: Superfície Agrícola Utilizada (ha).....	xiii
Tabela A- xv: Área ardida (ha) total e por tipo de povoamento .....	xiii

## **Lista de abreviaturas**

ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
ASAS	Aldeias Sustentáveis e Ativas
CEMAGREF	Centre National du Machinisme Agricole et du Génie Rural
ETG	Especialidade Tradicional Garantida
IGP	Indicação Geográfica Protegida
DOP	Denominação de Origem Protegida
ERS	Economic Research Service
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA-O	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção de Orientação
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupos de Ação Local
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
INRA	Institut National de la Recherche Agronomique
LEADER	Liaison entre actions de Développement de l'Économie Rurale
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAC	Política Agrícola Comum
PAMAF	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
PDRu	Plano de Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
QCA	Quadro Comunitários de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia



## 1. Introdução

A gestão territorial é essencial para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento económico dos países. Esta gestão deve ter em conta a diversidade territorial para que as atividades económicas e as populações se fixem em toda a extensão do território.

A tendência mundial, desde a revolução industrial é migração massiva para os centros urbanos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2014), em 2014 54,0% da população mundial foi classificada como urbana. Regista-se pela primeira vez uma maioria da população urbana face à população mundial. A mesma organização destaca que o crescimento entre 2015 e 2020 será de 1,8% por ano. As projeções apontam para uma ligeira diminuição da taxa de migração entre 2020 e 2030, enquanto que entre 2020 e 2025 as projeções indicam um crescimento anual de 1,6%, sendo portanto de 1,4% para o período 2025-2030. Os resultados e projeções apresentados estão associados aos países em desenvolvimento.

Relativamente a Portugal, a OMS (2014) revela que na década de 60 35,0% da população vivia em áreas urbanas. Estas áreas cresceram desde então, sendo que a partir do ano 2000 a maioria da população portuguesa é classificada como urbana. Os resultados apresentados seguem a tendência de crescimento das áreas urbanas dos países desenvolvidos prevendo-se que, em 2050, 76,8% da população portuguesa resida nestes territórios.

Para Mateus (s.d.) a política de ordenamento de território não foi capaz de valorizar a diversidade da geografia física e humana do país, produzindo uma minimização e fragmentação da base espacial da economia portuguesa. Associado à falta de capital humano nas áreas rurais, o facto de a produtividade nessas zonas ser menor contribui para a sua contínua marginalização. Segundo dados recolhidos no Eurostat (2014), o valor do PIB nas áreas rurais em Portugal em 1995, representava 44,0% do total nacional. Esta contribuição diminuiu desde então sendo que em 2009 o PIB das zonas rurais equivalia a aproximadamente 26,0% do valor total do PIB nacional. Apesar do crescimento da produtividade para praticamente o dobro nas áreas rurais, nas regiões urbanas a mesma quase que quadruplicou.

As regiões rurais são fulcrais para a subsistência humana. Para além da produção agrícola, produção animal, caça, exploração florestal, pesca, silvicultura e serviços associados a estas atividades (serviços de produção), a sua conservação é essencial para o suporte da vida de muitas espécies animais e no combate às alterações climáticas (serviços de regulação). As valências dos espaços rurais deixaram de ser, pelo menos nos países desenvolvidos, unicamente para atividades agro-silvo-pastoris. A valorização dos serviços culturais (atividades recreativas, espirituais, estéticas, etc.) contribui para a criação de novas alternativas de desenvolvimento regional.

A consciência da importância da conservação das regiões rurais tem crescido, sendo as políticas europeias prova disso. A política agrícola comum (PAC) celebra 50 anos e são muitas as diferenças verificadas. Depois da aposta na modernização e aumento de produção agrícola a PAC evoluiu passando a ter como principal objetivo a sustentabilidade.

A sustentabilidade dos espaços rurais depende do capital económico disponível, assim como do capital social, natural e humano. Os territórios não se produzem sem pessoas, sendo que a mudança de paradigma para “o regressar à terra” pode ter um contributo importante para a economia regional, bem como para a melhoria das necessidades das populações residentes, através do aumento da massa crítica. A evolução das tecnologias de informação e comunicação, bem como a melhoria da rede de transportes facilitam as migrações. Os movimentos pendulares serão um fator que não pode ser dissociado do regresso aos territórios rurais. O espaço rural possui a vantagem da diversidade. Normalmente são territórios caracterizados por paisagens imponentes, por características que são atrativas para, por exemplo, investimentos turísticos ou recreativos.

As formas de dinamização do meio rural são cada vez mais vastas. Seja através da agricultura e de investimentos relacionados com a mesma, seja através da atividade turística ou da descentralização dos núcleos industriais. A principal diferença entre estas estratégias reside na capacidade de fixar população efetivamente. Independentemente do tipo de investimento realizado, a capacidade de promover novas pontes entre pessoas, atividades económicas e questões ambientais será essencial. A sustentabilidade da população depende da sustentabilidade de todo o território, uma vez que o mundo rural precisa de se relacionar com o mundo citadino sem constrangimento, sem o conceito de que é menor.

### **1.1. Objetivos**

A presente dissertação possui dois objetivos.

O primeiro objetivo é perceber se existe, efetivamente, um aumento da procura dos espaços rurais em Portugal e no caso afirmativo quais as características dessa procura.

O segundo objetivo é perceber quais são os fatores que condicionam a dinamização económica e social dos espaços rurais e quais os que promovem o aumento da sua competitividade.

### **1.2. Metodologia**

A metodologia aplicada na presente dissertação baseia-se numa análise indireta. Fundamenta-se num trabalho de pesquisa dos objetivos definidos anteriormente.

Na fase de enquadramento teórico será efetuada uma pesquisa das tendências e opções de desenvolvimento ocorridos no espaço rural no âmbito económico, social e ambiental, a nível internacional e nacional. Além dessa revisão serão analisados indicadores demográficos e económicos.

Relativamente aos indicadores populacionais a avaliação far-se-á segundo resultados apresentados pela Organização Mundial de Saúde, numa perspetiva mundial e nacional. Os indicadores económicos avaliados serão feitos segundo dados recolhidos pelo Eurostat e são a renovação da estrutura etária no setor agrícola e o aumento de oferta turística no espaço rural, através da comparação entre os resultados nacionais com a média dos 27 países na União Europeia.

Será ainda realizada uma revisão do quadro legal que foi aplicado nas últimas décadas, a nível europeu e nacional, e das políticas aplicadas até 2020. A taxa de execução dos fundos comunitários em Portugal também será avaliada para o programa entre 2007-2013, com base no relatório de execução do PRODER.

Relativamente aos fatores que condicionam a dinamização económica e social dos espaços rurais e quais os que promovem o aumento da sua competitividade, através da pesquisa bibliográfica, serão identificadas as principais causas de desenvolvimento e constrangimentos do desenvolvimento rural. Com esta informação serão selecionados de um conjunto de projetos identificados em Portugal, três casos de estudo. A sua seleção será feita tendo em conta a dinâmica proposta por cada projeto, de forma a ter diferentes abordagens ao desenvolvimento rural. Pretende-se comparar projetos que tenham diferentes públicos-alvo (residentes permanentes, novos habitantes, turistas) dado que cada público irá proporcionar diferentes impactes na economia, sociedade e ambiente atingido. O tipo de investimento utilizado, público – fundos comunitários, nacionais, camarários – ou privado também será tido em conta, bem como o tipo de território onde se inserem os projetos.

### **1.3. Estrutura**

A dissertação encontra-se dividida em seis capítulos.

No primeiro capítulo é efetuado um enquadramento da questão que suportou a realização da dissertação, bem como os objetivos definidos para a mesma. Neste capítulo também são delineadas as opções de elaboração da dissertação.

O segundo capítulo debruça-se sobre os Territórios rurais – tendências e expectativas de desenvolvimento e é dividido em quatro subcapítulos. No primeiro é feito um enquadramento geral de como foi a evolução dos espaços rurais, desde a revolução industrial, e das opções para o desenvolvimento dos mesmos. Neste subcapítulo é ainda apresentado o modo como deverão ser as estratégias futuras. No segundo subcapítulo são abordados os movimentos populacionais existentes no território rural. O terceiro subcapítulo identifica as amenidades existentes e o modo de valorização das mesmas. Por último são aprofundados os fatores que influenciam direta ou indiretamente o desempenho económico dos espaços rurais.

No terceiro capítulo são identificadas as políticas europeias e nacionais que foram aplicadas nas últimas décadas, bem como as opções até 2020 para o desenvolvimento rural.

No quarto capítulo é feita uma apresentação de projetos identificados no território nacional, é definida a metodologia de análise dos casos de estudo, e é feita a seleção e caracterização dos mesmos.

No quinto capítulo são comparados e analisados os resultados dos casos de estudo.

Por fim, no sexto capítulo são apresentadas as conclusões retiradas da presente dissertação.

## 2. Territórios rurais – Tendências e expectativas de desenvolvimento

### 2.1. Conceito e evolução das categorias de espaço rural

A forma como os espaços rurais são caracterizados e geridos alterou-se desde a revolução industrial. Caminha-se para uma gestão do território na qual as características endógenas são reconhecidas como agentes diferenciador e o investimento nelas capaz de promover uma economia mais diversificada.

Elands e Wiersum (2001) definem que as áreas rurais são associadas a territórios onde o impacto do Homem no meio é baixo, ou locais onde há uma forte relação entre a natureza e o ser humano, sendo que esta relação traz ao homem produtos necessários para a sua sobrevivência, seja através da produção de produtos agrícolas, da utilização do solo para pastagem para os animais ou da silvicultura.

Existe no mundo rural uma enorme diversidade de características associadas ao estilo de vida das populações residentes, e das características procuradas pelos visitantes. “A diversificação na cultura rural ocorreu devido ao impacto da urbanização nas áreas rurais. Em muitos locais a urbanização resultou numa extensão da área residencial, incluindo o desenvolvimento gradual do setor secundário e terciário. Esta diversificação também está associada à imigração de população da classe média-alta, detentora de um estilo de vida urbanizado, que procura novos serviços rurais” (Elands & Wiersum, 2001).

De acordo com Elands & Wiersum (2001), Halfacree (1993) identifica quatro tipos de definições de ruralidade:

- **Definição descritiva** – A ruralidade é baseada em parâmetros socioespaciais, tais como a densidade populacional, o uso de solo ou o emprego;
- **Definição Sociocultural** – A ruralidade é vista como representativa de um estilo de vida diferente do que é levado nas áreas urbanas;
- **Definição de localidade rural** – Os espaços são produzidos. As áreas rurais representam características próprias das inter-relações entre características espaciais e sociológicas;
- **Representação social** – A ruralidade de um território resulta da perceção que cada indivíduo tem sobre este.

A definição descritiva é utilizada pela UE (que distingue áreas rurais integradas, intermédias e remotas) e pela OCDE para limitar os territórios rurais. Relativamente à definição sociocultural existem dificuldades na quantificação da mesma.

Na tabela 2-1 apresentam-se as principais características das áreas rurais definidas por Copus e Crabtree (1996). Esta caracterização é baseada na definição descritiva.

Segundo, Elands & Wiersum (2001), Glück (1998) define cinco categorias de áreas rurais: áreas rurais remotas, áreas dominadas pelo setor primário, áreas rurais onde o turismo tem muita importância económica, áreas com estrutura económica diversificada e áreas periurbanas.

**Tabela 2-1: Principais características das três áreas. Fonte: (Copus & Crabtree, 1996)**

### **Áreas periurbanas**

- Expansão da população;
- Agricultura próspera;
- Rendimento acima da média;
- Conflitos de uso do solo entre agricultura, indústria, recreação e uso residencial;
- Crescimento económico e populacional cria externalidades negativas (poluição, desenvolvimento de perigos ambientais), ameaçando as amenidades rurais e pressão dos serviços públicos;
- Integradas na economia global pelos turistas;
- Conflitos, sobre as preferências de desenvolvimento, entre a população local e os imigrantes.

### **Áreas rurais intermédias**

- Tendência de migração rural-urbano associada à mudança tecnológica e ajustamento estrutural na agricultura e no crescimento industrial urbano;
- Constantes problemas/ajustes na agricultura desemprego/subemprego rural;
- Crescimento de novas explorações agrícolas de grande escala, mais produtivas;
- Multi-atividades e agroturismo;
- Diversificação da base económica e atratividade residencial.

### **Áreas rurais remotas**

- Baixa densidade populacional, população envelhecida e declínio da população;
- Ambiente físico pouco urbanizado;
- Pobres comunicações com os centros urbanos;
- Elevado custo dos serviços e infraestruturas;
- Base económica pouco diversificada, dependente das atividades primárias;
- Baixos rendimentos;
- Baixa integração com outras áreas;
- Ambiente valioso e preservado;
- Pessoas e culturas minoritárias.

O desenvolvimento das áreas rurais deve ter em conta a sua diversidade. Cordovil (1997) e Covas (2009) defendem que o desenvolvimento rural se deve processar com base nas características dos territórios.

As características que cada território possui devem ser dinamizadas de modo a, como defende Cordovil (1997), melhorar as condições de vida da população residente, através de processos sociais que respeitem e articulem os princípios da eficiência económica, da equidade social e territorial, da qualidade patrimonial e ambiental, da sustentabilidade, da participação democrática e da responsabilidade cívica.

Para Covas (2009) a melhor estratégia para o desenvolvimento rural assenta sobre a valorização mútua do território e dos seus produtos, ou seja, quando um produto é vendido o seu território deverá



estar subjacente assim como o inverso. Com esta valorização para além da promoção da economia valoriza-se a cultura local. Essa valorização ocorre uma vez que nestes espaços os princípios da agricultura multifuncional e da génese de externalidades positivas estão associadas à cultura dos locais.

Partindo deste conceito, Covas (2009) identifica seis versões sobre o desenvolvimento rural. Estas descrições dependem dos fatores económicos, sociais e ambientais existentes no local assim como dos agentes interessados.

- **Rural remoto ou profundo:** determinístico, de abandono progressivo, que conduz ao envelhecimento e à desertificação;
- **Rural municipal ou municipalizado:** municipalista neo-tradicional, que está ligada à promoção de atividades do concelho e ao seu ritual de feiras, festas e mercados, no qual o artesanato e os seus programas oficiais de apoio são os sinais mais claros;
- **Microrrural difuso:** revivalista que se encontra ligada ao trânsito intergeracional e à gestão do ciclo de vida familiar, no qual as pessoas, após idade de reforma regressam à atividade agrícola próximo do local de residência;
- **Rural competitivo ou comercial:** neo-realista, ligada à sociedade de informação e do conhecimento, em subsectores especializados, com nichos de mercado próprio e alto valor acrescentado;
- **Rural exótico ou cosmopolita:** eco-capitalista, que se encontra ligado a grandes empreendimentos, mais ou menos exótica, com origem, muitas vezes, em capital estrangeiro, sem base produtiva própria ou muito reduzida, mas com uma base territorial convertida em amenidade rural;
- **Rural conservacionista:** ligado à política e ao direito de ordenamento e do ambiente em sentido amplo, com uma vigilância cada vez mais apertada das associações desse setor.

A política de desenvolvimento rural diverge dentro da Europa. Por um lado existem países como é o caso da França, que investem numa estratégia “centrada na agricultura, refletindo a multifuncionalidade agrícola. Por outro países como o Reino Unido, que investem no desenvolvimento das áreas rurais considerando o valor que a sociedade lhe dá, havendo uma visão mais ampla dos recursos existentes nestas regiões” (Râmniceanu & Ackrill, 2007). Em Portugal o desenvolvimento rural esteve sempre ligado à produção de monoculturas extensivas, da uniformização do espaço ou seja do investimento na agro-indústria. Esta estratégia, segundo Covas e Covas (2012), não teve em atenção as características do território nacional prejudicando o funcionamento correto do ciclo da água e da matéria orgânica.

## 2.2. O regresso aos espaços rurais

Os movimentos populacionais são usualmente associados à procura de uma melhor qualidade de vida por parte dos migrantes. Na história recente as primeiras migrações estão associadas à revolução industrial, que se iniciou na Inglaterra no século XVIII e que posteriormente se disseminou por todo o mundo.

No caso português a migração para as cidades, ou para o estrangeiro, começou essencialmente nas décadas de 50 e 60 devido, segundo Sousa (1995), à conjugação de três fatores: excedente demográfico, falta de oportunidades e estruturas - económicas e sociais - repulsoras. A dinâmica criada pela conjugação destes três fatores, associada ao crescimento da indústria e de melhores oportunidades trabalho, levou a profundas alterações sociais e demográficas nas regiões urbanas e rurais.

Registam-se, contudo, inversões nas tendências migratórias. Para Hans (2011), Halfacree (2008) define o fenómeno como a saída de habitantes da cidade para as zonas envolventes, ou um processo demográfico e social no qual a população se desloca de áreas urbanas para áreas rurais. Ao êxodo urbano são atribuídos dois fenómenos, a contraurbanização e a gentrificação. Halliday e Coombes (1995) diferenciam o movimento migratório para as zonas envolventes das cidades, dos restantes fenómenos. A este os autores definem como suburbanização, uma vez que contribui para o alargamento dos anéis urbanos.

A suburbanização, como referido anteriormente, está associada à dispersão da população dos centros urbanos para a sua envolvente, havendo um crescimento do desenvolvimento urbano. Para Vasquez (1992) a suburbanização é apresentada como a expressão de uma nova configuração espacial, posterior à urbanização concentrada. Para além do crescimento populacional das regiões suburbanas ocorre também o crescimento de empresas do setor secundário e terciário nestas zonas.

### **2.2.1. Contraurbanização**

A contraurbanização está associada à perda de população e de tecido industrial nos centros urbanos em benefício das regiões rurais, sendo que este fenómeno não ocorre massivamente mas regista-se em várias regiões e países.

Para Calheiros e Duque (2012), a dinâmica de contraurbanização é uma resposta da população à deterioração, física e social, dos centros urbanos que foi intensificada pela melhoria das vias de comunicação, proporcionada pelos avanços tecnológicos, e pela redução das indústrias tradicionais, conduzindo a uma urbanização dispersa e difusa. Este fenómeno contribuiu para o aumento do potencial económico das regiões onde os migrantes chegam, como registado por Stockdale (2006) na Escócia com novas empresas fundadas pelos imigrantes.

Para Halliday e Coombes (1995) na contraurbanização identifica-se uma rutura nos movimentos populacionais com as tendências anteriores, e o forte crescimento ocorre muito além das regiões metropolitanas existentes. "Essencialmente o processo inclui a redistribuição da população das áreas urbanas para as rurais, e o movimento da população de grandes lugares para mais pequenos, levando a um aumento populacional nas áreas rurais" (Dahms & McComb, 1999).

Halliday & Coombes (1995) identificam três movimentos que permitem explicar esta dinâmica: o movimento anti-metropolitano, o movimento anti-urbano e o movimento prórural.

- **Movimento anti-metropolitano** - a mudança está relacionada com questões individuais e familiares, ou com fatores de habitação como é o caso da diferença de preços habitacionais entre as regiões.
- **Movimento anti-urbano** - associado a fatores negativos presentes nos meios urbanos, como é o caso da criminalidade, dos impostos autárquicos mais altos, o mal-estar étnico e social, congestionamento e poluição. O desemprego nas grandes cidades também é um fator de decisão.
- **Movimento prórural** – Tem um destaque diferente dos movimentos acima definidos. A migração para vilas mais remotas demonstra que quem opta por esta migração tem vontade de procurar um melhor ambiente e de um estilo de vida mais tranquilo.

A contraurbanização não é dominada por uma classe específica, segundo Bijker, *et al.* (2012) são registados migrantes de todas as classes sociais. Os autores concluíram também que este fenómeno não atinge apenas faixas etárias mais avançadas, que procuram ter um estilo de vida mais tranquilo, ou regressar às origens. Na Holanda só 16% dos imigrantes têm 65 ou mais anos.

O fenómeno foi registado inicialmente durante as décadas de 70 e 80, nos Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e no Reino Unido. Segundo Halliday e Coombes (1995), os primeiros sinais do fenómeno de contraurbanização, surgiram no Reino Unido e nos Estados Unidos da América no pós-guerra, e segundo Dahms e McComb (1999), Lessinger (1991) atribui à tranquilidade e ao menor custo dos terrenos os principais motivos para a migração registada.

Na Austrália o processo de contraurbanização abrandou, na generalidade, na década de 80. Contudo nas regiões com mais amenidades, como é o caso da zona costeira e nas áreas de montanha, esse movimento continuou a crescer.

No Canadá, a dinâmica de contraurbanização diferiu dos países já referidos. Segundo Dahms & McComb (1999) esta dinâmica só ocorreu em algumas áreas entre os anos de 1976 e 1981., Entre 1981 e 1986 o crescimento metropolitano voltou a ocorrer.

O processo de contraurbanização na Dinamarca, não “é descrito como o movimento populacional das cidades para as áreas urbanas, mas sim entre regiões mais urbanizadas para menos urbanizadas e entre áreas em desenvolvimento e regiões em estagnação ou declínio” (Hans, 2011).

### **2.2.2. Gentrificação**

A gentrificação rural deriva do fenómeno de gentrificação urbana. Este ocorreu inicialmente nas grandes áreas urbanas e foi provocado, segundo Nelson, *et al.* (2010), por um conjunto de fatores incluindo o crescimento da economia baseada em serviços, o aumento de preferência pela vida na cidade, a maior facilidade no arrendamento e também o crescimento de famílias não-tradicionais. Associado à preferência por este estilo de vida por parte classe média ocorre a necessidade da reabilitação dos subúrbios das cidades para fazer face à procura de habitação.

A gentrificação rural é, como os mesmos autores referem, um fenómeno mais recente. O seu crescimento está associado à diminuição dos empregos nos setores tradicionalmente baseados em recursos, o aumento de empresas e postos de trabalho em que a localização não é significativa nos custos, a idade da população, o aumento do valor dado aos tempos de lazer, o aumento de famílias que possuem segunda habitação, assim como a insatisfação com o estilo de vida verificado nos subúrbios das cidades que contribuiu para a percepção de que a qualidade de vida é maior no campo.

O fenómeno de gentrificação é, segundo Nelson, et al. (2010), definido por Hamnet (1984) como um fenómeno físico, económico, social e cultural. Neste tipo de migração os migrantes pertencem à classe média alta, que irão ocupar bairros que anteriormente pertenciam a classes de menores rendimentos. Com esta migração verifica-se a reabilitação e alteração do parque habitacional da zona de destino e alteração dos seus padrões, de forma que os novos habitantes vejam as suas necessidades satisfeitas, Estas alterações valorizam as zonas afetadas. Neste processo comumente também ocorre uma alteração gradual de arrendamento para compra das habitações. Conclui-se que uma consequência da gentrificação é a alteração social dos locais onde o fenómeno ocorre.

As características socioeconómicas dos imigrantes, comparadas com os emigrantes são assinaláveis. “Por exemplo, em localidades com elevadas amenidades de ‘New West’, no oeste dos Estados Unidos da América, as diferenças socioeconómicas entre imigrantes e emigrantes são acentuadas levando a uma reestruturação social. Os rendimentos *per capita* dos imigrantes das localidades de ‘New West’ são 22% maiores que os emigrantes” ( (Shumway & Otterstrom, 2001) in (Nelson, Oberg, & Nelson, 2010)).

As mudanças políticas no planeamento do uso do solo, dos recursos naturais e da paisagem são inevitáveis. “O planeamento proporciona não só o foco na representatividade da classe-média mas um meio pelo qual esta representação pode ser traduzidas em formas espaciais” ( (Murdoch & Marsden, 1996) in (Nelson, Oberg, & Nelson, 2010)).

Na figura 2-1 são apresentadas as principais alterações verificadas nas populações onde ocorre o fenómeno.

A maior diferença verificada entre os dois fenómenos descritos reside na classe social que migra. Na contraurbanização os investigadores identificam população pertencente a todas as classes sociais ao passo que a gentrificação ocorre na população da classe média.



**Figura 2-1: Gentrificação e as várias mudanças na comunidade (adaptado de: Nelson, Oberg, & Nelson, 2010)**

O regresso ao espaço rural será feito, para além das formas descritas, de forma mais pendular. Este comportamento foi identificado por Covas (2012) que defende que a realização de viagens mais frequentes às regiões rurais e a divisão do tempo entre o espaço urbano e rural verificam-se hoje em dia. O fator determinante para este comportamento são as melhores acessibilidades e comunicações, possibilitando aos habitantes a procura do melhor dos dois territórios. Hoje em dia é possível viver a maior parte da semana no espaço urbano e ter-se nas áreas rurais uma exploração agrícola, uma habitação de turismo em espaço rural, uma reserva de caça, etc., conseguindo gerir à distância a sua atividade.

### **2.3. Amenidades do espaço rural**

As amenidades rurais são, segundo a OCDE (1999), definidas como uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais. (...) Estas distinguem-se das características mais vulgares do campo porque lhes é reconhecido valor específico hedónico, social e económico, tornando-se uma base de desenvolvimento destas áreas.

As amenidades rurais têm sido estudadas amplamente existindo três abordagens principais, a da OCDE, a do CEMAGREF e do INRA e por último a da ERS. Todas as abordagens têm como objetivo o desenvolvimento das áreas rurais, a maior e melhor interação dos agentes interessados nos processos e o uso eficiente dos recursos disponíveis.

Segundo Ruivo (2006) a abordagem da CEMAGREF e do INRA recai sobre as dinâmicas territoriais que se relacionam com os múltiplos usos do rural, no quadro da vida das populações e no modo como se integram no ambiente, pilares da evolução dos espaços rurais.

O foco dos estudos da ERS é o valor da preservação das amenidades e o seu benefício social. Segundo esta visão as amenidades rurais podem ser divididas por amenidades ambientais - biodiversidade, manutenção do espaço aberto, vistas cénicas, proteção da bacia hidrográfica, etc. -, amenidades do desenvolvimento rural – rendimento e emprego rural, economia local diversificada, comunidades rurais viáveis - e amenidades sociais – manutenção do modo de vida tradicional, da herança cultural, da estrutura de pequenas quintas.

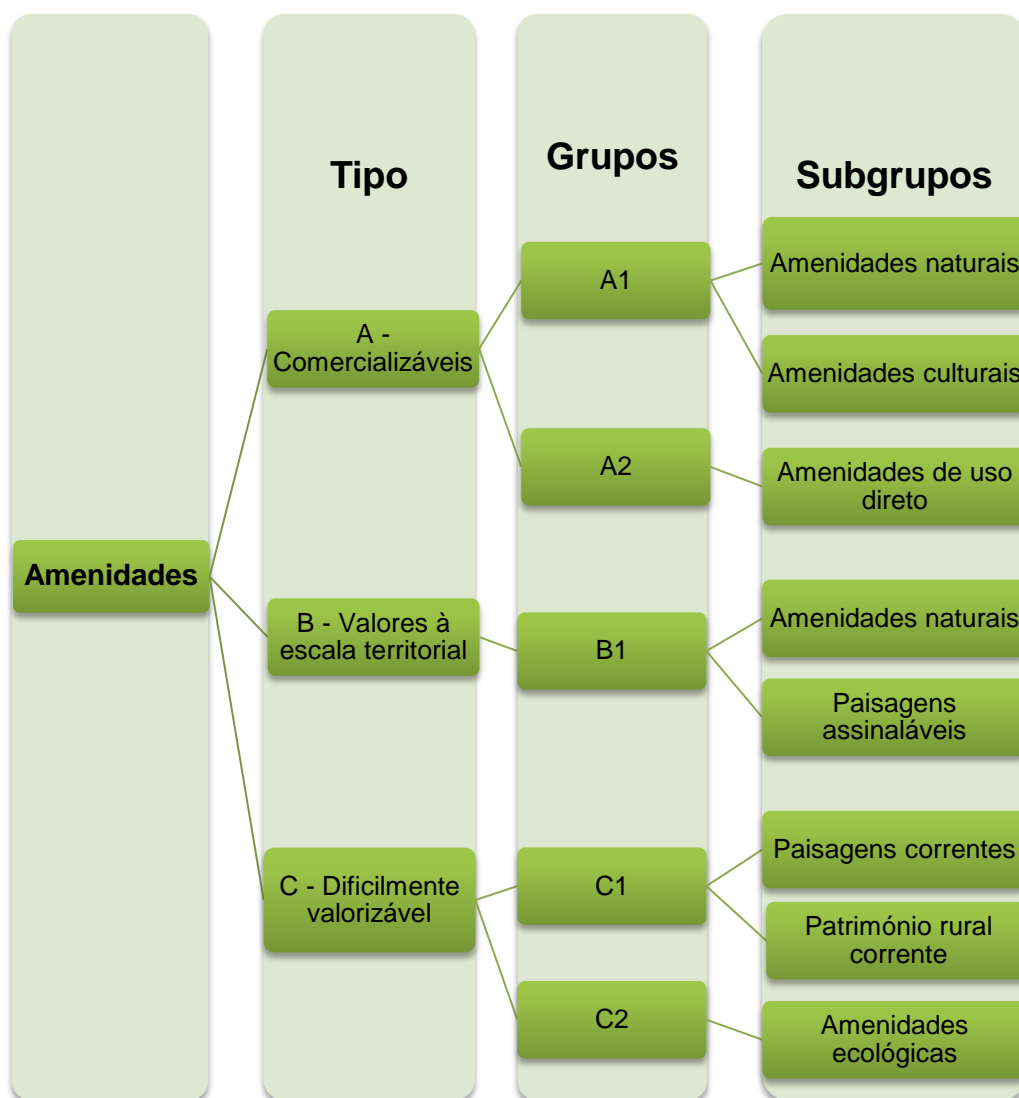
Por último, os estudos da OCDE exploram a caracterização económica das amenidades, a identificação dos instrumentos políticos que podem ser usados - quais são os instrumentos regulamentares e de apoio a atividades realizadas sobre as amenidades -, assim como a descrição de métodos de avaliação de procura e dos benefícios mercantis que ocorrem das mesmas.

A exploração das amenidades pode ser classificada consoante a capacidade de valorização económica da mesma. Quanto maior a possibilidade de valorização económica da amenidade, maior a capacidade de atrair residentes, trabalhadores e empresas e ainda visitantes. A possibilidade de exploração económica de uma amenidade poderá variar com o grau de concentração da mesma, como é apresentado na figura 2-2.

No grupo de amenidade comercializável a OCDE (2002) dividiu em dois grupos A1 e A2. No grupo A1 as amenidades são classificadas como culturais ou naturais e são valorizadas pelas visitas que atraem bem como pelo número de utilizadores. A título de exemplo classificadas como amenidades naturais são os objetos naturais assinaláveis, como é o caso das grutas ou das furnas. Enquadrando-se nas amenidades culturais estão as tradições culturais e o saber-fazer, ou seja, os cantares, as danças, o dialeto próprio de uma região – como o mirandês. O grupo A2 agrupa as amenidades de uso direto em que se pode ainda criar uma exclusividade, pela existência de um produto ou um serviço profundamente associado à amenidade ou pela possibilidade de aquisição da própria amenidade. Neste grupo enquadram-se os espaços de suporte de atividades recreativas, como é o caso das praias fluviais, os trilhos, os rios onde se fazem passeios de barco e atividades radicais.

Relativamente às amenidades valorizáveis à escala territorial, a OCDE (2002) classifica pelo tipo B1, onde surgem as amenidades naturais e as paisagens assinaláveis. Estas amenidades são características que possuem séculos, que são históricas. Estas amenidades são capazes de “vender” o território dado que podem ser o *ex-libris* do território onde se encontram. Como amenidades naturais agrupam-se os sabores naturais e paisagens naturais assinaláveis, sendo exemplo deste tipo e amenidades o vinho do Porto e a Serra da Arrábida. Por último, as amenidades do tipo dificilmente comercializáveis são divididas em dois subgrupos, C1 e C2. As amenidades do tipo C1 estão associadas às características atuais de um território, e a sua valorização é difícil por esse facto. Como são características relativamente recentes, não são vistas com a mesma perceção de singularidade que as amenidades classificadas como B1. Este grupo integra as paisagens correntes e

o património rural corrente. Como paisagens correntes são exemplos os arrozais do ribatejo e como património rural corrente temos as Aldeias do Xisto (património construído corrente) ou o burro mirandês (raças animais de património local).



**Figura 2-2: Síntese dos tipos de amenidades segundo o grau de exploração económica (fonte: Ruivo, 2006, adaptado de OCDE, 2002)**

O grupo C2 congrega as amenidades ecológicas sendo espécies, animais ou vegetais, ameaçadas e os espaços naturais com um valor ecológico bastante acentuado. Apesar do seu valor ecológico reconhecido, são amenidades em que existe a perceção de não uso, sendo no entanto reconhecida a necessidade de conservação, como é o caso do lince ibérico.

As amenidades poderão ser um fator de atratividade dado que podem constituir um fator de diferenciação para os seus beneficiários. Para Ruivo (2006), os fatores que determinam a atratividade que a amenidade poderá ter são, o seu valor - uma vez que a atratividade será tanto maior quanto o valor do seu uso - e a sua concentração no espaço - dado que este é tanto mais atrativo quanto menor a sua disseminação.

## 2.4. Desempenho económico das áreas rurais

O desempenho económico de uma região irá influenciar a sua atratividade para a fixação de famílias e empresas e portanto o seu desenvolvimento. De modo a entender como é que a performance económica varia, de região para região, e de que forma a podemos potenciar é importante perceber quais os fatores que a influenciam. Segundo Agarwal et al. (2009), a performance económica é multidimensional, existindo a influência e interação do capital económica, social, humano, cultural e/ou natural no mesmo tema.

Segundo Martz & Sanderson (2006), Beckley et al. (2002), descreve o capital económico como um capital relacionado com iniciativas que promovam o desenvolvimento económico do território e da comunidade, e é decomposto em duas formas, capital físico ou infraestruturas e capital financeiro”. O capital económico é o investimento efetuado para atingir os objetivos definidos nas atividades económicas.

O capital humano é o valor acrescentado que um trabalhador proporciona à empresa através dos seus conhecimentos e aptidões. Segundo Beckley et al. (2002), este capital pode ser apreendido através do ensino ou de forma informal, por experiência de trabalho e interações sociais, que cada indivíduo vai apreendendo.

O capital social é visto como “um conjunto de redes e regras existentes entre indivíduos que tem como objetivo facilitar a ação coletiva e a criação de resultados específicos” ( Beckley, Nadeau, Wall, & Martz, 2008) citado em (Martz & Sanderson, 2006)). Este capital tem um forte potencial devido à possibilidade de se promover iniciativas que beneficiem todos os residentes, trata-se de um forte impulsionador de uma estrutura política ascendente.

O capital natural é o conjunto de recursos, físicos e biológicos, que estão disponíveis através dos serviços dos ecossistemas e que são disponibilizados à sociedade.

No estudo realizado por Agarwal et al (2009) são identificados como fatores que aumentam a produtividade o investimento e iniciativa, as acessibilidades e infraestruturas rodoviárias (capital económico) e ainda a educação e competências (capital humano). Para que o desempenho económico das empresas em espaço rurais possa ser melhorado, Agarwal et al (2009) defende que se deve fomentar políticas de promoção de um ambiente económico fértil, prevendo-se deste modo a criação de novas empresas, o fortalecimento da atividade económica e ainda a criação de novos postos de trabalho. Exemplos dessas políticas são a redução dos impostos nos espaços rurais. Associado ao desenvolvimento da atividade económica é também essencial estimular o emprego rural.

De modo a valorizar os capitais referidos, melhorando o desempenho económico das regiões rurais, devem-se fazer investimentos-âncora. Estes deverão, para Covas (2007), reunir, virtuosamente os três pares de elementos: ambiente e atividade económica, turismo e lazer, cultura e ciência e tornarão os territórios onde se localizam mais promissores.



A qualidade destes investimentos depende, segundo Covas (2007), da:

- **Multifuncionalidade** - a capacidade do projeto conter, gerar ou potenciar múltiplas funções ou valências, de se ramificar no espaço local-rural, de se autorregular em situações críticas;
- **Reticulação** - a capacidade que os projetos revelam de ligar pessoas, espaços e microdinâmicas, numa espécie de economia de fluxos e itinerância (os investimentos de reticulação);
- **Agenciamento** - a capacidade do projeto em atrair novos promotores, empreendedores e beneficiários, devido à sua carga simbólica, à sua inovação ou ao seu efeito demonstrativo;
- **Sustentabilidade** - a capacidade do projeto em gerar, a curto e médio prazo, as condições do seu autofinanciamento ou, ainda, a capacidade em consolidar projetos adjacentes ou dinâmicas reticulares embrionárias.

Atendendo às diferentes características que o território português apresenta e ao seu clima, o investimento no turismo e em produtos turísticos tem sido grande. Apesar dos maiores investimentos se verificarem nas zonas costeiras e urbanas, existe também investimento no espaço rural através de produtos turísticos.

Através da análise do Eurostat (2014) às infraestruturas turísticas verifica-se que, em 2011, o número de estabelecimentos hoteleiros encontrava-se dividida de forma muito semelhante pelos territórios rurais (33,9%), urbanos (32,4%) e intermédios (33,7%). Os valores apresentados nos espaços rurais nacionais, comparativamente com a média dos 27 países da União Europeia, são semelhantes. A grande diferença reside nos territórios intermédios (42,5%) e urbanos (25,4%).

O número de estabelecimentos hoteleiros no espaço rural entre 2007 e 2012 em Portugal cresceu 6,1%, pelo que, comparativamente com a média Europeia (4,9%), a variação nacional foi superior. Conclui-se que durante o período de análise o investimento no turismo rural tem crescido.

Como acima referido, o capital humano é um fator determinante para o desempenho económico, mais concretamente ao nível do setor agrícola, e a sua renovação é importante para a sua sustentabilidade. Portugal possui um grave problema de renovação da estrutura etária agrícola. Em 2007, 72,1% dos agricultores portugueses tinha mais de 55 anos, contra 2,2% de agricultores com idade inferior a 35 anos, verificando-se um rácio de 0,03. Em 2010, o rácio entre o número de agricultores com menos de 35 anos e de agricultores com mais de 55 anos aumentou, embora muito ligeiramente, 0,04. Estes resultados são muito inferiores à média dos 27 países da União Europeia, uma vez que o seu rácio é de 0,11. Numa análise por todos os países Portugal é o país com maior percentagem de agricultores com mais de 55 anos. Os valores apresentados pelo Eurostat (2014) demonstram que a agricultura não tem sido uma alternativa para os jovens portugueses. A diferença verificada entre 2007 e 2010 poderá indicar que a renovação está a crescer embora de uma forma muito ligeira e sendo associada ao contexto de crise económica. As políticas de apoio aos jovens agricultores poderão estar a impulsionar a renovação

A capacidade dos territórios rurais atraírem população e atividades económicas depende dos fatores anteriormente identificados. É importante identificar concretamente no território nacional quais os fatores que condicionam e potenciam a dinamização rural em Portugal.

Segundo o projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Activas (2013), as principais dificuldades do desenvolvimento rural devem-se a:

- Perda de serviços no meio rural;
- Globalização/isolamento;
- Efeito clientelista no meio político;
- Política pouco diferenciadora;
- Divergência de referências e valores.

O principal objetivo do projeto ASAS foi desenvolver linhas orientadoras para melhor promover o desenvolvimento dos territórios rurais tendo como ponto de partida a participação das comunidades locais. Para melhor compreender a articulação, e consequências, destes constrangimentos, foi realizada uma entrevista com a Dr.<sup>a</sup> Tânia Gaspar que permitiu aprofundar os fatores acima identificados.

A perda de serviços do meio rural incentiva a perda de populações e atividades económicas aumentando o isolamento dos cidadãos destas áreas face ao restante território e às dinâmicas que podem surgir. Por outro lado, a globalização contribui para a perda de características próprias, do saber fazer, das tradições que cada comunidade possui.

Ao nível político foram identificadas duas dificuldades, o efeito clientelista do meio político que dificulta a definição de estratégias, a realização de projetos ou criação de parcerias de ação, e a génese urbana, que a maioria das políticas aplicadas possui mesmo não se adaptando à realidade dos territórios rurais.

Por último é também identificada a divergência de valores e referências que existem entre a população residente e os promotores dos projetos desenvolvidos nesses territórios.

Em contradição, Covas e Covas (2012) identificam os seguintes fatores favoráveis ao desenvolvimento rural:

- A melhoria das acessibilidades e comunicações;
- Maior agenciamento de novos empreendedores;
- Descentralização e a desconcentração aumentam o número e a qualidade dos equipamentos nas pequenas e médias cidades do interior;
- A procura de liberdade e segurança;
- Lugar à imaginação e inovação;
- Novas linhas de investigação e novos produtos;
- Novas estratégias familiares intergeracionais;

- Novas estratégias pluriactivas cidade-campo;
- Uma nova geração de bens públicos rurais;
- Pluralidade e diversidade de agriculturas e agro-culturas.

### **3. Políticas de apoio ao desenvolvimento rural**

Para se promover um desenvolvimento efetivo das áreas rurais foram implementadas várias políticas nacionais e europeias. As primeiras políticas tiveram como objetivo central a industrialização da agricultura, tornando-a intensiva, sendo que na segunda geração o objetivo mudou, tendo em conta que a intensificação da agricultura afastava do equilíbrio essencial entre agricultura-ambiente-sociedade. Atualmente centram-se no desenvolvimento rural através da promoção de multifuncionalidades que as regiões possuem como vantagem económica e social.

#### **3.1. Políticas Europeias**

A primeira política desenvolvida aplicada aos espaços foi a Política Agrícola Comum (PAC). Para além de ser primeira política concebida para o desenvolvimento da agricultura europeia, foi uma das primeiras criadas pelo projeto europeu. Dando apoio às políticas que a PAC aplicou foram criados fundos estruturais para o seu financiamento, entre os quais a iniciativa LEADER. Em 2007 os fundos de apoio ao desenvolvimento rural sofreram uma reestruturação onde resultou a criação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural).

##### **3.1.1. PAC**

Ao longo dos anos a PAC tem sofrido diversas reestruturações e passou de uma estratégia bastante focada na produtividade, na primeira geração, para uma política dirigida para a competitividade e por fim para a sustentabilidade. Na figura 3-1 apresenta-se um esquema simplificado do desenvolvimento histórico da política, com os marcos mais importantes e as mudanças implementadas.

Na primeira fase, no período entre 1957 e 1968, os objetivos foram o estímulo da produtividade dos campos agrícolas, a garantia de um nível de vida equitativo às comunidades, a estabilização dos mercados e a garantia de disponibilidade de alimentos para os consumidores da UE a preços razoáveis. Os incentivos passaram por um sistema de preços de apoio aos agricultores, pela proteção das fronteiras e ainda pelo apoio às exportações (Comissão Europeia, 2012).

Durante as décadas de 70 e 80, face à produção excessiva de produtos, foram adotadas medidas de “corresponsabilização” dos agricultores por excesso de produção - sendo obrigados a pagar multas - a modernização das explorações agrícolas e formação dos agricultores e ainda o incentivo à renovação geracional no setor agrícola.

Os objetivos da reforma de 1992 passaram por melhorar a competitividade da agricultura, estabilizar os mercados agrícolas, diversificar a produção, proteger o meio ambiente e ainda regularizar as despesas orçamentais da UE. O pagamento de apoios aos agricultores mudou, passando a ser dados rendimentos ao produtor em vez de o suporte ser dado ao produto (através de preços) (Comissão Europeia, 2012).

Com a Agenda 2000 a PAC sofreu novamente alterações. Foram incluídos objetivos económicos, sociais e ambientais específicos. A inclusão destes objetivos criou uma nova estrutura com o intuito de preservar a diversidade dos sistemas agrícolas existentes na Europa. Foi também através da

Agenda 2000 que o desenvolvimento rural assumiu um papel importante na política europeia<sup>1</sup> contribuindo para o crescimento de muitas medidas para o desenvolvimento económico e social destas regiões.

Os objetivos da Agenda 2000 eram:

- Maior orientação e competitividade de mercado;
- Segurança e qualidade alimentar;
- A estabilização dos rendimentos agrícolas;
- Integração, na política agrícola, de questões ambientais;
- Desenvolvimento das regiões rurais;
- Simplificação e descentralização;

Em 2003 verificaram-se novas reformas. O objetivo passou por aumentar a competitividade do setor através da promoção de uma agricultura sustentável e orientada para o mercado, assim como pelo fortalecimento do desenvolvimento rural.

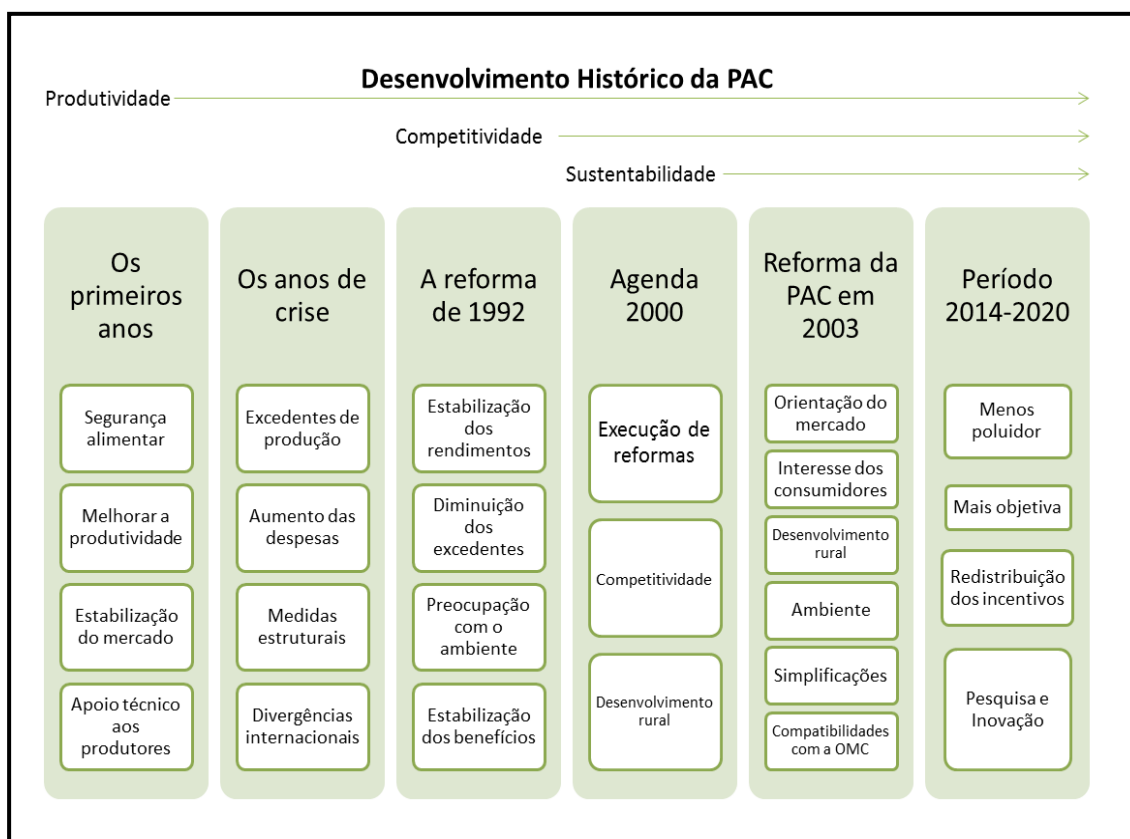


Figura 3-1: Evolução histórica da PAC

O quadro plurianual 2014-2020 insere-se na Estratégia Europa 2020. Os seus pilares assentam no pagamento direto à política de mercados e à política de desenvolvimento rural, sendo que os valores

<sup>1</sup> A partir da Agenda 2000 a PAC foi dividida em dois pilares. O primeiro direcionado para as ajudas diretas e medidas de mercado, e o segundo para o desenvolvimento rural.

destinados ao quadro serão de 362,7 mil milhões de euros, valor inferior ao atribuído no quadro anterior.

Para o pilar de desenvolvimento rural os instrumentos foram simplificados para se concentrar nas seguintes questões estratégicas: apoio à competitividade, à agricultura baseada no conhecimento, à inovação, à instalação de jovens agricultores, à gestão sustentável dos recursos naturais e ao desenvolvimento territorial equilibrado. Para este período Portugal irá receber 8 mil milhões de euros.

### **3.1.2. Quadros Comunitários de Apoio**

Os Quadros Comunitários de Apoio surgiram em 1989 após reestruturação da PAC. Estes quadros correspondem a um conjunto de fundos comunitários, destinados aos países que pertencem à Comunidade Europeia, promovendo o financiamento de medidas que visem o desenvolvimento agrícola e rural. Foram lançados três QCA<sup>2</sup>, sendo que no último Portugal dispôs de 20.530 M€ de fundos.

Os seus principais objetivos eram:

- Desenvolver e ajustar estruturalmente as regiões menos desenvolvidas;
- Converter regiões afetadas pelo declínio industrial;
- Combater o desemprego de longa duração;
- Facilitar a inserção profissional dos jovens;
- Melhorar as estruturas agrícolas e desenvolvimento das zonas rurais (Santos, 2010).

No âmbito do QCA foram criados quatro fundos estruturais que visam atingir a coesão económica e social. São eles o FEDER, que é um fundo vocacionado para o progresso das regiões com menor desenvolvimento, o FEOGA-O, orientado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e áreas de desenvolvimento rural, o FSE, instrumento que concede apoio financeiro a políticas de apoio à educação e formação profissional, promovendo o emprego e a integração no mercado de trabalho, e o IFOP, que é um fundo de financiamento para o setor das pescas.

Em 2003 e decorrente da reforma da PAC, foi lançado um fundo unicamente vocacionado para o desenvolvimento rural, o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

Os programas implementados nos países foram aplicados por projetos de desenvolvimento rural que são constituídos por um conjunto de medidas, agrupadas nos seguintes eixos:

**Eixo 1:** Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal;

**Eixo 2:** Melhoria do ambiente e do espaço rural;

**Eixo 3:** Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural;

**Eixo 4:** LEADER (União Europeia, 2012).

---

<sup>2</sup> QCA I (1989-1993), QCA II (1994-1999), QCA III (2000-2006)

A iniciativa LEADER foi lançada em 1991 e desde essa data existiram três gerações, o LEADER I (1991-1993), o LEADER II (1994-1999) e o LEADER + (2000-2006). Atualmente a iniciativa está inserida no programa FEADER.

O principal objetivo do LEADER é aumentar o desenvolvimento das zonas rurais tirando partido das valências locais, como é o caso do artesanato e dos produtos endógenos, de modo a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nessas zonas bem como resolver os problemas existentes. A dinamização do LEADER a nível local é feita através dos Grupos de Ação Local (GAL) que identificam e aplicam a estratégia de desenvolvimento, assim como têm a responsabilidade de gerir os recursos financeiros que lhes são destinados.

A iniciativa é constituída por sete características:

- Abordagem ascendente;
- Inovação;
- Cooperação;
- Estratégias locais;
- GAL;
- Ação integrada e multissetorial;
- Ligação em rede;

### **3.1.3. Quadro de Referência Estratégico Nacional**

O QREN é um programa plurianual que deu sequência ao QCA III. Os seus eixos de intervenção são os mesmos definidos nos quadros anteriores.

O primeiro período do QREN decorreu entre 2007-2013 estando atualmente em vigor o novo programa que decorrerá até 2020. Para o período 2014-2020 define quatro grandes temas: competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

## **3.2. Políticas Nacionais**

As políticas nacionais para o desenvolvimento rural surgiram com a entrada de Portugal na União Europeia em 1986, até à data os programas existentes eram parcos. Por esta razão, as políticas e opções estratégicas para o desenvolvimento da agricultura e das áreas rurais estão associadas às decisões tomadas ao nível europeu e aos fundos comunitários que delas provêm.

Após a entrada na União Europeia, e durante o período 1986 e 1989, Portugal desenvolveu um conjunto de programas de desenvolvimento nacional no qual a grande opção tomada foi a aposta no investimento em infraestruturas. No período de 1989-1993, e através do primeiro QCA, desenvolveram-se os primeiros planos de desenvolvimento regional, e conseqüentemente medidas diferenciadoras. O programa LEADER I foi aplicado em Portugal.

### **3.2.1. Período 1994-1999**

O Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu) surgiu como instrumento de financiamento à atividade agrícola, sendo o plano de acompanhamento da PAC em Portugal após a sua reforma de 1992.

O Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF) foi um programa que surgiu no âmbito do QCA II com o objetivo de reforçar a competitividade do setor, a preservação dos recursos naturais e do ambiente e a viabilização económica das explorações agrícolas. Os domínios de aplicação do programa eram as infraestruturas agrícolas, o apoio às explorações agrícolas, as florestas, a investigação, experimentação e desenvolvimento, formação e organização e ainda a transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas (Decreto-Lei n.º 150/94 de 25 de Maio, 1994).

### **3.2.2. Período 2000-2006**

Durante este período as políticas nacionais existentes dividiam-se em quatro programas, dois dos quais estavam incorporados no terceiro QCA: o programa *AGRO* – Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural - e o *AGRIS* – Medidas Específicas para a Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O programa *AGRO* inseriu-se no 2º eixo do QCA e o objetivo era preparar a estrutura produtiva para o futuro. O programa *AGRIS* enquadrou-se no 4º eixo do QCA e centrou-se na promoção do desenvolvimento regional e coesão nacional.

O programa *RURIS* estava direcionado para o desenvolvimento rural e resultava da política agrícola comum. Os principais objetivos eram garantir melhores receitas aos agricultores, conservar os recursos naturais e paisagísticos, apoiar as zonas mais desfavorecidas do território a fim de proporcionar uma ocupação ajustada do mesmo, fortalecer a multifuncionalidade e a diversificação das áreas rurais e ainda criar condições para que as explorações agrícolas sejam mais competitivas.

O quarto programa aplicado foi o *LEADER +* que pretendia assegurar a continuação do trabalho desenvolvido na geração anterior.

### **3.2.3. Período 2007-2013**

Os programas foram compilados em apenas um, o *PRODER*. Os seus eixos de intervenção coincidem com os que foram definidos a nível europeu.

Segundo Covas e Coas (2012), o regulamento de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 previu um maior apoio à Rede Natura 2000, manutenção das medidas agroambientais e pagamentos para zonas desfavorecidas, e estabeleceu medidas de apoio à gestão sustentável das florestas (algumas concebidas de modo a promover o valor ecológico), como os pagamentos silvo-ambientais. Foi previsto para o programa um investimento total (público e FEADER) na ordem dos 7.855.796 mil euros, com uma taxa de execução global de 77,0%. Esta taxa de execução resulta da aprovação de 34 mil projetos e os eixos que mais beneficiaram de apoios foram o eixo I e II.



#### **3.2.4. Período 2014-2020**

A estratégia para o desenvolvimento rural no atual período assentará na “autossuficiência, em valor, do setor agroalimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional” (Gabinete de Planeamento e Políticas, 2012).

Os apoios serão concentrados no setor e na produção de bens transacionáveis e dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agrícolas e florestais, através do aumento da concentração da produção e da oferta, e a criação e distribuição equitativa ao longo das cadeias de valor agroalimentar.

A promoção de bens públicos de carácter ambiental e social também será tida e conta, assim como a produção de bens transacionáveis e bens públicos pelo setor agrícola. Estas medidas contribuem para a dinamização de outras atividades económicas no meio rural, associadas ao turismo, gastronomia, lazer, e para a criação de empregos e fixação de população.

## 4. Apresentação dos Casos de Estudo

Atendendo aos conceitos acima revistos foram identificados os seguintes projetos em Portugal.

A rede Aldeias Históricas de Portugal tem como principal objetivo potenciar o turismo e a valorização de atividades económicas, relacionadas com os produtos locais das artes e ofícios tradicionais, das indústrias criativas e, associada às heranças do judaísmo, a dos produtos *kosher*, com grande potencial de internacionalização. O projeto foi concebido no âmbito do II QCA, e consolidado no decorrer o III QCA. É formado por uma rede de 12 aldeias distribuídas pelos municípios, da Beira Interior - Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Fundão, Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Mêda, Sabugal e Trancoso.

O investimento na fixação populacional feita pelos municípios através de uma estratégia que passa pela atribuição de incentivos. Estes são feitos ao mais variados níveis, desde “incentivo à instalação de empresas que gerem postos de trabalho ou pela redução dos custos com a compra de casa, como a isenção de IMT, (...) até à oferta de bolsas de estudo, pagamento das mensalidades da creche, terrenos com infraestruturas a preços reduzidos, arranjos ao domicílio, subsídios à natalidade ou cartões de descontos para jovens e idosos são disso exemplo” (Negócios online, 2012).

O Projeto Querença que pretende criar alternativas viáveis para os territórios de baixa densidade, promovendo ao mesmo tempo emprego de jovens licenciados. O projeto teve início em 2010 na aldeia de Querença no município de Loulé.

A Terraprima é um grupo empresarial vocacionado para a proteção da biodiversidade dos territórios rurais, considerando o papel fundamental que estes territórios possuem no combate as alterações climática. Esta empresa tem sido condecorada com diversas distinções, em 2013 o projeto “Pastagens semeadas biodiversas” venceu o prémio para as alterações climáticas promovido pela Comissão Europeia,

Os Novos Povoadores são um programa fundado no início de 2007, e que pretende reduzir as desigualdades verificadas entre as áreas urbanas e as áreas rurais através da captação de massa crítica e seus projetos empresariais para o espaço rural.

O projeto Aldeias do Xisto pretende através de uma rede de aldeias com características próprias promover a região interior Centro. A rede é constituída por 27 aldeias distribuídas por 16 municípios de quatro sub-regiões - Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul. O projeto teve início no ano de 2001 e o seu principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas aldeias através do aproveitamento do potencial turístico da região.

O desenvolvimento do município de Castanheira de Pera está assente no turismo, tendo como grande destaque a Praia Fluvial das Rocas. Este complexo com aproximadamente 1km de extensão inserido na ribeira de Pera possui um conjunto de valências que o tornam único na região Centro do país.

A seleção dos projetos que serão alvo de estudo será feita tendo em conta a dinâmica proposta, de forma a ter diferentes abordagens de desenvolvimento rural, e perceber quais os principais impactos económicos, sociais e geográficos obtidos por essa abordagem.

Por um lado pretende-se analisar abordagens direcionadas para o turismo. Uma estratégia de desenvolvimento direcionada para o turismo a nível municipal e outra que se aplique a nível supramunicipal de modo a perceber quais as diferenças entre as diferentes abordagens. Os público-alvo nestas estratégias serão essencialmente os turistas, contudo os habitantes da região onde as estratégias são aplicadas serão também afetados direta ou indiretamente.

Por outro lado importa abordar uma estratégia de desenvolvimento rural assente no conhecimento, no desenvolvimento de medidas de promoção da economia através da criação de valor acrescentado dos produtos endógenos. Esta abordagem terá essencialmente como públicos-alvo os residentes locais e os investidores.

Será tido em conta o tipo de investimento utilizado, se é investimento público, comunitário, nacional – e nestes casos quais os programas que financiaram -, comunitário ou investimento privado.

Atendendo à classificação de Copus e Crabtree (1996), serão selecionados para análise projetos que estejam a ser implementados em áreas rurais remotas.

Dos projetos identificados, e tendo em conta as condicionantes acima mencionadas, a estratégia de desenvolvimento rural assente no turismo a nível municipal será o projeto Praia das Rocas.

Relativamente ao desenvolvimento rural assente no turismo mas com uma base supramunicipal, entre a rede Aldeias do Xisto e a Rede Históricas, foi selecionada da rede Aldeias do Xisto pois é mais extensa geograficamente.

Por último a estratégia de desenvolvimento rural assente no conhecimento e na criação de novas oportunidades económicas com base na inovação entre a abordagem elaborada pelos Novos Povoadores e a abordagem do projeto Querença, foi selecionado os Novos Povoadores uma vez que é mais antigo.

A análise dos casos de estudo foi feita segundo os indicadores apresentados na tabela 4-1, a sua seleção baseia-se nos capitais que influenciam o desempenho económico dos espaços rurais, identificados no subcapítulo 2.4, e nos principais movimentos populacionais verificados no território e identificados em 2.2. Será feito um levantamento das amenidades rurais identificadas no território onde os casos de estudo são implementados, e classificadas pelas categorias presentes no subcapítulo 2.3.

**Tabela 4-1: Indicadores utilizados para a avaliação dos casos de estudo**

Indicador	Indicadores	Fonte	
Social	População residente (n.º de habitantes)	PORDATA	
	Índice de Envelhecimento (%)	INE	
	Nível de escolaridade da população (n.º de habitantes)	INE	
Económico	Parque habitacional (n.º de alojamentos)	INE	
	Poder de Compra <i>per Capita</i>	INE	
	Meio empresarial	Empresas (n.º)	INE
		Volume de negócios das empresas (M€)	INE
		Taxa de sobrevivência (%)	INE
	Energia consumida por tipo de consumidor (GWh)	INE	
	Produtos de nome e origem protegidos (n.º de produtos)	Relatório GPP, MAMOT	
	Operações financeiras (€)	INE	
Geográficos	Classificação PNPOT	PNPOT	
	Amenidades valorizadas	Ruivo	
	Superfície Agrícola Utilizada (ha)	INE	
	Área Florestal ardida (ha)	ICNB	

Os indicadores populacionais foram avaliados nos anos de 1960, 1981, 2001 e 2011. No anexo II podem ser consultados os indicadores da população residente e do nível de escolaridade com todos os parâmetros e a relação entre estes dois indicadores.

A população residente foi selecionada para avaliar qual a variação no período em análise e as principais tendências migratórias em cada município. A capacidade de renovação da população é avaliada através do índice de envelhecimento e o nível de escolaridade da população é avaliado para analisar qual o capital humano existente em cada município.

Relativamente aos indicadores económicos o espaço temporal utilizados para a análise não é o mesmo, contudo a avaliação concentra-se entre 2001 e 2011.

A variação do parque habitacional é, segundo o fenómeno de gentrificação, um indicador do aumento ou renovação da população. A variação do parque habitacional – divida por número de alojamentos ocupados e vago – é avaliada entre 2001 e 2011. A divisão do parque habitacional, segundo o tipo de ocupação, é feita de modo a analisar que tipo de movimento está associado à variação do parque habitacional, uma vez que no subcapítulo 2.2 são identificados além da gentrificação outras formas de regresso aos espaços rurais, como é o caso das segundas habitações.

O capital económico referido no subcapítulo 2.4, é avaliado através dos indicadores do poder económico *per capita*, do meio empresarial e das operações financeiras. O poder de compra *per capita* é analisado de forma a perceber qual o impacte dos projetos implementados na capacidade de consumo da população. A análise é feita para o espaço temporal entre 2002 e 2011.

Relativamente ao meio empresarial o objetivo é entender se os projetos conseguiram dinamizar a atividade económica, mais detalhadamente nas áreas da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, na indústria transformadora - concretamente na indústria alimentar e na área do alojamento, restauração e similares. As áreas de atividade económica referidas são aprofundadas uma vez que são as atividades que têm maior investimento por parte das políticas de desenvolvimento rural em Portugal. A avaliação tem em conta o número de empresas e o volume económico das mesmas, sendo que a análise remonta ao período entre 2004 e 2012. Além da avaliação do número de empresas e o seu volume de negócios a taxa de sobrevivência das empresas (a dois anos) é também analisada através da média dos dados disponíveis entre 2006 e 2012.

O consumo de energia, em GWh, por tipo de consumidor – entre 1994 e 2012 – reflete as alterações do consumo dos municípios em relação às suas atividades mais importantes. Este indicador poderá refletir alterações nos municípios devido aos projetos aplicados.

Os produtos tradicionais com nome e origem protegidos são produtos reconhecidos a nível nacional e europeu pela sua origem, forma de fabrico e autenticidade face aos restantes produtos de mercado. Estes produtos adquirem uma importância económica interessante em regiões fragilizadas, tornando-se um atrativo adicional aos projetos existentes. A avaliação é feita através da análise dos valores de produção obtidos através do Inquérito aos Agrupamentos Gestores de Produtos DOP/IGP/ETG do Gabinete de Planeamento e Políticas, dos anos 2010 e 2011. Estes produtos são considerados amenidades do espaço rural do tipo B1 como classificado em 2.3.

As operações financeiras referem-se aos valores, em euros, levantados em multibancos e o valor das compras efetuadas em terminais de pagamento automático, por habitante. Estas operações são indicadores das alterações no comportamento dos consumidores bem como o impacte que os projetos têm no território em relação a estas operações. O período de análise é de 2001 até 2013.

Foram considerados quatro indicadores geográficos e que pertencem ao capital natural A caracterização PNROT do território onde os projetos estão implementados, uma vez que o Plano define as linhas mestras para o ordenamento do território nacional.

As amenidades rurais valorizadas são identificadas e classificadas segundo o seu potencial de valorização que se encontra descrito no subcapítulo 2.3 de forma a avaliar a sua integração nos projetos.

A seleção da superfície agrícola utilizada de forma a perceber quais as alterações verificadas ao nível das estruturas agrícolas entre 1989 e 2009.

Por último, a seleção das extensões de área ardida de forma a entender qual o impacte dos projetos na proteção do território aos incêndios florestais. Esta análise decorre no espaço temporal entre 1981 e 2012, sendo selecionado o valor mais elevado no período em análise.

Para perceber a sensibilidade dos projetos serão realizadas entrevistas em todos os casos de estudo, feita uma avaliação do investimento feito em cada um deles, bem como qual o eixo estratégico a que o investimento se inclui.

Uma vez que os projetos estão apresentados em diferentes escalas a avaliação dos dados será feita a nível municipal.

Relativamente à rede Aldeias do Xisto, serão selecionados quatro municípios. Como esta rede se encontra organizada em quatro grupos, nos quais as aldeias partilham características comuns, a seleção é realizada através da comparação dos municípios pelos grupos geográficos – como pode ser consultado na Figura 4-1 sendo eleito um município de cada grupo.

Da seleção inicial, exclui-se da avaliação os municípios de Castelo Branco, Fundão e Covilhã dado que, atendendo às suas dimensões, possuem fatores económicos e sociais com impacte muito superior ao projeto Aldeias do Xisto.

Os municípios selecionados são aqueles onde houve registo de um aumento da população ou onde a diminuição foi menos acentuada, entre os dois últimos recenseamentos da população - período o qual se iniciou o projeto Aldeias do Xisto – e apresentado na tabela A-i.

O município onde se verifica um aumento da população foi Vila de Rei. Os restantes municípios onde existem aumentos populacionais, o fenómeno já se tinha verificado anteriormente. Verifica-se que entre os dois últimos processos de recenseamento ocorreu em alguns municípios, uma diminuição menos acentuada da perda de população, como se observa no anexo II.

Atendendo a estes pressupostos foram selecionados para análise o município da Lousã, o de Oliveira do Hospital, da Sertã e de Vila de Rei. A sua análise foi feita individualmente e depois compilada.



Figura 4-1: Municípios onde se insere a Rede Aldeias do Xisto.

## 4.1. Rede Aldeias do Xisto

O “Programa das Aldeias do Xisto” tem como medidas fundamentais a recuperação das tradições, a valorização do património arquitetónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente. As medidas aplicadas serviram para transformar a zona num polo turístico dinâmico que consegue atrair investimento e visitantes. Os seus principais vetores são:

- **“Crescimento e Sustentabilidade** da marca turística emergente «Aldeias do Xisto» no mercado nacional e internacional e todas as submarcas associadas (ex.: lojas, praias, percursos verdes);
- Utilizar a notoriedade da marca para à volta dos recursos endógenos atrair, orientar e valorizar **novos investimentos e investidores**;
- Apostar fortemente na **inovação, valorização humana**, e cooperação como forma de criar novos serviços, novas atrações, novas oportunidades de investimento, concentrar capital de conhecimento no território e equacionar formatos e soluções específicas para o Pinhal Interior;
- **Reforçar e melhorar o sistema de governança** da parceria local e aprofundar e qualificar o modelo de cooperação técnica previsto.” (ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, 2009).

Segundo a classificação de Covas (2009), apresentada em 2.1, a estratégia de desenvolvimento rural da rede é do tipo rural exótico ou cosmopolita uma vez que a rede se converteu numa amenidade do território e possui uma base produtiva própria.

A ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto é responsável pelo projeto. Possui parcerias com municípios (cerca de 21) da região Centro e com operadores privados (100 no total).

O programa de ação do projeto é composto por sete projetos âncora:

- Regeneração Urbana das Aldeias e Revitalização do Património Rural construído;
- Programa de Valorização Turística;
- Plano de Animação;
- Plano de Marketing & Comunicação Territorial;
- Centro de Valorização e Inovação;
- Rede Lojas Aldeias do Xisto;
- Rede Praias Fluviais das Aldeias do Xisto;
- Projetos complementares:
- Programa de Valorização Ambiental dos Recursos Naturais;
- Programa Visitação de Vilas do Xisto e Plano de Mobilidade Pinhal Interior.

Dos contactos efetuados com a ADXTUR procurou-se quantificar os resultados efetivos da implementação da rede na fixação e captação de novos habitantes e na implementação de novas empresas. Segundo a ADXTUR não existiam, à data, valores apurados. Contudo as suas previsões apontavam para:

- A implementação de mais de 1000 postos de trabalho diretos na região até 2013;
- Disponibilidade de mais de 500 camas de turismo em espaço rural;

Prevê-se que existam mais de 120 entidades envolvidas, a sua maioria privadas. O investimento é feito pelas entidades públicas e privadas, sendo que no arranque da rede 65,0% do valor total teve origem em fundos comunitários.

O investimento não se resume apenas ao turismo, também há investimento nos produtos regionais, transformação alimentar e ainda investimentos culturais e integração da cultura e do saber fazer.

O número de visitantes tem crescido ao longo do tempo, em 2008 foram registadas 10.000 dormidas, e em 2012 45.000. Verifica-se um aumento do número de dormidas na ordem dos 450% em 4 anos. Os turistas não são apenas nacionais, dos 45.000 registados estima-se que 7.000 sejam estrangeiros.

O investimento efetuado foi suportado pelos programas disponíveis no III QCA, ou seja, PRODER (12,0%), POPH (2,0%) e FEDER (86,0%). Do valor total de investimento em todos os projetos, âncora e complementares, foram investidos cerca de 146.932.010 €, sendo o investimento público na ordem dos 27,0% e privado de 73,0%. Todo o investimento efetuado foi patrocinado pelos três programas referidos, quando se refere que os investimentos foram privados deve-se ao facto de a candidatura aos fundos ter sido efetuado de forma individual e não como uma entidade.

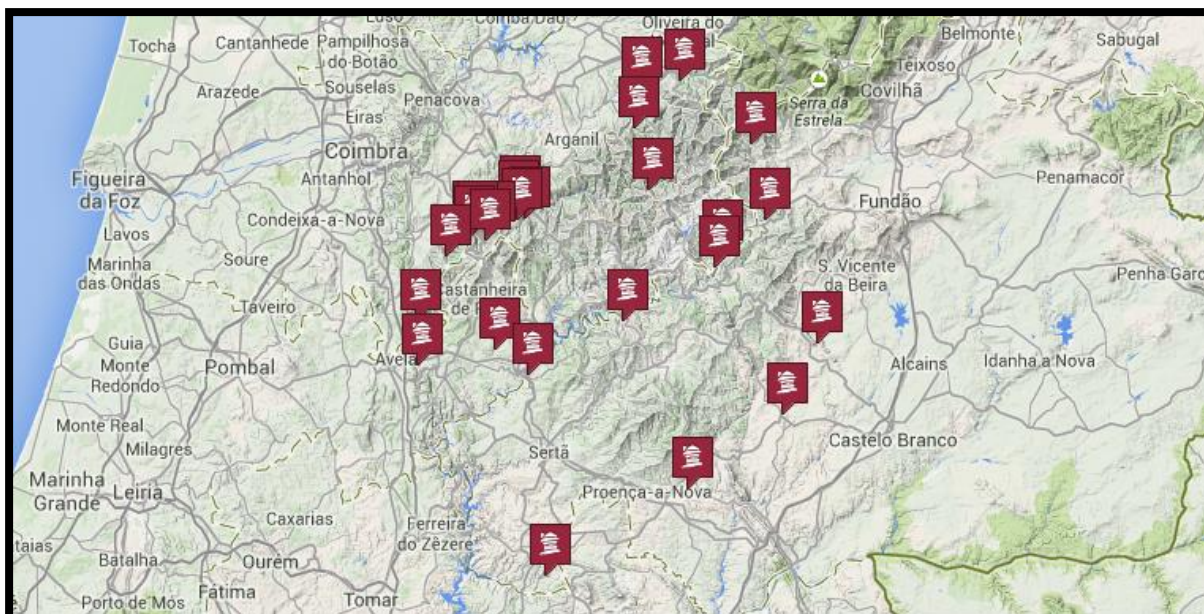


Figura 4-2: Mapa da Rede Aldeias do Xisto. Representação da rede de aldeia e praias fluviais (Fonte:ADXTUR, 2013)



Relativamente às Aldeias do Xisto, foram realizadas entrevistas ao Dr.º Vítor Farinha, técnico de turismo no município da Sertã, e ao Arq.º João Hipólito, técnico no Gabinete de Apoio Técnico do município da Sertã. Foram ainda efetuados contactos por correio eletrónico com a ADXTUR.

Relativamente à integração da Sertã na rede Aldeias do Xisto esta foi feita pela adesão da Aldeia de Pedrogão Pequeno. A loja existente na freguesia é gerida pela empresa de animação turística Trilhos do Zêzere, a qual também é responsável pela grande parte de animação turística.

Pedrogão Pequeno é uma aldeia com um hotel e uma residencial, possuindo ainda dois restaurantes, um dos quais está inserido no hotel. Possui também três cafés - desde de que a aldeia foi integrada no projeto ocorreu um encerramento.

Segundo o Vítor Farinha, desde o início do projeto verificou-se um aumento dos turistas, não só na aldeia mas também no restante município. Para além de Pedrogão Pequeno estar integrada na rede, a praia fluvial da Ribeira Grande é parte da rede de praias fluviais, com estas praias a apresentarem uma dinâmica importante durante o verão.

O município fez um investimento importante em relação aos produtos endógenos contribuindo para o aumento dos turistas. Exemplo desta promoção é o festival gastronómico do Maranho e do Bucho e o investimento no artesanato de modo a captar massa crítica. O Dr.º Vítor Farinha identifica como produtos endógenos de importância municipal o azeite, o mel, o medronho e ainda os caprinos, para além das praias fluviais.

De modo a rentabilizar infraestruturas que se encontram abandonadas, foram convertidas escolas primárias em habitação coletiva.

A entrevista ao Arq.º João Hipólito foi realizada de modo a perceber qual a intervenção realizada em Pedrogão Pequeno. Os projetos selecionados para intervenção tiveram em conta a caracterização feita por parte dos municípios, respondendo às informações solicitadas pelo promotor. As informações solicitadas encontram-se no anexo VI.

Foram recuperadas 23 habitações no valor global de 150.000 €, 30% deste valor foi investimento particular. As intervenções habitacionais foram fundamentalmente na recuperação das fachadas, de modo a uniformizar o casario da aldeia.

Relativamente às ruas e espaços públicos a reabilitação recaiu fundamentalmente sobre a colocação do sistema de saneamento e na reabilitação do mercado da aldeia.

## Município da Lousã

### Indicadores populacionais

O município da Lousã regista aumentos populacionais desde 1981, como se observa gráfico 4-1. Entre 1981 e 2001 a população residente cresceu 17,3%, e no período entre 2001 e 2011 aumentou 10,5%, totalizando 17.604 habitantes.

Através da tabela A-ii, verifica-se que o principal movimento populacional ocorrido em todo o período de análise é a população que não mudou de município, representado 95,9% da população total da Lousã. Apesar de muito menos significativo, assinala-se a migração e população proveniente de outros países que cresceu em todo o período de análise. Em 2011 foram registadas 109 pessoas.

O índice de envelhecimento da população, em todo o período de análise, teve o maior agravamento entre 1981 e 2001 – o índice quase duplicou, passando dos 67,8% para os 108,3%. Entre 2001 e 2011 o crescimento deste índice foi menos acentuado fixando-se em 113,6%.

Pela análise da tabela A-iii verifica-se que em 2011 não existe um nível de escolaridade que se destaque em larga medida dos restantes. Apenas 8,9%, ou seja 1.314 pessoas com mais de 15 anos, não tem qualquer nível de escolaridade. O nível de escolaridade mais frequente é a população com o 1º ciclo, 28,1% da população. Relativamente ao nível de escolaridade mais elevado considerado, curso superior, este é detido por 11,6% da população, ou seja 1.720 pessoas.

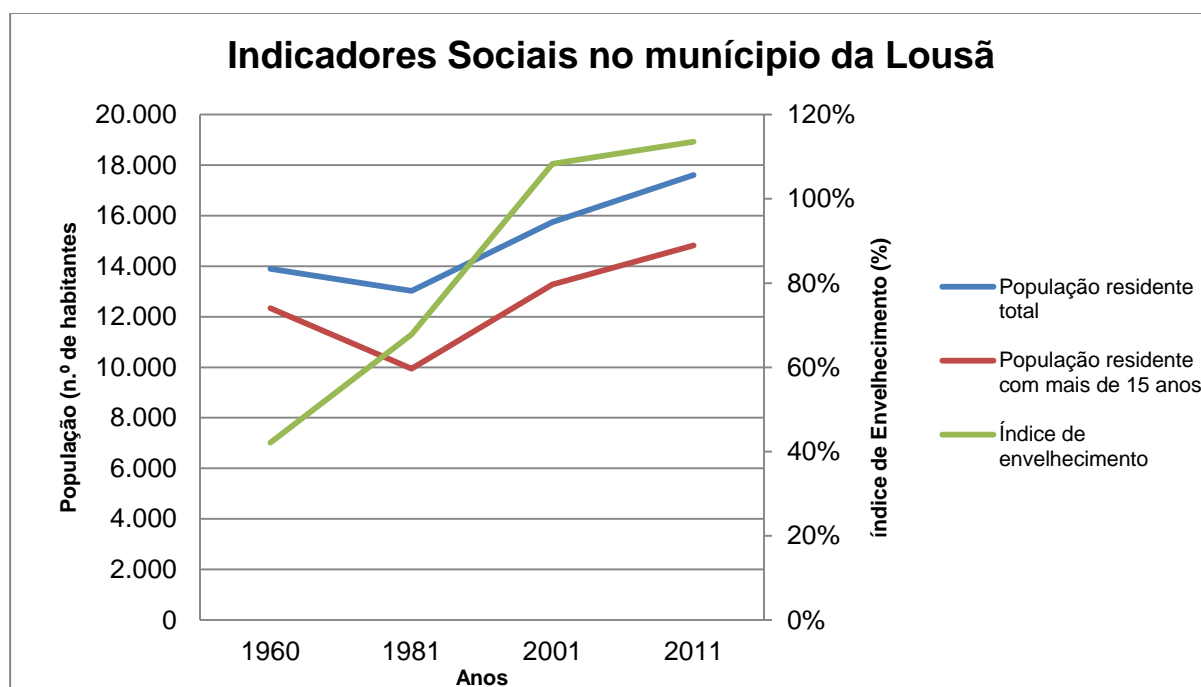


Gráfico 4-1: Dados da população no município da Lousã. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).

## **Indicadores económicos**

### **Parque habitacional**

O número de alojamentos familiares cresceu 21,1%, totalizando 10.568 alojamentos. Deste total, contabilizado em 2011, 80,4% encontra-se ocupado e apenas 19,6% está vago.

A taxa de ocupação cresceu nos dois tipos. A ocupação como residência habitual cresceu 16,2% e a ocupação como residência secundária aumentou 11,0%.

A Lousã, sendo o município com maior aumento populacional, também é o município que teve um maior aumento do número de alojamentos familiares e uma menor variação dos alojamentos de habitação secundária.

Relativamente aos alojamentos vagos, foram totalizados 2.072 alojamentos que correspondem a um aumento entre 2001 e 2011 de 41,2%.

### **Poder de Compra *per capita***

O índice de Poder de Compra *per capita* da Lousã fixou-se, em 2009, nos 80,07. Este valor é o mais elevado desde 2002, sendo bastante superior ao registado na sub-região do Pinhal Interior Norte (67,42).

### **Meio empresarial**

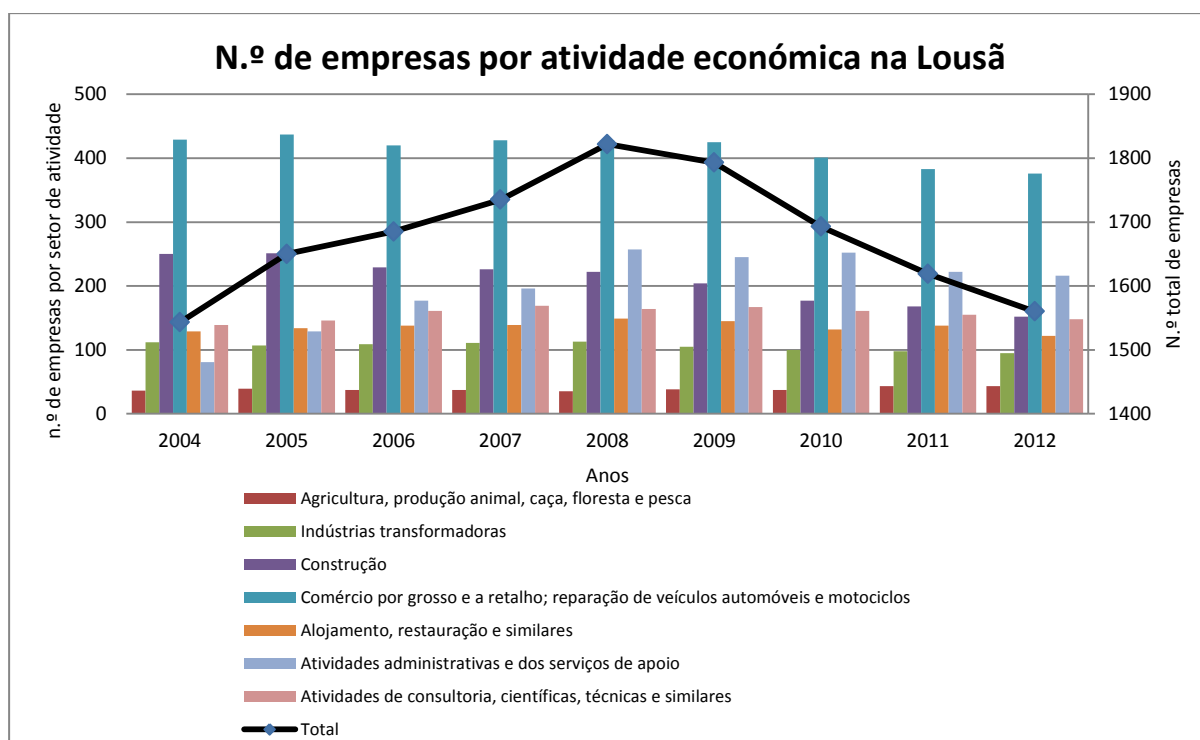
A evolução do número de empresas ao longo do período de análise teve duas fases, entre 2004 e 2008 verificou-se um aumento – sendo o seu máximo 1.822 - e após esse ano o número de empresas diminuiu até atingir o valor de 1.560 empresas em 2012.

Relativamente às empresas do setor primário não se verifica um crescimento constante ao longo do período. O setor apresenta uma média de 38 empresas durante os anos analisados, e o número máximo de empresas existentes foi em 2011 e 2012 com 43.

A indústria transformadora é um setor que apresenta uma redução do número de empresas entre 2004 e 2012. Contudo, e apesar de o subsector da indústria alimentar ser diminuto relativamente a todo o setor transformador, verifica-se um crescimento do subsector alimentar. Em 2012 existiam 15 empresas, mais duas que no início da análise.

O setor do alojamento, restauração e similares apresenta uma tendência semelhante à tendência geral, crescimento entre 2004 e 2008 – 145 empresas - e decréscimo até 2012 – com o valor a fixar-se nas 122 empresas, sendo estes resultados influenciados pelo subsector da restauração. Relativamente ao alojamento, verifica-se um crescimento, embora ligeiro, ao longo dos 8 anos analisados - no primeiro ano de análise existiam 7 empresas, número que cresceu para 9 em 2012.

O volume de negócios das empresas sediadas na Lousã cresceu de 2004 a 2012 cerca de 22,7%, traduzindo-se em aproximadamente 305 milhões de euros.



**Gráfico 4-2: Evolução do n.º de empresas por atividade económica no município da Lousã**

O setor primário representa 0,8% do volume total do município, embora diminuto verifica-se, através da tabela A-x, um crescimento constante ao longo da análise fixando-se em quase 2,5 milhões de euros.

A indústria transformadora traduz um terço do valor global dos volumes de negócios. Este setor apresenta um crescimento até 2010, tendo um decréscimo nos últimos dois anos – aproximadamente 99 milhões de euros. Quanto ao subsector da indústria alimentar, este tem vindo a crescer no período de análise – 41,2% - traduzindo-se em 6 milhões de euros.

O setor do alojamento, restauração e similares faturou em média 7 milhões de euros, apresentando, apesar disso, uma quebra entre 2011 e 2012 de dois milhões. Do volume faturado pelo setor, apenas 16,0% corresponde ao subsector do alojamento. De destacar o aumento significativo entre o ano 2005 e 2006 – início da rede Aldeias do Xisto – como volume a quase duplicar – de 646.421 € para 1.020.393 €.

Relativamente à taxa de sobrevivência das empresas sediadas na Lousã, a média dos anos fixou-se 55,2%.

### Produtos de Origem e nome protegidos

O único produto denominado como DOP é o mel da Serra da Lousã, como indicado na tabela A-xiii. A sua produção teve um aumento de produção entre 2002 e 2011 na ordem dos 44,0%. O mel da serra da Lousã é escoado, em apenas 40,0% para o mercado regional, sendo os restantes 60,0% escoados no mercado nacional.

## Energia consumida

O consumo de energia entre 1994 e 2012 apresenta uma evolução positiva influenciada principalmente pelos consumo doméstico e não-doméstico. O consumo de energia na indústria mantém-se constantes, tal como a agricultura. Verifica-se uma quebra do consumo desde 2010 que poderá estar associada aos fatores macroeconómicos.

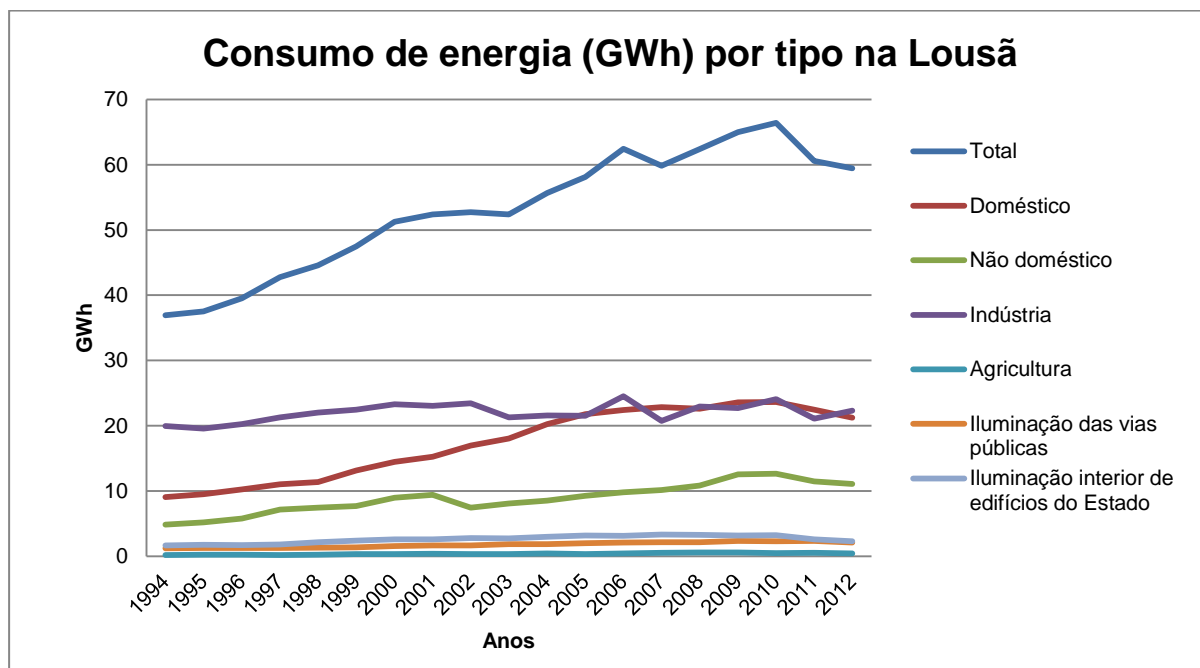
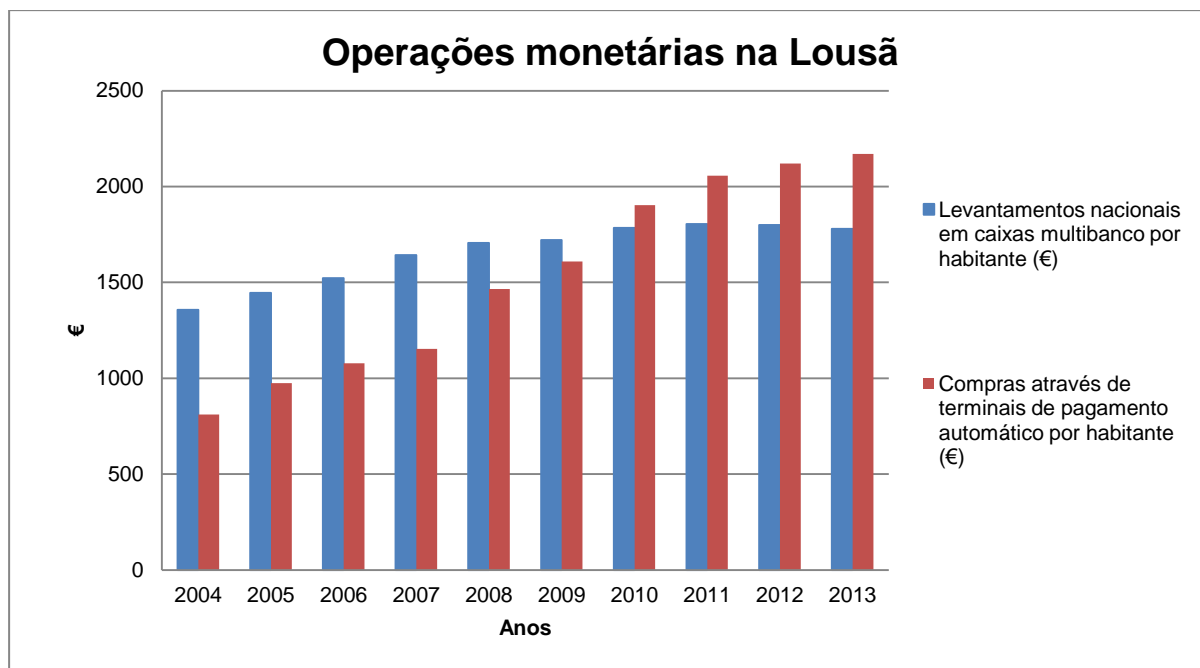


Gráfico 4-3: Consumo de energia (GWh) por tipo de atividade na Lousã

## Operações monetárias

Verifica-se um crescimento das compras através de terminais de pagamento automático entre 2005 e 2013. Em oito anos analisados as compras com esta forma de pagamento mais que duplicaram, como apresentado no gráfico 4-4.

Os valores de levantamentos por multibanco por habitante são bastante inferiores aos pagamentos por terminal, e o seu crescimento também é menor.



**Gráfico 4-4: Operações monetárias na Lousã (€)**

### **Indicadores geográficos**

#### **PNPOT**

O município da Lousã é classificado como território fragilizado com predomínio de espaços florestais.

#### **Amenidades rurais valorizadas**

Na rede Aldeias do Xisto, foram identificadas amenidades comercializáveis, de uso direto – praias fluviais, percursos pedestres - e culturais – saber fazer e tradições, amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais – sabores naturais e amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente – rede Aldeias do Xisto.

As amenidades comercializáveis, de uso direto destacam-se as atividades realizadas na Serra da Lousã, percursos pedestres, provas de BTT, provas de orientação, etc. e as praias fluviais que são a praia fluvial da S.<sup>a</sup> da Piedade, praia fluvial da Sr.<sup>a</sup> da Graça e a praia fluvial da Bogueira.

Concretamente o município da Lousã possui como saber fazer e tradições, ao nível do artesanato a cerâmica, os bordados e, os trabalhos em papel, xisto e madeira. O município dispõem ainda do ecomuseu da Serra da Lousã.

Relativamente às amenidades comercializáveis à escala regional do tipo natural destacam-se a doçaria, os licores, que tem como caso mais reconhecido o licor Beirão, e o mel DOP da Serra da Lousã.

Em termos de amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente, destaca-se a rede Aldeias do Xisto do qual é membro o município da Lousã através de cinco aldeias, Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro, Candal, Cerdeira.

## SAU

A superfície agrícola utilizada no município da Lousã diminuiu ao longo de todo o período desde 1989 e 2009. No primeiro ano analisado a SAU correspondia a 905 ha que foram reduzidos a 410 ha em 2009, equivalente a 41,0%.

As perdas ocorrem em todas as dimensões à exceção das explorações com extensão inferior a 1ha que tiveram um ligeiro aumento entre 1999 e 2009.

## Área florestal ardida

Na Lousã, englobando todo o período de análise, 1981-2012, foi em 2012 que ocorreu o incêndio de maiores dimensões registado, uma área de 385ha. Os incêndios ocorreram predominantemente em zonas florestais, como se observa na tabela A-xiv. O segundo maior registo verificado foi em 1981 no qual foram atingidos aproximadamente 150ha.

## Município da Oliveira do Hospital

### Indicadores populacionais

Apesar da perda de população, que ocorreu no município desde 1960, verifica-se, segundo o gráfico 4-5, que a partir de 1981 essa perda é menos acentuada, havendo entre 1981 e 2001 um ligeiro aumento da população com mais de 15 anos. Durante esse período observa-se que o índice de envelhecimento duplicou. O valor em 2011 fixou-se em 181,8%.

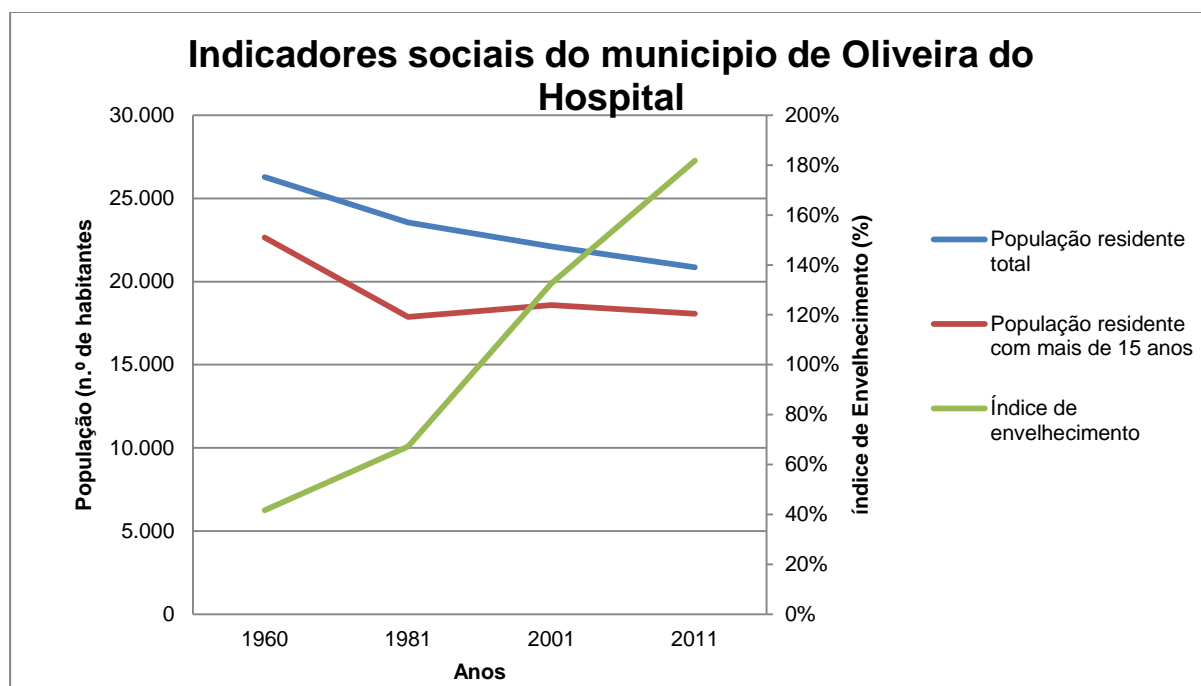


Gráfico 4-5: Dados da população no município de Oliveira do Hospital. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).

O tipo de movimento predominante durante o período em análise é a população que não mudou de município, dos 20.855 residentes no município em 2011, 20.197 permaneceram lá. Assinala-se um ligeiro crescimento da população proveniente de outros municípios e uma diminuição da população estrangeira.

Pela análise da tabela A-iii, constata-se que o nível de escolaridade predominante é o 1º ciclo (35,1%). A conjugação desta percentagem com a percentagem de população sem nível de escolaridade representa 50,0% da população com mais de 15 anos. A percentagem de população com o ensino superior completo fixou-se em 2011 nos 7,3%. Estes resultados são expectáveis tendo em conta o índice de envelhecimento da população.

## ***Indicadores económicos***

### **Parque habitacional**

O parque habitacional apresentou um aumento na ordem dos 8,5%, passando a totalizar 13.678 habitações, das quais 86,4% estão ocupadas e 13,6% vagas. Ocorreu um aumento entre 2001 e 2010 do número de habitações de ocupação sazonal, de 3.301 para 3.918.

### **Poder de Compra *per capita***

O índice de poder de Compra *per capita* apresenta um crescimento de 2002, fixando-se em 70,52 no ano de 2011. Fazendo uma comparação com a região do Pinhal Interior Norte, verifica-se que o município tem um índice superior.

### **Meio empresarial**

O município teve um aumento do número de empresas entre 2004 e 2008 – 1.943 empresas apuradas -, e um decréscimo do número até 2012 (1.687). Os principais setores que contribuem para o meio empresarial são a construção e o comércio por grosso e retalho.

No setor da agricultura, a variação não foi tao acentuada. O número máximo foi atingido em 2007 (60) e em 2012 foram registadas 56. Dentro do setor, o principal subsetor é a agricultura, produção animal, caça e atividades relacionadas, e foi precisamente neste que as variações ocorreram. A silvicultura possui um valor pequeno e estável.

Relativamente à indústria transformadora verifica-se uma quebra na totalidade do espaço temporal. A redução foi de 28,0%, fixando-se nas 164 empresas. O subsetor da indústria alimentar representa um quarto do setor e à imagem deste perdeu empresas, existindo 45 registadas no ano de 2012.

O setor do alojamento, restauração e similares perdeu empresas em todo o período de análise, sendo influenciado pelo subsetor da restauração. Quanto ao subsetor do alojamento ocorreu um ligeiro aumento de empresas.

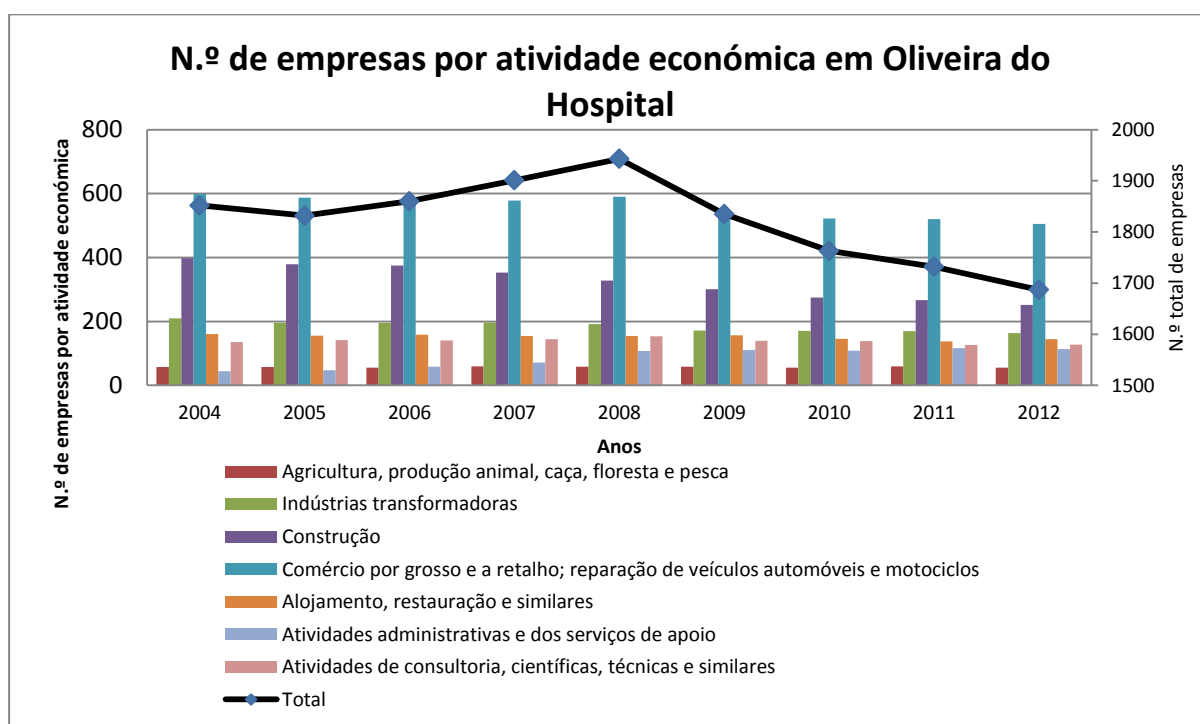
Contrariamente à evolução do número de empresas, o volume de negócios faturado por estas cresceu, atingindo aproximadamente os 316,7 milhões de euros.



Segundo a tabela A-xiii o setor agrícola representa menos de 1,0% do volume total de negócios. As suas variações não foram significativas ao longo dos anos devendo-se essencialmente ao subsector da silvicultura. A sua faturação é de, aproximadamente, 3 milhões de euros.

Contrariamente à tendência no número de empresas, a indústria transformadora cresceu, e representa 32,0% do volume total de negócios. Em 2012 a sua faturação foi de 101 milhões de euros. O subsector da indústria alimentar evoluiu à semelhança do setor e faturou no último ano analisado 45 milhões de euros.

Por ultimo, o setor do alojamento, restauração e similares cresceu entre 2004 e 2008, ano em que faturou 9,1 milhões de euros, e diminuiu até 2012 para 6,7 milhões de euros. Os subsectores seguem a mesma tendência, o que poderá refletir as condições macroeconómicas.



**Gráfico 4-6: Número de empresas por atividade económica em Oliveira do Hospital**

A média da taxa de sobrevivência das empresas é de 58,7% entre 2006 e 2012. No último ano, o valor fixou-se em 49,7%, querendo dizer que apenas metade das empresas fundadas em 2010 continuaram ativas durante dois anos.

### Produtos de nome e origem protegidos

Oliveira do Hospital possui cinco produtos: borrego da Serra da Estrela (DOP), maçã Bravo de Esmolfe (DOP), maçã da Beira Alta (IGP), Queijo Serra da Estrela ou Queijo Serra da Estrela Velho (DOP), Requeijão Serra da Estrela (DOP), como apresentados na tabela A-xiii.

O borrego é um produto apenas escoado à escala regional e principalmente para a área da restauração. A sua produção em 2010 foi de 2.751t e em 2011 de apenas 123t, resultado desta

produção uma faturação de 13.755 € e 990 €, respetivamente. Verifica-se uma grande variação na produção entre estes dois anos.

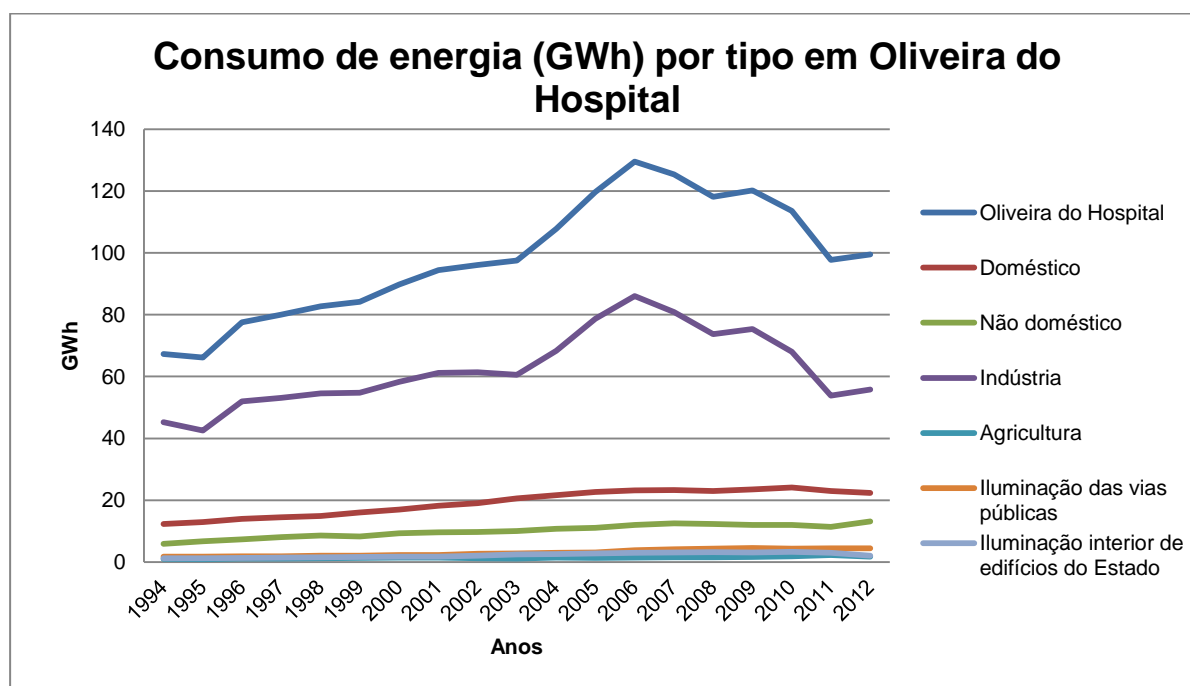
Relativamente à produção de frutas, o mercado de destino é o nacional. Foram produzidas 117.321 t de maçã Bravo de Esmolfe e 0t de maçã Beira Alta em 2010. A produção de maçã com nome e origem protegida resultou num valor de produção de 158.383 €. No ano de 2011 ocorreu uma quebra de produção de maçã Bravo de Esmolfe para 69.346 t, que resultou num volume de produção de 79.725 €, e a produção de 12.212 t de maçã da Beira Alta, com um volume de produção de 8.548 €.

A produção de queijo Serra da Estrela ou queijo Serra da Estrela Velho representa 6.51% da produção total de queijo com nome e origem protegidos em Portugal. A sua comercialização é feita para todos os tipos de mercados – regional, nacional, intra- e intercomunitário – sendo que o dominante é o nacional. Entre 2010 e 2011 houve um aumento da produção, 85.633 t e 87.993 t respetivamente, que resultaram num valor de produção, em 2010, de 1.284.495 € e, em 2011, de 1.319.895 €.

O requeijão Serra da Estrela tem uma expressão menor, e os mercados de escoamento são o regional e nacional. Entre 2010 e 2011 a produção aumentou, para 13.133 t e 18.650 t, respetivamente.

#### Consumo de energia por tipo de consumidor

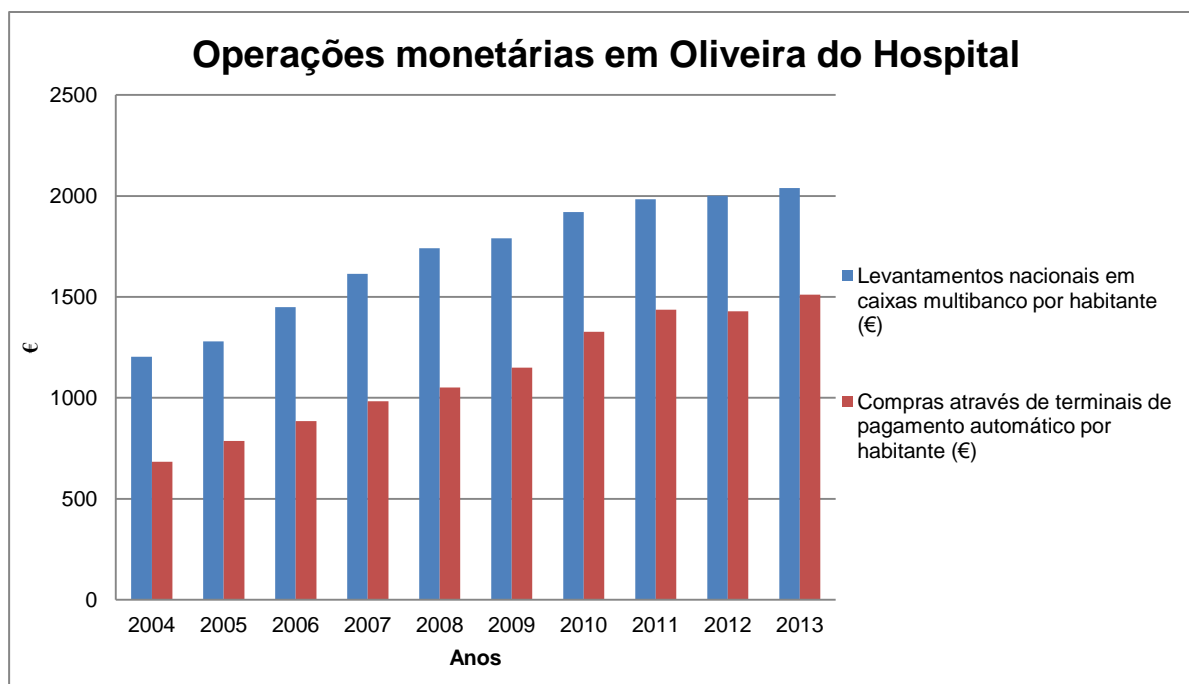
Em Oliveira do Hospital a principal atividade que influencia o consumo de energia ao longo de todo o período de análise representado no gráfico 4-7 é a indústria. Constata-se ainda um aumento da energia para consumo doméstico na maioria do período em análise ao longo de todo o período de análise.



**Gráfico 4-7: Consumo de energia (GWh) por tipo em Oliveira do Hospital**

### Operações financeiras

As compras em terminais multibancos cresceram entre 2005 e 2013, à exceção de 2012, no qual o valor foi ligeiramente abaixo do de 2011. Esta tendência também ocorre nos valores levantados por habitantes nas caixas de multibanco.



**Gráfico 4-8: Operações monetárias em Oliveira do Hospital (€)**

### Indicadores geográficos

#### PNPOT

A classificação do PNPOT é a mesma que foi feita para o município da Lousã.

#### Amenidades rurais valorizadas

Na rede Aldeias do Xisto, foram identificadas amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais, amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais – sabores naturais - e amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente – rede Aldeias do Xisto.

No grupo das amenidades comercializáveis de uso direto foram identificados os percursos pedestres, as rotas e as praias fluviais. Estão definidas no município 8 rotas temáticas; a rota “Cidade de Oliveira de Hospital”, a rota “Refúgios encantados da Terra Chã”, “Relíquias e sabores em Terras do Dão”, “Monte do Colcurinho”, “Rio Alva”, “Rota dos Rios”, Rota dos Romanos” e “Crença na Eternidade”. Além das rotas o município disponibiliza cinco percursos terrestres, um dos quais foi definido no âmbito da Rede Aldeias do Xisto. Existem três praias fluviais, das quais duas pertencem à rota das praias da Rede Aldeias do Xisto.

As amenidades comercializáveis culturais são as Ruínas Romanas da Bobadela, a Igreja S.º Pedro da Lourosa e a Capela dos Ferreiros, com todos os monumentos a estarem classificados como monumento nacional pelo IGESPAR. Existem ainda quatro museus abertos no município.

Relativamente às amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais, o principal produto é o queijo da Serra da Estrela. Para este foi desenvolvido um roteiro onde é possível conhecer as características do produto, bem como quem são os produtores e comerciantes licenciados.

Por último, dentro da rede Aldeias do Xisto, Oliveira do Hospital possui uma aldeia, Aldeia das Dez.

## **SAU**

A superfície agrícola utilizada diminuiu entre 1989-1999 e entre 1999-2009. Em 2009 foram registados como SAU 2.973ha, resultando de uma redução de 40,9% em 10 anos. A maioria das explorações presentes no concelho tem entre 1 e 5ha, totalizando, em 2009, 1.433ha, verificando-se um aumento, entre 1999 e 2009, das explorações inferiores a 1ha, para um crescimento de 115ha.

## **Área florestal ardida**

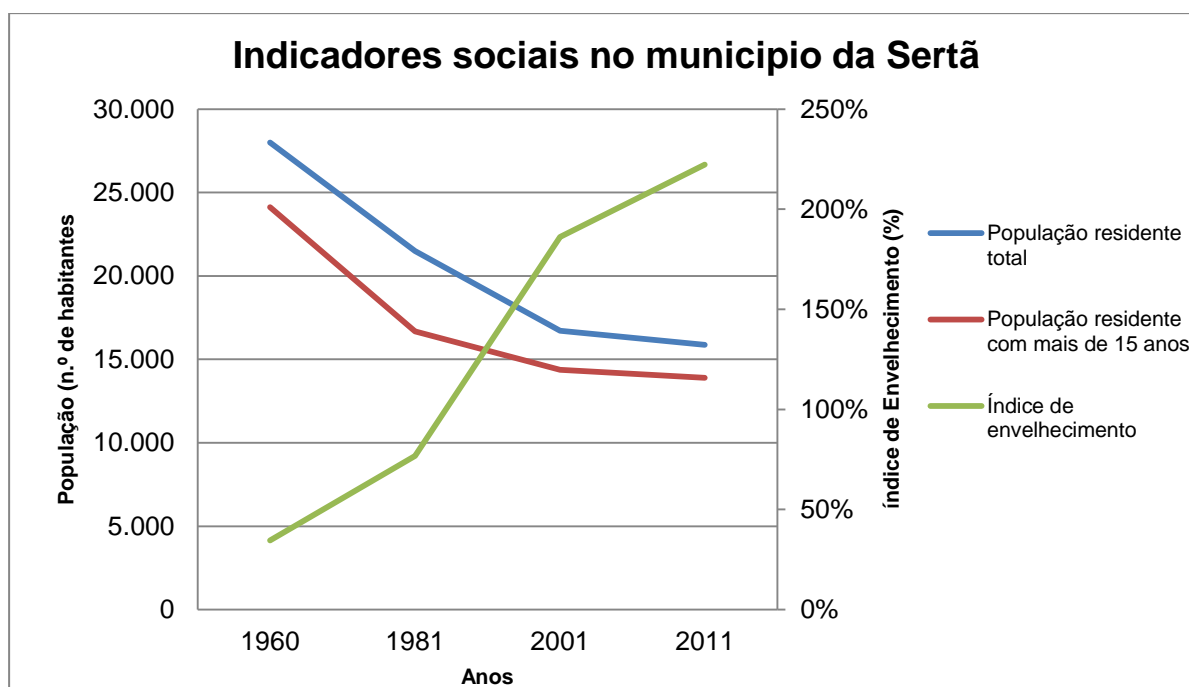
Em todo o período de análise representado na tabela A-xiv, verifica-se que o maior incêndio ocorreu em 2012, consumindo 312 ha, dos quais 198 ha foram matos e os restantes povoamentos florestais.

## **Município da Sertã**

### ***Indicadores populacionais***

Pela análise ao gráfico 4-9, verifica-se que entre 2001 e 2011 a perda de população diminuiu e conseqüentemente o índice de envelhecimento cresceu de forma menos acentuada. Nos períodos anteriores a perda de população foi de 29,5%, ao passo que entre 2001 e 2011 esta foi de apenas 5,3%, totalizando 15.880 pessoas. A diminuição da perda de população já se tinha verificado entre 1981 e 2001 na população com mais de 15 anos. O principal movimento populacional influenciador destes resultados foi a própria manutenção da população, ou seja, em 2011 96,7% da população total permaneceu no município. Verifica-se o aumento de população proveniente de outros municípios, na ordem dos 20,7%, e uma quebra de população proveniente do estrangeiro.

Relativamente ao nível de escolaridade da população, segundo a tabela A-iv verifica-se que o nível de escolaridade mais frequente é o 1º ciclo do ensino básico. A soma deste com a população sem qualquer nível de escolaridade é igual a 52,6%, com apenas 5,9% da população com mais de 15 anos residente na Sertã em 2011 a possuir nível superior completo.



**Gráfico 4-9: Dados da população no município da Sertã. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).**

### **Indicadores económicos**

#### **Parque habitacional**

O parque habitacional cresceu 16,2% na Sertã entre 2001 e 2011, fixando-se nos 11.953 alojamentos. Do total de alojamentos contabilizados, 90,3% encontra-se ocupado. O número de alojamentos ocupados cresceu 11,8%, sendo influenciado principalmente pela habitação de uso sazonal, que representa 4.358 habitações tendo crescido 24,0%. Relativamente ao número de alojamentos vagos, o valor cresceu 57,5%.

#### **Poder de Compra *per Capita***

Através do gráfico A-v constata-se que o índice de Poder de Compra *per Capita* na Sertã quase duplicou entre 1993 e 2011. O índice fixou-se nos 70,5 em 2011, valor acima do contabilizado no Pinhal Interior Sul, que em 2011 estava em 64,4.

#### **Meio empresarial**

Encontravam-se em atividade 1.404 empresas na Sertã em 2012. Entre 2004 e 2012 verifica-se um crescimento do número de empresas até 2008 (1.539) e um decréscimo até 2012.

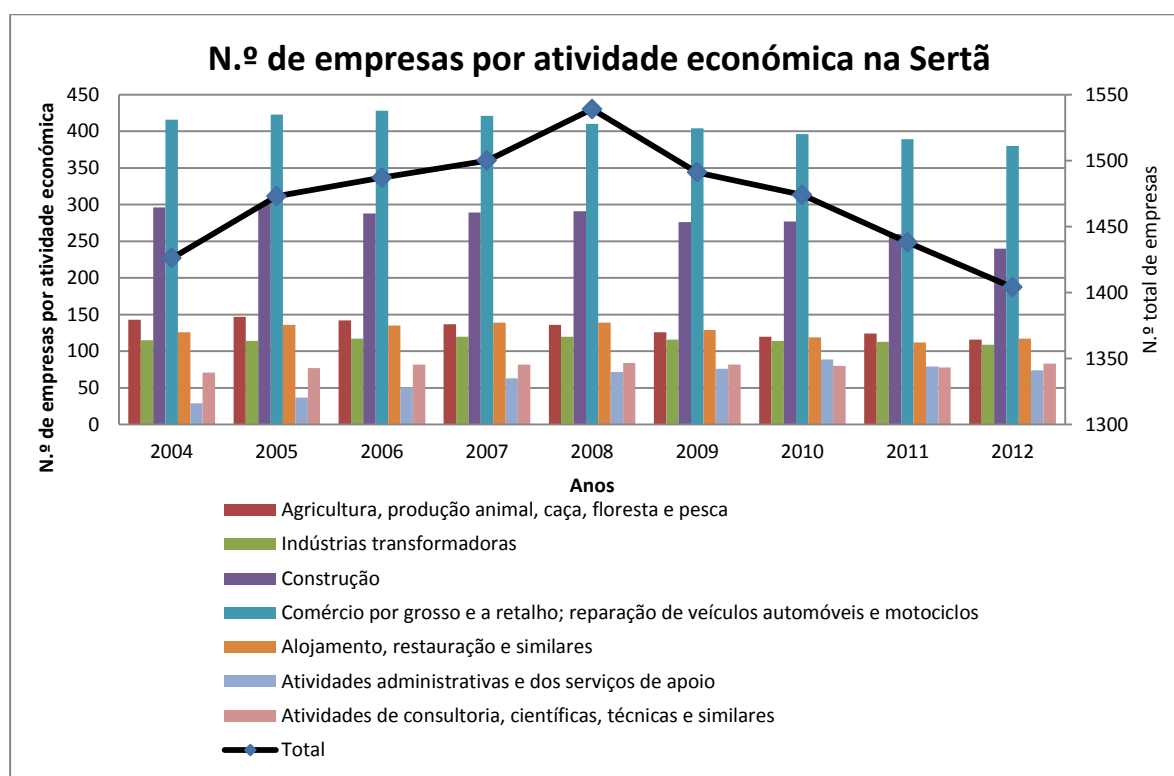
Relativamente à agricultura e atividade agregadas observa-se uma redução do número nos oito anos analisados, fixando-se em 2012 nas 116 empresas. A principal atividade no município é a silvicultura que em 2012 detinha 81 empresas.

A indústria transformadora apresenta a mesma tendência que o número total de empresas, ou seja crescimento entre 2004 (108) e 2008 (120) e depois decréscimo até 2012 (109). A indústria alimentar

representa menos de 21,1% do total da indústria transformadora, seguindo a mesma tendência e fixando-se nas 23 empresas em 2012.

O setor do alojamento, restauração e similares detinha, em 2012, 117 empresas. Este valor revela que houve uma perda de empresas em relação a 2004 (126). Apesar das perdas, o número de empresas de alojamento cresceu ao longo do período de análise. Em 2004 existiam 5 empresas e em 2012 foram registadas 13.

O volume de negócios das empresas sediadas na Sertã aumentou entre 2004 e 2008 (273,7 milhões de euros) e diminuiu até 2012 (256,8 milhões de euros).



**Gráfico 4-10: Número de empresas por atividade económica na Sertã**

Apesar das variações verificadas entre 2004 e 2012, o volume de negócios das atividades agrícolas, no último ano de análise, fixou-se nos 25,5 milhões de euros, crescendo 42,1%. A silvicultura foi a principal influenciadora, aumentando na mesma medida que o setor, e faturando em 2012, 20,8 milhões de euros.

A indústria transformadora representa 23,4% do volume total de negócios das empresas. Contrariamente à tendência geral, verifica-se um crescimento da atividade, totalizando 60.083.319 € em 2012. A indústria alimentar apresenta uma quebra dos seus volumes de negócios entre 2004 até 2012 (1.543.430 €).

O alojamento, restauração e similares, apresentam a mesma tendência que o volume de negócios total, contabilizando 1,54 milhões de euros no último ano analisado. Estas quebras devem-se à

restauração dado que o alojamento quase duplicou em 8 anos o seu volume de negócios, tendo em 2012 o valor sido fixado em um milhão de euros.

Relativamente à taxa de sobrevivência das empresas na Sertã a média entre 2006 e 2012 foi de 61,7%.

### **Produtos de nome e origem protegidos**

Foram identificados sete produtos de nome e origem protegida. O Azeite da Beira Baixa, o Borrego da Beira, o Cabrito da Beira, o Queijo Amarelo e o Queijo Picante, da Beira Baixa, o Requeijão da Beira Baixa e a Travia da Beira Baixa, como se apresenta na tabela A-xiii.

Do total de produtos apenas o Azeite e os Queijos têm registo de produção e comercialização nos anos de 2010 e 2011.

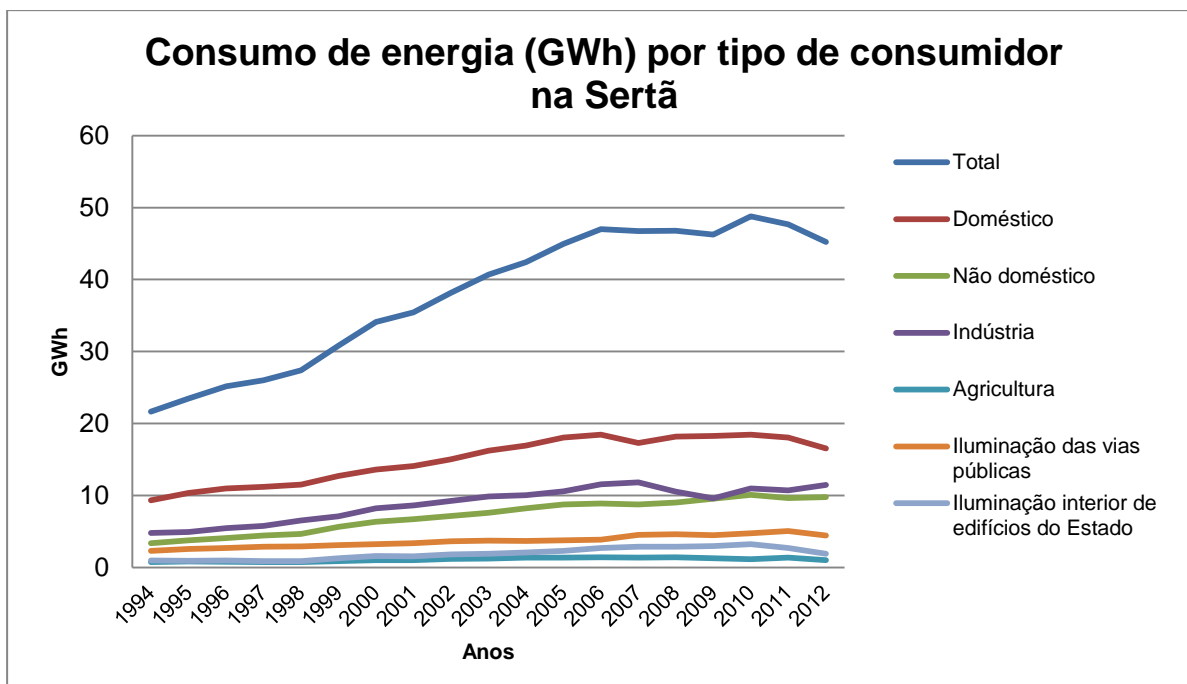
A produção de Azeite aumentou, entre 2010 e 2011, 52.500 litros e 63.700 litros respetivamente, e conseqüentemente o valor de produção também cresceu. Este crescimento proporcionou um aumento da representação deste tipo de azeite em relação aos restantes azeite com nome e origem protegidos. A distribuição de azeite é feito, na sua maioria, no mercado regional, tendo contudo sido identificadas distribuições no mercado nacional e intracomunitário.

Relativamente ao Queijo Amarelo da Beira Baixa, a produção aumentou, já que em 2010 foram produzidas 112.617kg e em 2011 118.194kg. Este aumento proporcionou o reforço da importância que o queijo amarelo possui na produção total de queijos de origem e nome protegidos. A produção atingiu valores de 1,1 milhões de euros em 2011, traduzindo-se num aumento de 5,0%:

O Queijo Picante da Beira Baixa também aumentou a sua produção, 43.927kg em 2010 para 51.555kg em 2011. O valor de produção cresceu 14,7%, para 556.794 €, em 2011. O mercado de distribuição dos queijos é o mesmo. A grande maioria é absorvida pelo mercado nacional e são identificadas distribuições residuais no mercado regional, intra- e extracomunitário.

### **Consumo de energia elétrica por tipo de consumo**

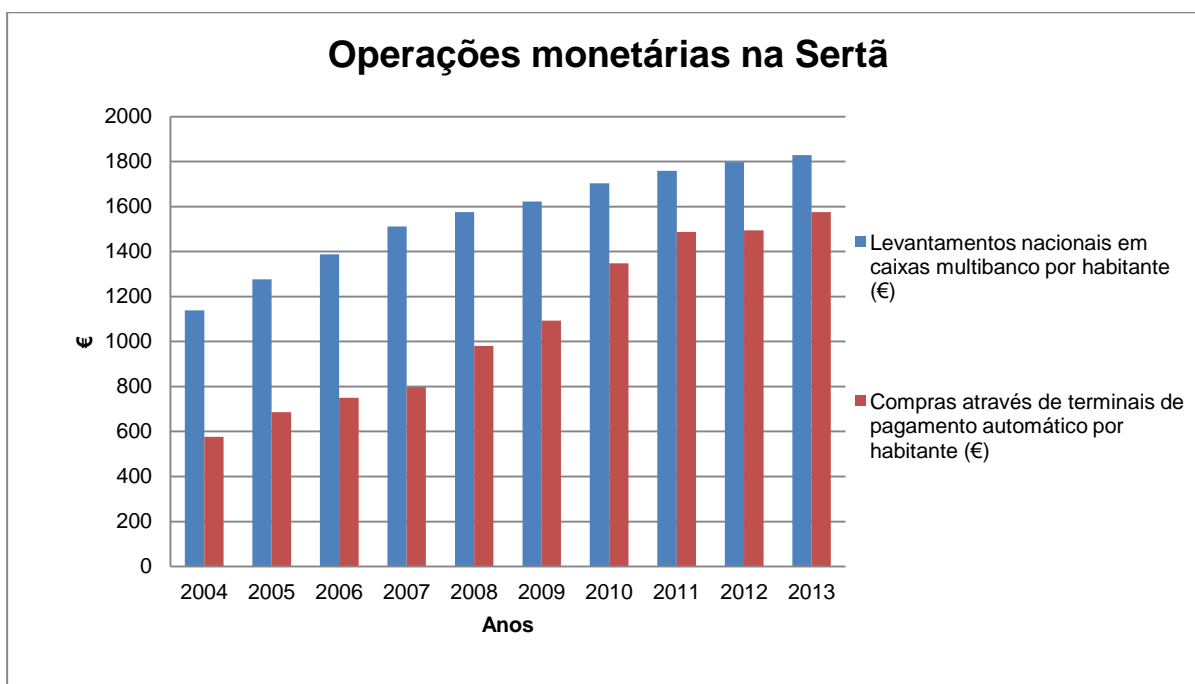
Verifica-se um aumento do consumo da energia elétrica até 2006 e uma estabilização desse consumo nos anos seguintes. Na Sertã não há um tipo de consumidor que se destaque. O maior, na ordem dos 18 GWh, é o consumo doméstico, seguindo-se o consumo não-doméstico e indústria, com consumos entre os 10 e os 11 GWh.



**Gráfico 4-11: Consumo de energia (GWh) por tipo na Sertã**

### Operações Monetárias

Ambas as operações analisadas no gráfico 4-12 apresentam um crescimento em todo o período de análise. Verifica-se que nos últimos anos de análise os valores praticados em ambos se aproximam, tornando a operação de compras através de terminais cada vez mais usual.



**Gráfico 4-12: Operações monetárias na Sertã. Levantamentos em Caixas multibanco e compras através de terminais de pagamento automático, por habitante (€)**



## ***Indicadores geográficos***

### **PNPOT**

A classificação do PNPOT é a mesma que foi feita para o município da Lousã.

### **Amenidades rurais valorizadas**

Na rede Aldeias do Xisto, foram identificadas amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais, amenidades comercializáveis à escala territorial, do tipo naturais – sabores naturais - e amenidades dificilmente comercializáveis, património de rural corrente – rede Aldeias do Xisto.

Relativamente à Sertã, foram identificadas como amenidades de uso direto, as praias fluviais e os percursos pedestres. O município tem disponível sete percursos temáticos e dispõem de quatro praias fluviais, das quais uma pertence à rede Aldeias do Xisto (Praia Fluvial da Ribeira Grande).

As amenidades comercializáveis de uso cultural identificadas na Sertã estão relacionadas com o artesanato: latoaria, ferraria, cestaria, tecelagem e bordados regionais, sendo identificados também objetos arqueológicos, mais propriamente arte rupestre.

A Sertã possui produtos gastronómicos únicos, tornando-os amenidades comercializáveis à escala territorial do tipo natural. O maranho e bucho da Sertã são pratos bastante valorizáveis, existindo, inclusive uma feira anual dedicada a estes produtos. Ao nível da doçaria destacam-se os cartuchos de amêndoa de Cernache do Bonjardim.

A própria rede, a qual a Sertã pertence pela Aldeia de Pedrogão Pequeno, é uma amenidade, neste caso classificada como património rural corrente, dificilmente valorizável.

### **SAU**

A superfície agrícola utilizável perdeu entre 1999 e 2009 cerca de 1.231ha, fixando-se 2.363ha. A redução verificada deve-se sobretudo à redução das explorações com superfície entre 1 – 5ha, já que as explorações com esta dimensão são as mais comuns na Sertã, 61,2%.

### **Área florestal ardida**

O município da Sertã não tem registos de incêndios superiores a 20 ha desde 2001. O incêndio referido ocorreu em 2012 e incidiu sobre espaços florestais, como indica a tabela A-xiv.

## **Município de Vila de Rei**

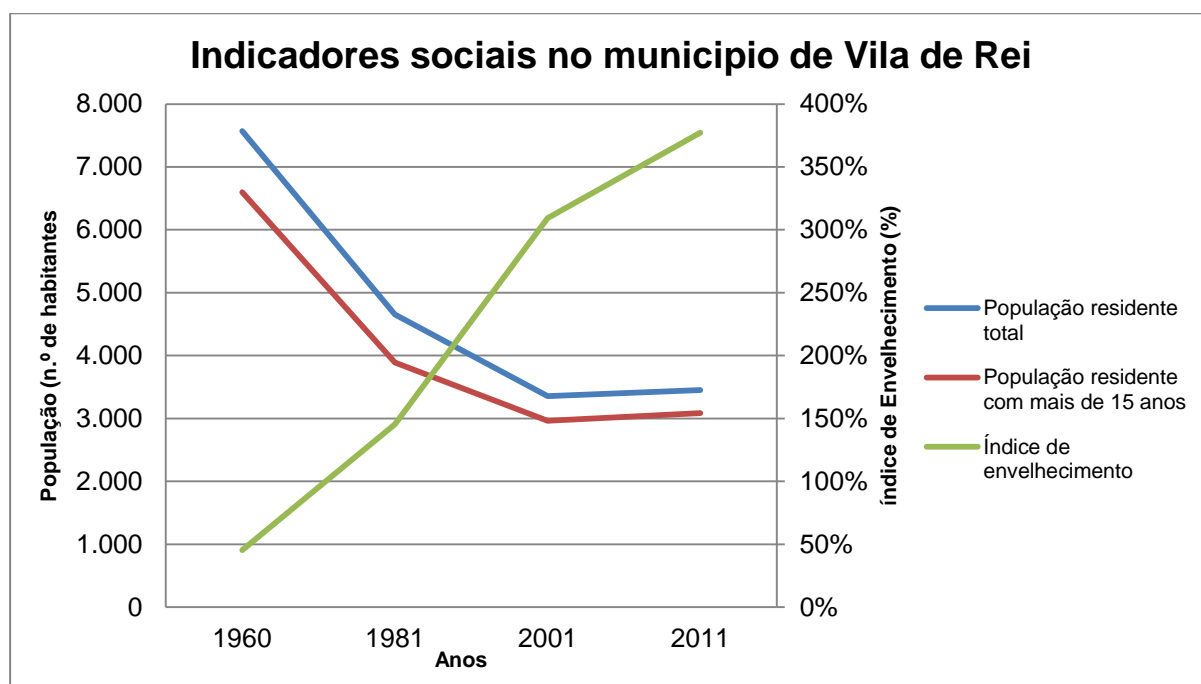
### ***Indicadores populacionais***

Entre 1961 e 2011 observa-se que Vila de Rei passou por um período de grande perda de população, mais acentuado entre 1961 e 1981, até 2001. Por outro lado, entre 2001 e 2011 a população cresceu, contabilizando-se no último ano da análise 3.452 pessoas, como se apresenta no gráfico 4-13. O crescimento populacional deve-se sobretudo à população que não mudou de município, 94,1%, e

pela população proveniente de outros municípios – que cresceu 42,4%, contabilizando 170 habitantes.

Relativamente ao nível de escolaridade dos habitantes, 38,4% da população possui apenas o 1º ciclo do ensino básico. A conjugação deste grupo com a população sem qualquer nível de escolaridade totaliza 60,6% da população sendo que apenas 4,5% possui grau de escolaridade superior.

O índice de envelhecimento do município é elevado, embora se verifique uma redução do agravamento do índice entre 2001 e 2011.



**Gráfico 4-13: Dados da população no município de Vila de Rei. População residente total (n.º de habitantes), população residente com mais de 15 anos (n.º de habitantes) e Índice de Envelhecimento (%).**

### **Indicadores económicos**

#### **Parque habitacional**

O parque habitacional de Vila de Rei cresceu 14,7% entre 2001 e 2011, fixando-se nas 2.956 habitações. A sua taxa de ocupação é de 92,4%, que se devem sobretudo ao crescimento dos alojamentos para habitação de uso sazonal – em 2001 correspondiam a 1.069 habitações e em 2011 a 1.405.

#### **Poder de compra *per capita***

O índice de Poder de Compra *per Capita*, cresceu durante o período em análise como se observa no gráfico A-ii, entre 1993 e 2007, tendo estabilizado nos anos seguintes. O seu valor, em 2012, foi 58,11 sendo que comparativamente com os resultados apresentados na sub-região do Pinhal Interior Sul (64,44), Vila de Rei possui um valor abaixo da média.

## **Meio empresarial**

O município de Vila de Rei perdeu empresas entre 2004 (309) e 2012 (271), registando o seu máximo em 2008 com 314, como se observa no gráfico 4-14.

A área de atividade da agricultura representou, em 2012, 6,2% do total de empresas em atividade no município. Ao longo de todo o espaço temporal, o número de empresas desceu de 22 para 17. A principal subárea foi a agricultura, produção animal, caça e atividades e serviços relacionados.

A indústria transformadora representava, em 2012, 11,8% do total de empresas em laboração. Durante o espaço temporal analisado perderam-se empresas, concretamente na indústria alimentar, que perdeu 2 empresas, totalizando em 2012 treze.

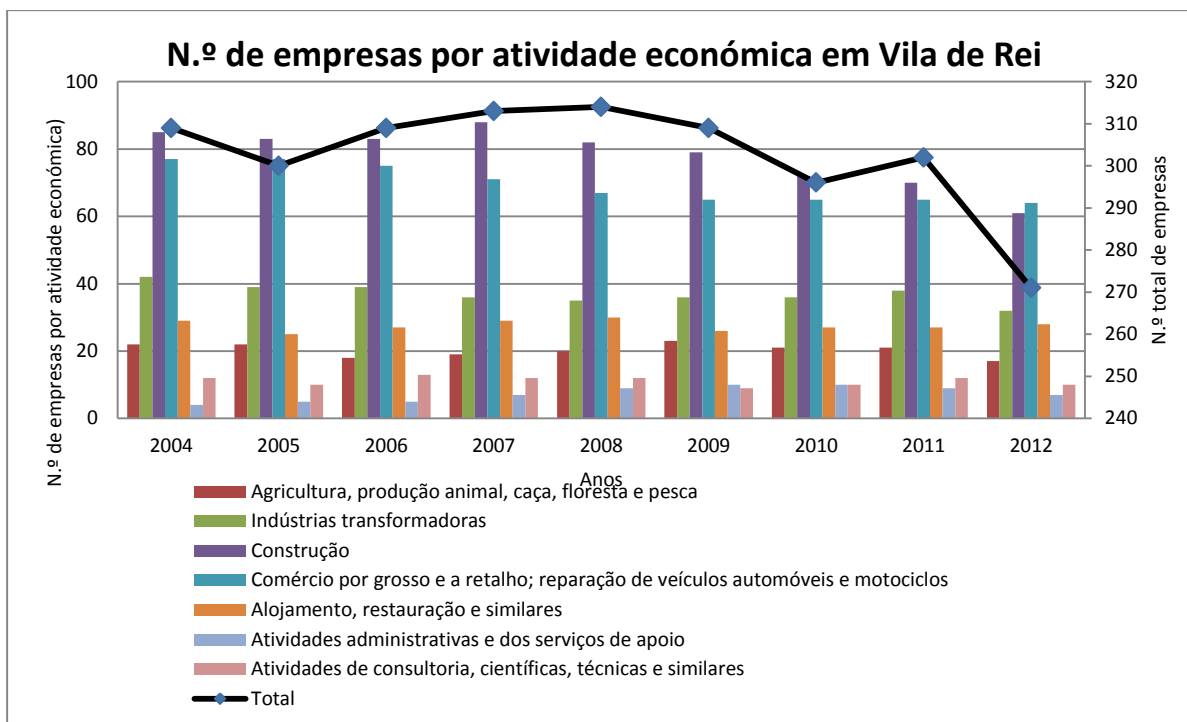
O alojamento, restauração e similares, representava 10,3% do total de empresas, e durante o período de análise apenas se perdeu uma, fixando-se nas 28. Relativamente ao alojamento verificou-se um aumento das empresas de uma para quatro.

Relativamente ao volume total de negócios, a média entre 2004 e 2012 foi de 31 milhões de euros. No último ano de análise verifica-se uma quebra nos valores, registando-se apenas 25,6 milhões de euros.

A agricultura, apesar da perda do número de empresas, aumentou o seu volume de negócios, totalizando 2.75.416 € e representando 12,0% do total de Vila de Rei.

A indústria transformadora faturou em média 6,9 M€, contudo no ano 2012 verifica-se uma quebra. Este setor representou, em 2012, 23,3% do total faturado pelas empresas do município, com a indústria alimentar a crescer à imagem do grupo.

O alojamento, restauração e similares aumentou o seu volume de negócios, totalizando aproximadamente 2 milhões de euros, em 2012.



**Gráfico 4-14: Número de empresas por atividade económica em Vila de Rei**

À média da taxa de sobrevivência das empresas em Vila de Rei é de 56,7%.

#### **Produtos de nome e origem protegidos**

Os produtos são os mesmos apresentados no município da Sertã.

#### **Consumo de energia elétrica por tipo de consumidor**

O consumo de energia cresceu até 2007, estabilizando em 10 GWh nos anos seguintes, como mostra o gráfico 4-15. O consumo de energia doméstica é o que mais se destaca.

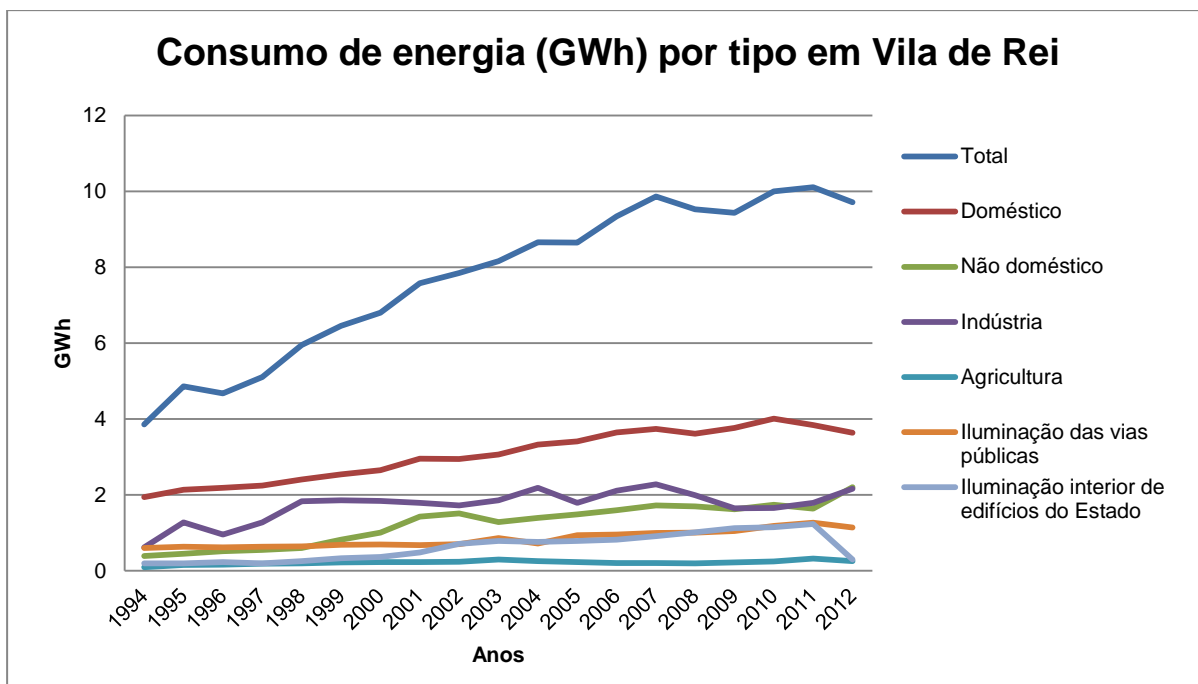


Gráfico 4-15: Consumo de energia (GWh) por tipo em Vila de Rei

### Operações monetárias

Verifica-se que a variação dos levantamentos em caixas multibanco por habitante, foi pequena, mantendo-se aproximadamente o mesmo valor desde 2010. Por outro lado, as compras através de terminais de multibanco cresceram desde 2008 até 2013.

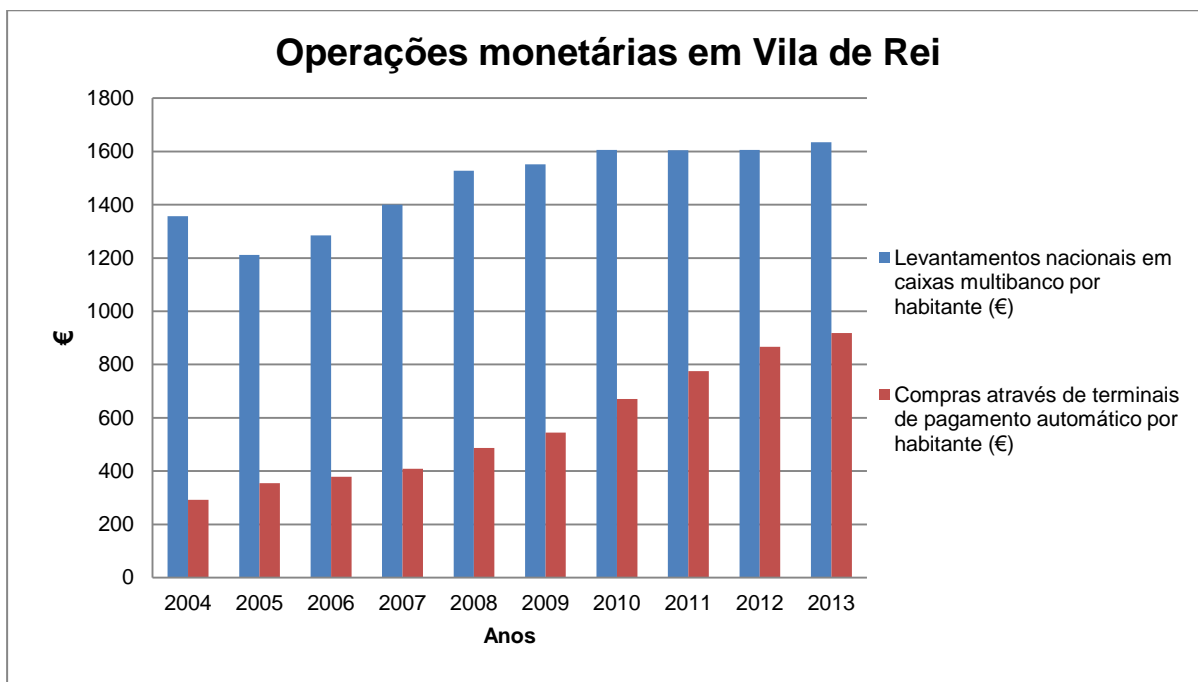


Gráfico 4-16: Operações monetárias em Vila de Rei

## ***Indicadores geográficos***

### **PNPOT**

A classificação do PNPOT é a mesma que foi feita para o município da Lousã.

### **Amenidades rurais valorizadas**

Na rede Aldeias do Xisto, foram identificadas amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais, amenidades valorizáveis à escala territorial, amenidades naturais e amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente, como é o caso da própria rede.

No grupo das amenidades culturais foram identificados os moinhos comunitários, os museus, o centro geodésico de Portugal, assim como o artesanato – tecelagem e cestaria –, os vestígios arqueológicos e o património religioso.

No grupo das amenidades de uso direto identificam-se as praias fluviais, os percursos pedestres e percursos turísticos.

Relativamente aos valores à escala territorial – amenidades naturais - identifica-se a marginal da albufeira de Castelo de Bode e a gastronomia.

No grupo das amenidades dificilmente valorizáveis encontra-se a Aldeia de Xisto de Água Formosa e o património natural.

### **SAU**

A perda de Superfície Agrícola Utilizada em Vila de Rei ocorreu em todo o espaço natural analisado. Em 1989 contabilizaram-se 1.307 ha e em 2009 340 ha. O principal fator de redução foram as explorações entre 1 e 5 ha, que mesmo assim continuam a ser a principal forma de explorações - 65,0% da SAU.

### **Área florestal ardida**

Verifica-se, como indica a tabela A-xiv, que o único incêndio registado foi em 2001, tendo este incêndio atingido área florestal e consumido 1.647ha.

## ***Comparação dos municípios***

### ***Indicadores Sociais***

Após levantamento dos indicadores nos quatro municípios da rede selecionados, observa-se que, relativamente aos indicadores sociais, existem ganhos ou uma diminuição das perdas de população entre 2001 e 2011, e o principal movimento populacional verificado é a manutenção da população residente nos dez anos analisados.

O nível de escolaridade predominante é o 1º ciclo e, em média 8,0%, da população possui ensino superior completo.

O índice de envelhecimento médio dos quatro municípios é de 223,7%, tendendo a ser mais baixo em municípios com maior número de população.

Municípios com menor população tendem a ter o índice de envelhecimento mais elevado, para além de a expressão dos níveis escolaridade serem menores.

**Tabela 4-2: Indicadores dos municípios selecionados**

<b>Indicadores Sociais</b>					
<b>Municípios da Rede</b>	<b>Variação da população</b>		<b>Nível de escolaridade</b>		<b>Índice de envelhecimento (%)</b>
	<b>Variação da População (%)</b>	<b>Valor (n.º de habitantes em 2011)</b>	<b>Principal</b>	<b>Nível Superior (%)</b>	
<b>Lousã</b>	+ 10,5	17.604	1º Ciclo	11,6	113,6
<b>Oliveira do Hospital</b>	- 6,0	20.855	1º Ciclo	7,3	181,8
<b>Sertã</b>	- 5,3	15.880	1º Ciclo	5,9	222,3
<b>Vila de Rei</b>	+2,8	3.452	1º Ciclo	4,5	377,2
<b>Média</b>	<b>+1</b>	<b>14.448</b>	<b>1º Ciclo</b>	<b>8.0</b>	<b>223,7</b>

### **Indicadores Económicos**

A média dos indicadores económicos é apresentada na tabela 4-3. Verifica-se que, o aumento do Parque habitacional foi de 15,1%, o que se deve à ocupação sazonal.

O Poder de Compra *per Capita*, fixou-se em 69,71, acima dos resultados obtidos pelas sub-regiões de Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul.

Relativamente aos indicadores do meio empresarial verifica-se que houve uma diminuição de empresas no período analisado, mas um aumento do volume de negócios na ordem dos 7,4%, faturando-se, em 2012, 226 milhões de euros. A taxa de sobrevivência das empresas encontra-se acima da média nacional, que é de 48,5% em 2012.

As empresas da agricultura, produção animal caça, floresta e pesca representavam, em média, em 2012, 5,2% do total de empresas, o que se traduzem 8,5 milhões de euros – 3,7% do volume total de negócios.

A indústria transformadora representa 9,0% do total de empresas. O volume de negócios gerado por esta atividade económica é maior que o número de empresas, sendo que no total de volume de

negócios dos municípios avaliados, a indústria transformadora representa 2,7%, que se traduzem em 6,3 milhões de euros.

Quanto às atividades económicas de alojamento e restauração verifica-se que representam 9,0% do total de empresas, o que se traduz num volume de negócios de 5,4 milhões de euros, ou seja 2,4% do volume total de negócios. Dentro desta área observa-se que o alojamento cresceu, em média, nos quatro municípios analisados 43,0%.

Os municípios possuem em média, 3,5 produtos de Origem e Nome Protegidos. O escoamento dos produtos identificados é na sua maioria absorvida no mercado nacional, regista-se também escoamentos de produtos para o mercado internacional. Estes resultados são indicadores de que os produtos são reconhecidos, sendo a sua comercialização capaz de promover o território.

O principal consumo de energia tem valores médios de 53 GWh e o tipo de consumo dominante é o doméstico.

Relativamente às compras por caixas ATM e levantamentos por multibando, por habitante, verifica-se um crescimento.

### ***Indicadores geográficos***

Os indicadores geográficos estão apresentados na tabela 4-4. Todos os municípios se encontram em território classificado como fragilizado com predomínio de espaços florestais, segundo o PNPOT.

Esta é a classificação considerada mais difícil dado que se está perante territórios com condições naturais difíceis, o tecido económico e social é frágil e predominam os espaços florestais.

Segundo o PNPOT (2006) existem três desafios principais neste território: valorizar os recursos existentes no território, florestais e naturais, assegurar a qualidade de vida das populações, principalmente as que se encontram mais isoladas, e desenvolver novas pontes urbano-rurais.

Relativamente à região do Pinhal Interior, o desenvolvimento é influenciado pelos centros urbanos de média dimensão existentes, e pelas acessibilidades entre estes, principalmente os eixos rodoviários. No caso do Pinhal Interior Norte o desenvolvimento será suportado pelos polos de Leiria/Pombal, Coimbra e Viseu, enquanto o Pinhal Interior Sul será por Castelo Branco e pelos centros urbanos do Médio Tejo.



Tabela 4-3: Indicadores económicos dos municípios selecionados

Indicadores económicos												
Municípios da Rede	Parque habitacional		Poder de Compra <i>per Capita</i>	Meio empresarial					Produtos de origem e nomes protegidos	Consumo de energia	Variação das Operações financeiras	
	Variação (%)	Principal		Número de Empresas		Volume de negócios		Taxa de sobrevivência (média)		Principal tipo de consumidor	Levantamentos em multibanco por habitante	Compras em terminais de caixas automáticas
				Variação	Valor	Variação (%)	Valor (milhões de €)					
<b>Lousã</b>	+ 21,1	Ocupação Habitual	80,07	+	1.560	22,7	305	55,2	1	Doméstico + Industrial	=	+
<b>Oliveira do Hospital</b>	+ 8,5	Ocupação Sazonal	72,52	-	1.687	12,0	317	58,7	5	Industrial	+	+
<b>Sertã</b>	+ 16,2	Ocupação Sazonal	70,50	-	1.404	12,6	257	61,7	7	Doméstico	+	+
<b>Vila de Rei</b>	+ 14,7	Ocupação Sazonal	58,11	-	271	- 17,6	25	56,7	1	Doméstico	+	+
<b>Média</b>	+ 15,1	Ocupação Sazonal	69,71	-	1.231	+ 7,4	226	58,8	3.5	Doméstico	+	+

As Aldeias do Xisto promovem o território e os recursos naturais do território, tendo a capacidade de integrar a população residente nas aldeias no projeto. O envolvimento da população é inclusive uma das opções de desenvolvimento do território identificada pelo PNPOT.

Foram identificadas o mesmo tipo de amenidades em todos os municípios:

- Amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais;
- Amenidades valorizáveis à escala territorial, amenidades naturais;
- Amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente.

Em média, a rede perdeu Superfície Agrícola Utilizada. Pelos municípios analisados, essa perda é de 56,6% entre 1999 e 2009, sendo que cada um possui, em média, 1.5747 ha. As explorações mais representadas são as que possuem entre 1 e 5 ha.

Relativamente aos incêndios florestais, verifica-se que a tendência é que ocorram em povoamentos florestais e arderam, em média, 591 ha em todo o período analisado, praticamente 10% do valor registado em 2012 na região centro.

Tabela 4-4: Indicadores geográficos dos municípios selecionados

Indicadores geográficos							
Municípios	Classificação PNPT	Amenidades rurais	SAU			Incêndios florestais	
			Varição (%)	Valor (ha)	Principal tipo de explorações	Maior incêndio	Tipo
Lousã	Territórios fragilizados com predomínio de espaços florestais	-Amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais; -Amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais; -Amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente	-29,0	410	1-<5	385	Espaço florestal
Oliveira do Hospital			-29,0	2.973	1- <5	312	Matos
Sertã			-33,3	2.363	1- <5	20	Espaço florestal
Vila de Rei			-51,4	340	1- <5	1.647	Espaço florestal
<b>Média</b>	<b>Territórios fragilizados com predomínio de espaços florestais</b>	<b>-Amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais; -Amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais; -Amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente</b>	<b>-56.6</b>	<b>1.547</b>	<b>1- &lt;5</b>	<b>591</b>	<b>Espaço florestal</b>

## 4.2. Praia das Rocas

O município de Castanheira de Pera, situado na região Centro de Portugal, e retirando partido das características paisagísticas, culturais e patrimoniais do território, optou por uma estratégia de desenvolvimento assente no turismo de forma a estimular a economia municipal.

A Praia das Rocas é uma infraestruturas balnear artificial que foi construída em 2005, através do aproveitamento das águas de Ribeira de Pera, e se estende por, aproximadamente, 1km e possui uma piscina de ondas. Este projeto disponibiliza ainda locais para pernoitar, como são os casos dos veleiros atracados na marina e dos *bungalows*, tendo o complexo uma média de 100 mil entradas anuais. A estratégia de desenvolvimento rural deste projeto é, segundo a classificação de Covas (2009), rural exótico ou cosmopolita, atendendo a que se trata de uma grande empreendimento com uma base produtiva própria e que se converteu numa amenidade rural do território.

A construção da praia ocorreu durante o III QCA, 2000-2006. Atendendo à localização geográfica e a que o município pertence ao Pinhal Interior Norte, a sua inclusão na rede Aldeias do Xisto seria uma

opção, contudo o município optou por ter um projeto diferenciador que acaba por complementar a oferta turística da região. Para este projeto, o valor global do investimento foi de 3.286.467,82 €, que foi complementado pelo fundo FEDER em cerca de 2.119.049,34 €.

Relativamente ao projeto Praia das Rocas realizou-se uma entrevista à Dr.<sup>a</sup> Clara Kalidás, membro da administração da Prazilândia à data da entrevista. A Prazilândia – Turismo e Ambiente é uma empresa municipal que foi fundada em 2003 e que tem, entre outros, o objetivo do exercício de quaisquer atividades de natureza comercial, industrial ou de prestação de serviços adequadas à promoção e fomento do desenvolvimento socioeconómico do Município de Castanheira de Pera.

A praia está em funcionamento desde 2005 com uma taxa de ocupação média de 2000 pessoas/dia em época alta. No ano de 2013 o volume de negócios da Praia das Rocas fixou-se nos 371.802 €, representando um aumento relativamente ao ano transato. Apesar de todo o investimento e dos volumes de negócios movimentados, a Dr.<sup>a</sup> Clara Kalidás destacou os custos elevados que a manutenção das infraestruturas requer.

Para complementar a Praia das Rocas foram criadas infraestruturas hoteleiras, seis bungalows com doze quartos duplos e ainda quatro veleiros. Em 2013 o volume de negócios manteve-se semelhante a 2012, aproximadamente 40 mil €. Segundo a entrevistada, a taxa de ocupação destes alojamento na época alta costuma estar no valor máximo.

Clara Kalidás destacou que desde o ano 2005 verifica-se uma conservação dos estabelecimentos comerciais, abrandando deste modo a perda de volume de negócios no município. Segundo a mesma, o projeto tem impacte direto não só no município mas sim em toda a região tornando-se em mais um valor que complementa a oferta turística disponível.

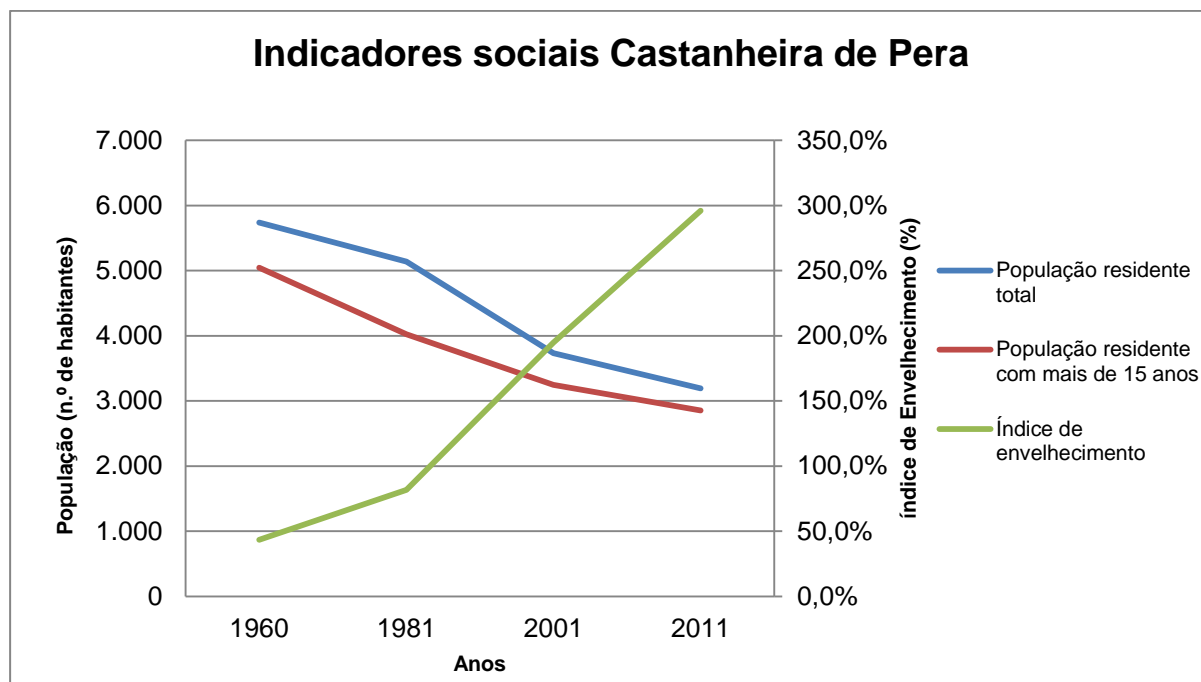
Os produtos endógenos valorizados e elencados são, para além da praia, o cabrito e o mel da Serra da Lousã. Estes produtos têm maior destaque no inverno, valorizando o município numa época de ano que em que a Praia das Rocas tem uma atividade reduzida.

### **Indicadores populacionais**

O município de Castanheira de Pera regista perdas de população em todo o período em análise, como se observa no gráfico 4-17. Entre 1960 e 1981 essa perda foi superior nas faixas etárias acima dos 15 anos, mas a partir de 1981 as perdas também atingem as faixas etárias abaixo dos 15 anos. Em 2011 o município contabilizava 3.191 habitantes, perdendo 17,0% da população entre 2001 e 2011.

Através da análise da tabela A-ii, verifica-se que entre 2001 e 2011 o município perdeu 16,9% da população. O movimento que influencia a população é a permanência, com os 96,7% da população que não mudou de município. O único movimento populacional positivo ocorreu na migração de imigrantes de outro país. Essa tendência tem-se verificado desde 1960, embora em 2011 tenha sido verificado o valor máximo, 22 pessoas.

O índice de envelhecimento da população agravou-se no período entre 1981 e 2001 com o índice neste ano a ser de 295,9%.



**Gráfico 4-17: Dados da população do município de Castanheira de Pera. População residente total (unidade), população residente com mais de 15 anos (unidade) e índice de Envelhecimento (%).**

Em Castanheira de Pera, predomina a população com apenas o 1º ciclo, 39,7%, e a soma desta população com a população sem qualquer nível de escolaridade totaliza 57,9% da população com mais de 15 anos residente em Castanheira de Pera. A população com curso superior em 2011 correspondia a 5,1%.

## Indicadores económicos

### Parque habitacional

O parque habitacional aumentou 1,7% entre 2001 e 2011, assim como a percentagem de ocupação dos alojamentos, 4,3%. Do total de alojamentos, 87,5% encontra-se ocupado.

O tipo de ocupação como residência habitual diminuiu 7,9%, ao passo que a ocupação como residência secundária teve um aumento superior a 15,0%.

O número de alojamentos vagos verificou uma diminuição de 16,8%, que está associada à baixa variação do parque habitacional.

### Poder de compra *per capita*

O poder de compra de Castanheira de Pera apresentou sempre uma tendência de crescimento, embora pequena, como se observa no gráfico A-ii. O resultado, em 2011, foi 60,07. Embora inferior, esse valor está próximo daquele apresentado pela sub-região do Pinhal Interior Sul, à qual pertence (67,42).

## Meio empresarial

O número de empresas de Castanheira de Pera diminuiu em todo o período analisado, sendo o mínimo (243) registado em 2012. A redução abrange todos os setores analisados.

O número de empresas da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, diminuiu em todo o período, sendo que em 2008 existiam 8 empresas, todas na área da silvicultura.

A indústria transformadora reduziu o seu efetivo de 34 para 26 empresas durante os oito anos analisados e apenas uma pertence à indústria alimentar.

Relativamente ao setor do alojamento e restauração, teve um aumento entre 2004 e 2007 e depois uma quebra no número de empresas, totalizando 29 empresas, das quais apenas três são referentes a alojamento.

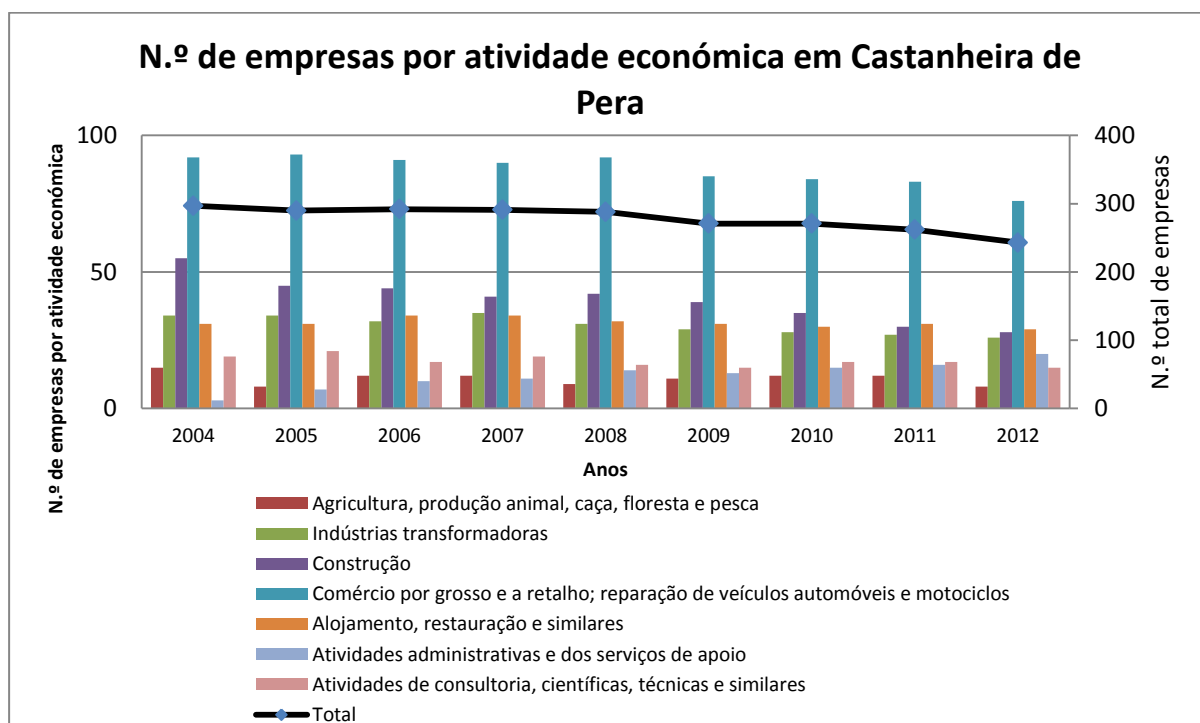


Gráfico 4-18: N.º de empresas por atividade económica em Castanheira de Pera

A par do número de empresas, o volume de negócios também diminuiu, na globalidade e em todos os setores analisados. Essa redução ocorre desde 2006, embora tenha existido um ligeiro aumento entre 2010 e 2011. Em 2012 o volume de negócios de Castanheira de Pera fixou-se em 21.957.242 €.

O setor da agricultura aumentou o seu volume de negócios em 2005, contabilizando 1.266.311 € em 2012. Este setor corresponde a 6,0% do volume de negócios total.

A indústria transformadora diminuiu o seu volume, sendo em 2012 de aproximadamente 8,3 milhões de euros – 38,0% do total do município.

O setor da restauração e alojamento, contrariamente à perda de empresas, aumentou a sua faturação, em 2,0%. Esse valor corresponde a 8,0% do volume total.

A média da taxa de sobrevivência global das empresas no município de Castanheira de Pera foi de 60,0%.

### Produtos de nome e origem protegidos

O único produto denominado como DOP é o mel da Serra da Lousã, como identificado na tabela A-xiii. A sua produção teve um aumento de produção, entre 2002 e 2011, na ordem dos 44,0%. O mel da serra da Lousã é escoado em apenas 40,0% para o mercado regional, sendo os restantes 60,0% escoados no mercado nacional, o escoamento para um maior mercado contribui para que o produto promova a região onde é produzido.

### Energia consumida

O consumo total de energia em Castanheira de Pera não apresenta uma tendência de crescimento constante no período de análise efetuado. Entre 1997 e 2000 ocorre uma quebra do consumo, depois uma recuperação, e a partir de 2007 novamente quebra de consumo.

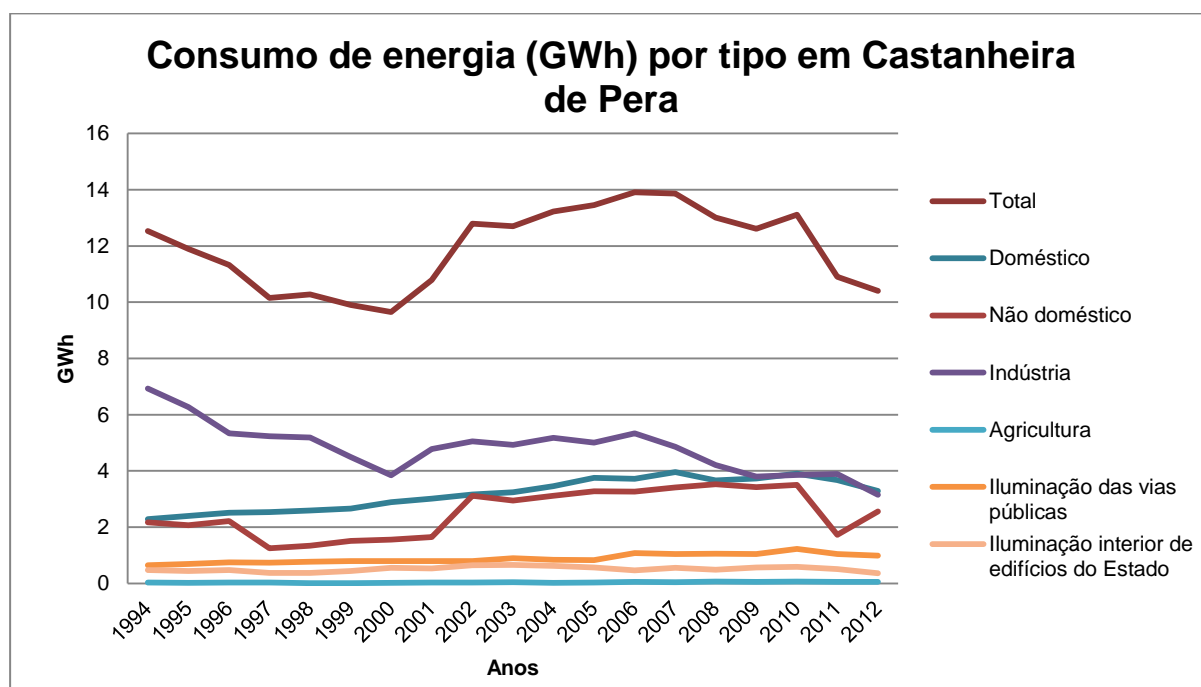
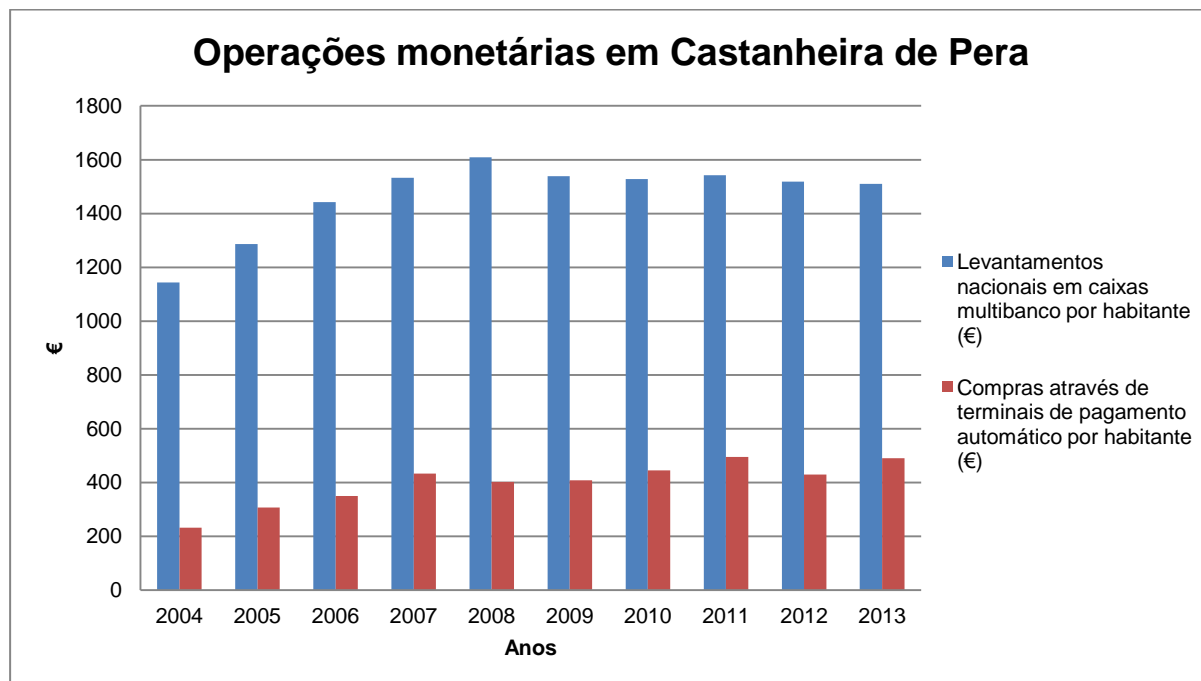


Gráfico 4-19: Consumo de energia (GWh) no município de Castanheira de Pera

Verifica-se, pela análise do gráfico 4-19, que este é fortemente influenciado pela indústria, sendo esse o principal fator da diminuição do consumo entre 1994 e 2012. O consumo doméstico registou ligeiros aumentos, assim como o consumo não-doméstico, aproximando-se desde 2009 dos consumos da indústria. A energia consumida pelo setor doméstico regista um crescimento embora muito ligeiro.

## Operações financeiras

As operações analisadas subiram em valores movimentados até 2007 – no caso das compras – e 2008 – no caso dos levantamentos. A partir dessas datas os valores são constantes como se observa no gráfico 4-20.



**Gráfico 4-20: Evolução dos valores de levantamentos em caixas multibanco, e das compras por terminais ATM por habitante (€) em Castanheira de Pera**

## Indicadores geográficos

### PNPOT

O município está num território classificado como fragilizado com predomínio de espaços florestais. Esta é a classificação considerada mais difícil dado que se está perante territórios com condições naturais difíceis, o tecido económico e social é frágil e predominam os espaços florestais.

Segundo o PNPOT (2006) existem três desafios principais neste território: valorizar dos recursos existentes no território, florestais e naturais, assegurar a qualidade de vida das populações, principalmente as que se encontram mais isoladas, e desenvolver novas pontes urbano-rurais.

A Praia das Rocas é um projeto que se enquadra numa ótica supramunicipal, que devido às suas características tão próprias se diferencia de toda a oferta turística na região e contribui para a atração de um público diferente que acabará por explorar outros produtos e recursos endógenos.

### Amenidades rurais valorizadas

Foram identificadas, no território, amenidades do tipo comercializáveis do tipo cultural e de uso direto, e amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais.

Os usos e costumes e a conservação do património edificado são valorizados através do Museu “Lagar da Corga”, pela Capela de Santo António da Neve e seus poços de neve (classificados como património de interesse público), pela Capela antiga de Pera e pela Casa Soares.

A Praia das Rocas, praias fluviais e os percursos pedestres são classificados como amenidades comercializáveis de uso direto.

Produtos consumíveis endógenos – Mel e cabrito – são classificados como amenidades naturais valorizáveis à escala territorial.

## **SAU**

Castanheira de Pera possui um setor agrícola diminuto. Verifica-se porém que entre 1999 e 2009 houve um aumento da SAU na ordem dos 4,4%, contabilizando-se 90ha. O aumento está associado a explorações inferiores a 1ha, aumentaram 19,0%, e de explorações entre 1 e 5ha, cujo aumento foi de 16,1%.

### **Área florestal ardida (ha)**

No município de Castanheira de Pera verifica-se que o maior incêndio registado ocorreu em 2011, no qual arderam cerca de 503 ha – 300 ha de espaços florestais e 203 ha de matos.

### **4.3. Novos Povoadores**

O principal objetivo do projeto é diminuir as desigualdades existentes entre regiões. Para além do crescimento da população, pretende-se que as áreas se desenvolvam através de empresas inovadoras. Os objetivos específicos são: “apoiar microempresários e trabalhadores independentes para sediarem a sua atividade em territórios de baixa densidade, seduzir grandes organizações para a transferência de alguns serviços nestes territórios; (Novos Povoadores, 2007).

O público-alvo são pessoas empreendedoras que para desenvolverem a sua atividade não necessitam de estar nas áreas metropolitanas, uma vez que têm as TIC como suporte da sua atividade ou são colaboradores de organizações que trabalham através de *nearshoring*. Além dessa característica, estas preferem a vida rural à citadina sem terem de pôr em causa a sua vida profissional ativa.

Desde a candidatura até à transferência da família o processo passa por várias etapas de modo a minimizar a probabilidade de desistências após a transferência.

O projeto é constituído por duas bolsas de oportunidades, por um lado os espaços rurais que estão interessados em receber capital humano, por outro, as pessoas que estão interessadas em aderir a um novo estilo de vida.

Para os Novos Povoadores (2007), o projeto assenta em cinco áreas:



- Organização - Destina-se a identificar e promover este conceito junto de grandes organizações que equacionem a participação num processo *nearshoring* (deslocalização para proximidade);
- Empreendedorismo - Destina-se a identificar e cativar empreendedores para estes territórios;
- Território - estruturar as oportunidades existentes;
- Mediação - elo de facilitação para a instalação dos novos povoadores;
- Comunicação - projeção e partilha de resultados do projeto.

Esta estratégia de desenvolvimento rural é classificada por Covas (2009) como rural competitivo ou comercial, devido à sua ligação à sociedade da informação e do conhecimento e ao desenvolvimento de nichos de mercado com elevado valor acrescentado.

O primeiro território a receber população foi a região do Baixo Sabor, mais concretamente o município de Alfândega da Fé, primeiro a assinar protocolo com os Novos Povoadores e a tornar-se o município piloto. Desde o início do projeto até 31 de março de 2014 mais de 1500 famílias se candidataram, sendo apresentados acima dos 550 projetos de negócios para serem aplicados na região onde serão transferidos.

Das mais de 1500 inscrições, os Novos Povoadores entraram em contacto com perto de 330 famílias, tendo o número de famílias aprovadas sido de aproximadamente metade das contactadas. Foram transferidas cerca de 63 famílias, das quais 6 desistiram.

A integração dos novos habitantes é feita através de voluntariado, de modo a promover a integração social. Os projetos desenvolvidos têm em conta os valores endógenos da região, estando fortemente relacionados com a agricultura e a agro-indústria, pretendendo-se criar valor acrescentado aos produtos.

Relativamente à forma de financiamento do projeto Novos Povoadores, seria era previsto que seria efetuado pelos municípios que iriam receber a população. Esse valor pago é o pagamento do cliente por um serviço prestado. Contudo, devido às dificuldades apresentadas por parte dos municípios em pagar o valor estabelecido inicialmente, no município de Alfândega da Fé, onde o projeto-piloto foi lançado, houve o investimento por parte da Fundação EDP, como medida compensatória pela construção da barragem do Baixo Sabor. Dos 3.000 €, valor pago pelo município por cada família transferida, a fundação EDP assumiu a responsabilidade por aproximadamente 77,0%, sendo os restantes 23,0% assegurados pelo município da Alfândega da Fé.

De forma a perceber melhor os projetos desenvolvidos foram realizadas entrevistas. No projeto Novos Povoadores essa foi feita a um dos seus promotores, Frederico Lucas.

No caso da região do Baixo Sabor, onde se encontra localizada Alfândega de Fé, foram transferidas 8 famílias, tendo uma desistido, mesmo mantendo a atividade económica que tinha iniciado.

Para Frederico Lucas os negócios desenvolvidos devem criar valor através da transformação dos produtos endógenos, valorizando o produto em mais de 100,0%.

A grande dificuldade do projeto passou pela criação de alternativas geográficas, devido principalmente ao investimento que é feito por parte dos municípios. O projeto foi lançado em 2009 e apenas em 2011 tiveram o primeiro município aceite, Alfândega da Fé, sendo para esse município que se verificaram as primeiras migrações.

Relativamente sobre os resultados alcançados, Frederico Lucas destacou os projetos que estão a ser desenvolvidos como impulsionadores da atividade económica da região, como é o caso do caviar de cereja e do requeijão de leite de amêndoas. Os projetos desenvolvidos visam criar valor acrescentado aos produtos agrícolas endógenos tornando-os produtos de gama superior. Estima-se que a área de indústria alimentar tenha gerado, através de microempresas, cerca de 30 postos de trabalho.

Um dos resultados dos três anos de investimento é a criação da marca “Terras de Alfândega”, lançada por parte da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e tem como objetivo a promoção dos produtos locais.

### **Indicadores sociais**

Segundo o gráfico 4-21, verifica-se que Alfândega da Fé é um município muito fragilizado pela perda de população sendo que estas perdas são registadas em todo o período temporal de análise. Entre 2001 e 2011 essa perda foi menos acentuada (-16,8%) comparativamente com os restantes períodos, sendo contabilizados 5.104 habitantes.

O principal movimento populacional é a permanência da população (96,2%). Em todo o período analisado destacam-se como movimentos populacionais positivos a migração de população de outro país entre 1960-1081 (110) e entre 2001 e 2011 (68) sendo que este movimento representa 1,3% da população.

Relativamente ao nível de escolaridade da população com mais de 15 anos, em 2011, o mais recorrente é o 1º ciclo (35,25%). Este nível associado à população sem qualquer nível totaliza 55,4%. Relativamente ao nível de escolaridade mais elevado, 6,9% da população tinha o nível de escolaridade superior.

O período em que o índice de envelhecimento mais cresceu foi entre 1981 e 2001, com uma variação de 72,2%. Em 2011, este índice fixou-se em 334,7%.

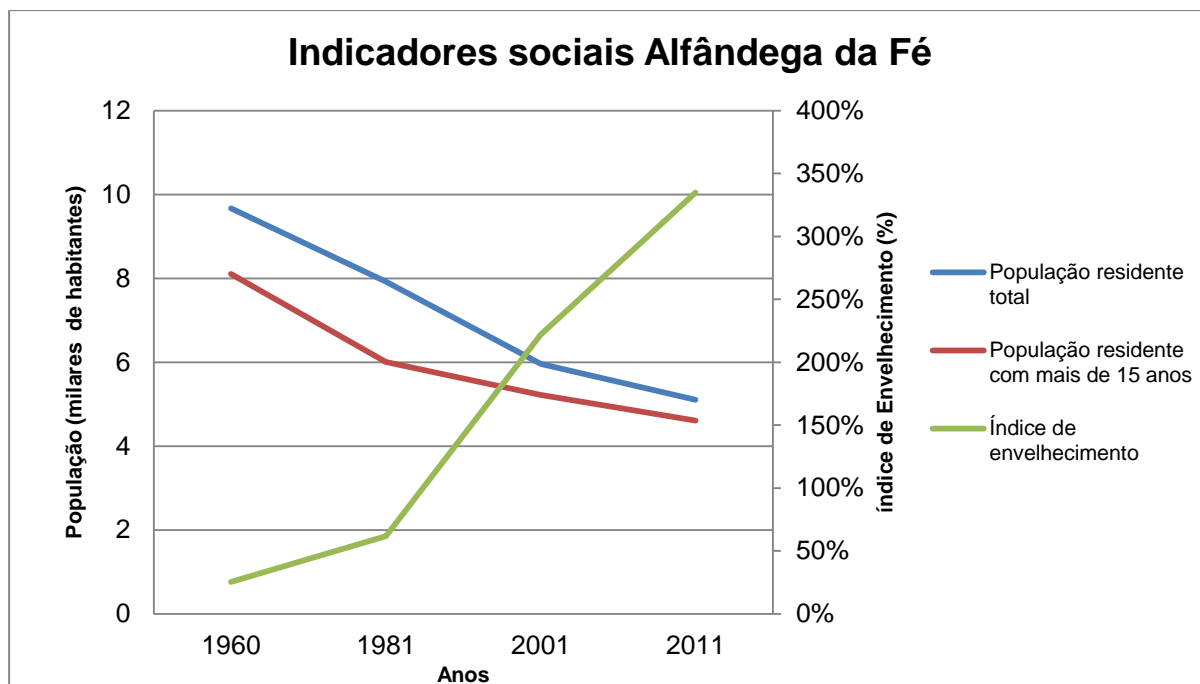


Gráfico 4-21: Dados da população do município de Alfândega da Fé. População residente total (milhares de habitantes), população residente com mais de 15 anos (milhares de habitantes) e índice de Envelhecimento (%).

## Indicadores económicos

### Parque habitacional

Entre 2001 e 2011, o parque habitacional cresceu cerca de 6,0%. Do total, em 2011, 87,2% encontrava-se ocupado e 12,7% vago. O crescimento do número de alojamentos deve-se essencialmente à habitação secundária, 18,7%, já que a ocupação para habitação principal diminuiu 7,9%.

### Poder de Compra *per capita*

O Poder de Compra *per capita* registou uma queda entre 2007 e 2009 e voltou a crescer nos dois anos seguintes, 7,0%, fixando-se nos 57,13, como se pode observar no gráfico A-ii. Apesar desse aumento o valor é bastante inferior ao poder de compra na sub-região Alto de Trás-os-Montes onde o município se insere (72.35).

### Meio empresarial

O município de Alfândega da Fé perdeu empresas entre 2004 e 2012. Durante este período ocorreu um aumento de empresas até 2008 e depois uma quebra até 2012, fixando-se em 419 empresas.

As empresas do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca pertencem na sua maioria ao subsector da agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados. O número de empresas, neste setor, também diminuiu sendo que em 2012 existiam 77, o mínimo no período temporal analisado. Contudo entre 2010 e 2011, anos da implementação do projeto Novos Povoadores, registou-se um aumento de empresas, 96.

A indústria transformadora perdeu empresas, de forma constante entre 2004 e 2012, existindo 26 empresas em 2012. Este setor é representado em metade por indústrias do setor alimentar. O subsetor alimentar verificou um aumento de 3 empresas entre 2009 e 2010 e perdeu uma entre 2011 e 2012, o que resultou num total de 12 empresas.

O setor do alojamento, restauração e similares aumentou o seu número desde 2010, associado ao subsetor do alojamento..

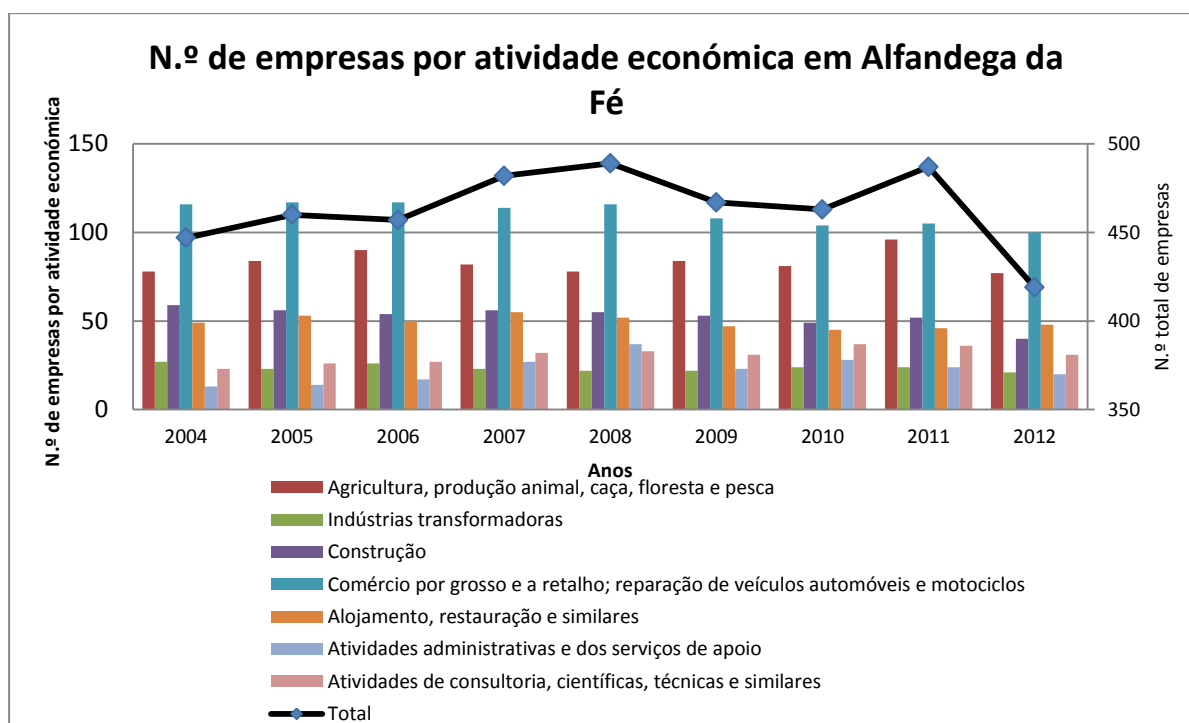
O volume de negócios cresceu em todo o período de análise, faturando aproximadamente 90 milhões de euros em 2012, o que resulta num aumento de 62,3%. O volume de negócios mais elevado registado ocorreu em 2010 com valores acima dos 331 milhões de euros, associado às obras da Barragem do Baixo Sabor.

A agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca reduziu a faturação durante o período analisado, na ordem dos 45,8%, tendo em 2012 um resultado de aproximadamente 1,87 milhões de euros. Este setor representa 2,0% do total apurado no município.

O volume de negócios da indústria transformadora cresceu, atingindo o máximo, de aproximadamente 4,5 milhões de euros, em 2012, sendo que a impulsionar este crescimento está o subsetor da indústria alimentar. O seu crescimento ocorre desde 2009 e teve um máximo em 2012, com 4,1 milhões de euros. Relativamente ao valor global faturado, a indústria transformadora representa 4,5%.

Apesar do aumento de empresas, o volume de negócios da restauração e alojamento tem registado quebras, a mais significativa a ocorrerem 2012, para 1,6 milhões de euros, inferior ao valor obtido em 2004. Este facto pode estar associado aos fatores macroeconómicos nacionais. O setor significa 2,0% do total de volume faturado em Alfândega da Fé.

A média, no período analisado, da taxa de sobrevivência das empresas é de 59,3%.



**Gráfico 4-22: n.º de empresas por atividade económica no município de Alfândega da Fé**

### Produtos de Origem protegida

O município de Alfândega da Fé é, do grupo em análise, o que apresenta maior número de produtos tradicionais com nomes de denominação e origem protegida, como se encontra apresentado na tabela A-xiii.

De todos os denominados, o maior destaque recai sobre os queijos – de Terrincho e da Cabra transmontano -, o cabrito serrano transmontano, os produtos de Salsicharia – Alheira de Vinhais, Salpicão de Vinhais e Chouriça de Carne/Linguíça de Vinhais e o Mel da Terra Quente.

Verifica-se que existe uma quebra na produção dos queijos desde 2007, devido à quebra do efetivo animal, com o valor de produção em euros a variar da mesma forma. Estes produtos são escoados na sua totalidade para o mercado regional.

A produção de cabrito transmontano totalizou, em 2011, 5.815 kg de produto, que se traduziram num valor de 68.326 €. O mercado de destino deste produto é o nacional, tendo ocorrido uma quebra de produção entre 2010 e 2011.

A produção total dos produtos de salsicharia referidos foi de 12.021 kg, traduzidos num valor de produção de 151.516 €, distribuídos no mercado nacional. O mel da Terra Quente foi em 2011 o mel com denominação de origem protegida que maior produção obteve, cerca de 263.04 t, resultando de um valor de produção na ordem dos 604.992 €. Apesar de possuir alguma distribuição do produto a nível nacional, a grande fatia é comercializada à escala regional.

Relativamente aos produtos que possuem produção, em 2010 e 2011, a grande fatia do seu escoamento é o mercado regional.

## Energia consumida

O consumo total de energia registou uma quebra desde 2010. O consumo doméstico é o setor que mais contribui para o consumo total apesar da perda de população constante no período de análise.

O consumo não-doméstico também acompanha esse crescimento, tendo sido, entre todos os tipos de consumo o que mais cresceu ao longo do período.

## Operações financeiras

Em Alfândega da Fé, a evolução das compras através de terminais de pagamento automático foi positiva até 2011, tendo estabilizado desde então. Relativamente aos levantamentos de multibanco, esse aumento ocorreu até 2011, 2012 registou uma pequena queda e o valor voltou a aumentar em 2013. Essa evolução poderá estar associada aos novos hábitos praticados pela população que chega ao município assim como aos projetos iniciados.

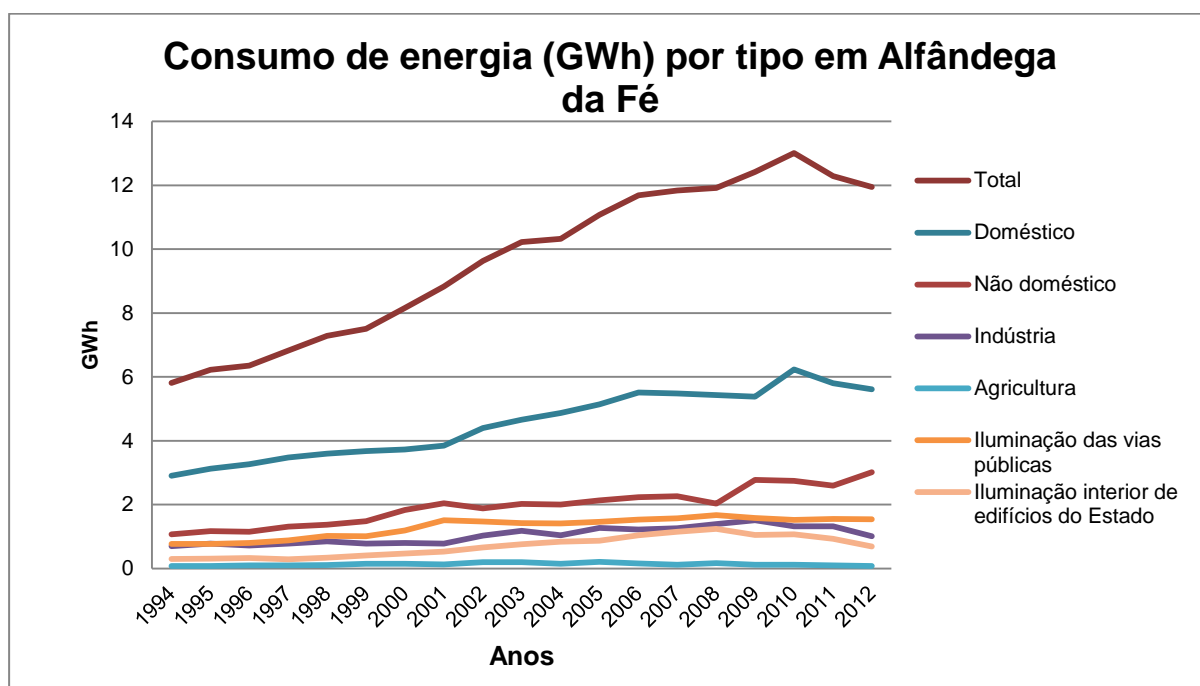
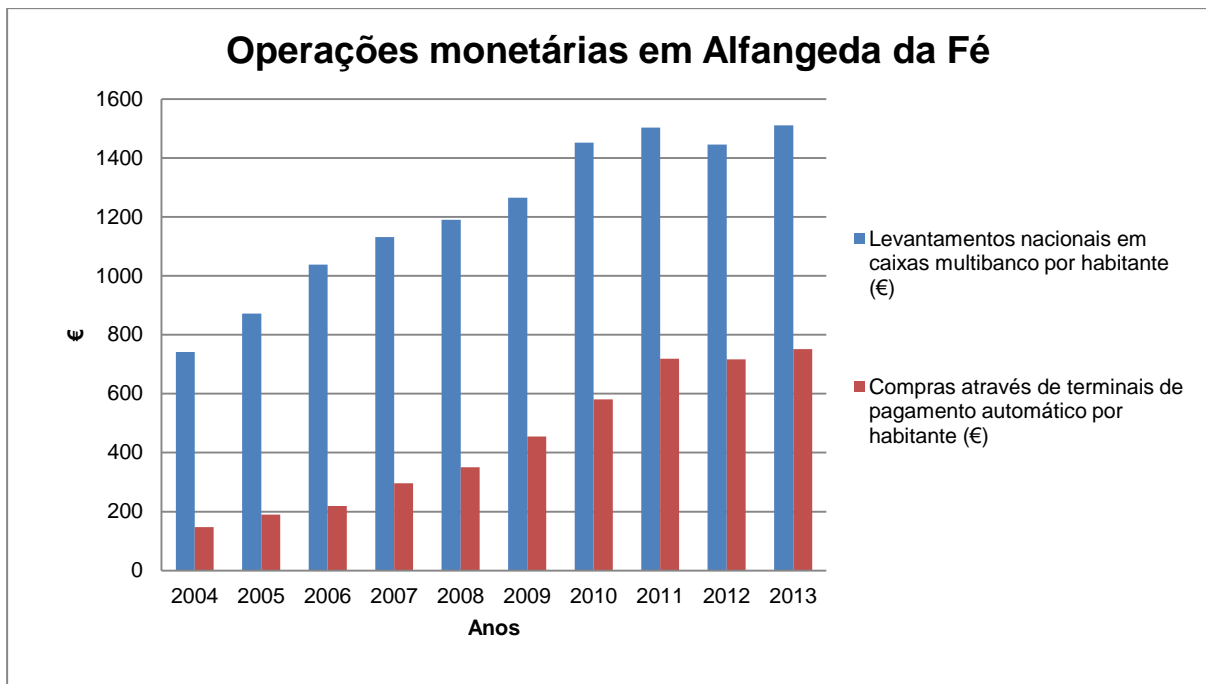


Gráfico 4-23: Consumo de energia (GWh) por tipo de atividade em Alfândega da Fé



**Gráfico 4-24** Evolução dos valores de levantamentos em caixas de multibanco e das compras em terminais ATM, por habitante (€) em Alfândega da Fé

## Indicadores geográficos

### PNPOT

O município está num território classificado como fragilizado com predomínio de espaços florestais. Como já foi referido, esta é a classificação considerada mais difícil para o desenvolvimento uma vez que são territórios com condições naturais difíceis, o tecido económico e social é frágil e predominam os espaços florestais.

Segundo o PNPOT (2006) na região de Alfândega da Fé, os serviços dos ecossistemas, principalmente os que estão associados ao turismo, terão um papel importante em territórios de montanha com potencial paisagístico. Esta valorização será importante não só relativamente ao património natural como também ao património cultural.

A valorização de produtos agrícolas endógenos, como é o exemplo da castanha e da cereja tem beneficiado de importantes investimentos.

No caso dos Novos Povoadores, o projeto visa a transferência de população para o território fragilizado não desprezando a necessidade de investimento económico, em especial investimento nos recursos endógenos. Os Novos Povoadores vão deste modo ao encontro das exigências descritas pelo plano.

### Amenidades rurais valorizadas

As amenidades identificadas no território nos Novos Povoadores dividem-se em duas categorias. Amenidades comercializáveis, de uso direto, recursos naturais de uso recreativo, através de passeios pedestres, desportos de natureza e culturais, como é o caso da tecelagem, da latoaria, produção de

couro para sapatos e da cestaria. Entre as amenidades valorizáveis à escala territorial encontram-se os sabres naturais como é o caso da cereja, da amendoeira, do azeite, e ainda a paisagem de montanha utilizada para percursos pedestres.

Como valorização destes produtos por parte do projeto Novos Povoadores destaca-se o projeto Lagar de Azeite, que tem como objetivo reinventar novas formas de utilizar o azeite.

## **SAU**

Alfândega da Fé apresenta uma perda de SAU na ordem dos 10% entre 1989 e 2009, totalizando 11.761ha. A perda de SAU em áreas entre 20 a 50 ha foi a principal causa, com uma redução de 37,0% da área. Extensões entre 1 e 5 ha aumentaram 16,0% e inferiores a 1 ha aumentaram 7,5%

## **Áreas ardidas**

O maior incêndio ocorreu em 2001, no qual arderam 498 ha. Nos anos de 2011 e 2012 foram registados incêndios relativamente grandes, 369 e 329, respetivamente, tendo ocorrido em zona de mato.



## 5. Comparação e avaliação dos resultados

Após análise de todos os municípios onde os casos de estudo foram aplicados é necessário fazer uma comparação entre os mesmos, de modo a retirar as devidas relações sobre os resultados.

Atendendo às diferentes dimensões e âmbitos de aplicação, para além dos indicadores apresentados, é efetuada uma análise às dinâmicas e objetivos dos projetos. Apesar das suas diferenças, o objetivo fundamental dos casos de estudo é o mesmo, dinamizar e promover os espaços rurais onde são aplicados. Efetivamente, todos os projetos influenciam o território embora tenham diferentes impactes ao nível da economia, sociedade e ambiente.

Relativamente aos indicadores selecionados verifica-se, pela tabela 5-1 que os municípios da rede Aldeias do Xisto aumentaram a população entre o ano 2001 e 2011, sendo esse aumento, em média, de 1,0%. Os municípios de Castanheira de Pera e Alfândega da Fé perderam população entre os dois recenseamentos, sendo a sua variação semelhante. Verifica-se também que a perda de população entre 1960-1981 e 1981-2001 foi maior que nos últimos 10 anos analisados, em ambos os municípios.

A população nos municípios da rede Aldeias do Xisto é bastante superior à residente em Alfândega da Fé e em Castanheira de Pera. Em todos os municípios o índice de envelhecimento é elevado. O município com índice maior é Alfândega da Fé, seguindo-se Castanheira de Pera.

O nível de escolaridade mais frequente entre a população é o 1º Ciclo do ensino básico, em todos os municípios. A soma da população sem qualquer nível de escolaridade com a população com o 1º Ciclo é superior a 50,0% nos três casos de estudo. A par do maior número de população, a média dos municípios da rede Aldeias do Xisto possui uma maior percentagem de população com nível de escolaridade superior. Em Alfândega da Fé esse valor fixa-se nos 6,9% da população, apesar do seu elevado índice de envelhecimento. Com menor população está Castanheira de Pera, que tem o valor de 5,9% neste índice.

Relativamente aos indicadores económicos, que são apresentados na tabela 5-2, verifica-se que o parque habitacional cresceu em todos os municípios, entre 2001 e 2011. Em todos os casos, verifica-se que a taxa de ocupação encontra-se entre os 87,0 e 88,0%, sendo que o principal dinamizador deste crescimento é a ocupação sazonal.

O maior crescimento ocorreu nos municípios onde a rede Aldeias do Xisto foi implementada, 15,1%.

Alfândega da Fé teve um aumento de 6,0%. Atendendo à perda de população na ordem dos 16,8%, e que o índice de envelhecimento é de 334,7%, o aumento do parque habitacional revela que existe uma procura do município principalmente para utilizações sazonais.

O crescimento do parque habitacional em Castanheira de Pera foi de 1,7%, seguindo a tendência dos indicadores populacionais.

Tabela 5-1: Indicadores Sociais nos municípios

Indicadores Sociais					
	Variação da população		Nível de escolaridade		Índice de envelhecimento (%)
	Variação da População (%)	Valor (n.º de habitantes em 2011)	Principal	Nível Superior (%)	
<b>Municípios da Rede Aldeias do Xisto</b>	+ 1,0	14.448	1º Ciclo	8,0	223,7
<b>Castanheira de Pera</b>	- 17,0	3.191	1º Ciclo	5,1	295,5
<b>Alfândega da Fé</b>	- 16,8	5.104	1º Ciclo	6,9	334,7

O índice de Poder de Compra *per Capita* é mais baixo em Alfândega da Fé e é mais alto na média dos municípios da rede Aldeias do Xisto. Relativamente a Alfândega da Fé e Castanheira de Pera, o índice é inferior à média do valor registado nas sub-regiões às quais pertencem, Alto de Trás-os-Montes e Pinhal Interior Norte, respetivamente, concluindo-se assim que estes municípios apresentam uma fragilidade económica. Relativamente à rede Aldeias do Xisto, o índice é superior ao registado no Pinhal Interior Norte o no Pinhal Interior Sul.

Relativamente ao meio empresarial, verifica-se que a redução do número de empresas, volume de negócios e consumo de energia, registadas em todos os municípios, ocorrem a partir do ano 2008 e 2009, sendo que estas reduções coincidem com os anos de maior impacto da crise económica nacional. Relativamente ao número de empresas, constata-se que a perda ocorreu em todos os municípios, verificando-se uma tendência de crescimento entre 2004 e 2008 e depois a redução.

O número de empresas, em 2011, foi maior na média dos municípios da Rede. Nos restantes municípios o número de empresas é muito inferior.

As empresas de alojamento cresceram em todos os municípios analisados.

A média da taxa de sobrevivência é muito semelhante entre os três casos analisados, situando-se entre 59,0 e 60,0%.

Os produtos de nome e origem protegidas estão representados em todos os municípios. Alfândega da Fé é o que possui mais produtos distinguidos no território, cerca de 7. Apesar de um maior número de produtos, existem alguns sem registo de produção, em 2010 e 2011. O facto de o escoamento ser feito na maioria à escala regional não possibilita a identificação do produto com o território para os consumidores fora da escala regional.

Castanheira de Pera possui apenas um produto de denominação e origem protegida, enquanto que a rede tem, em média, 3,5 produtos por município.

Os produtos identificados na rede Aldeias do Xisto, são escoados em grande parte à escala nacional, existem também produtos que são exportados. Os resultados permitem concluir que estes produtos endógenos estão a ser valorizados de forma a associarem o produto ao território.

O consumo de energia é dominado em todos os casos pelo consumo doméstico. Apenas Castanheira de Pera apresenta uma influência da indústria semelhante ao consumo doméstico.

As operações financeiras cresceram em Alfândega da Fé e na rede Aldeias do Xisto. Em Castanheira de Pera os valores movimentados foram semelhantes. O crescimento das operações financeiras verificadas poderá ser reflexo dos projetos uma vez que a população idosa tendencialmente prefere outras formas de pagamento. Concretamente no caso de Alfândega da Fé, que perdeu população, esta possui um índice de envelhecimento muito elevado e um índice de Poder de Compra muito baixo. O maior aumento verifica-se desde 2010, sendo que em relação à rede Aldeias do Xisto, verifica-se um aumento dos levantamentos desde 2007.

Os indicadores geográficos, apresentados na tabela 5-3 revelam que todos os municípios se encontram em territórios classificados como fragilizados com predomínio de espaços florestais. Apesar dessa classificação, as estratégias de desenvolvimento apontadas pelo PNPOP são diferentes para os municípios da rede, Castanheira de Pera e Alfândega da Fé.

O desenvolvimento dos municípios da rede Aldeias do Xisto e de Castanheira de Pera, segundo o PNPOP (2006) enfrenta três desafios fundamentais no território: valorizar dos recursos existentes no território, florestais e naturais, assegurar a qualidade de vida das populações, principalmente as que se encontram mais isoladas, e desenvolver novas pontes urbano-rurais.

O desenvolvimento é influenciado pelos centros urbanos de média dimensão existentes, e pelas acessibilidades entre estes, principalmente os eixos rodoviários. No caso do Pinhal Interior Norte o desenvolvimento será suportado pelos polos de Leiria/Pombal, Coimbra e Viseu, enquanto o Pinhal Interior Sul por Castelo Branco e centros urbanos do Médio Tejo.

Relativamente a Alfândega da Fé, segundo o PNPOP (2006), os serviços dos ecossistemas, principalmente os que estão associados ao turismo, terão um papel importante em territórios de montanha com potencial paisagístico. Esta valorização será importante não só relativamente ao património natural como também ao património cultural.

As amenidades identificadas são do mesmo tipo em todos os municípios estudados. A rede Aldeias do Xisto, assim como o projeto da Praia das Rocas, em Castanheira de Pera, são por si amenidades.

A Superfície Agrícola Utilizada apenas aumentou no município de Castanheira de Pera, entre 1999 e 2009, 4,4%. Apesar desse aumento, o valor é muito inferior ao registado nos restantes casos. A maior variação verificada foi na rede (-56,7%). O principal tipo de exploração existente nos municípios são as explorações com extensão entre 1 e 5ha.

Os incêndios florestais que ocorreram encontram-se entre os 500 e 600ha. Destaca-se o incêndio em Alfândega da Fé que ocorreu sobretudo em matos.

Cada caso de estudo apresentado possui dinâmicas e estratégias de desenvolvimento rural próprias. A rede Aldeias do Xisto pretende promover o território da região do Pinhal Interior através da eleição de um conjunto de investimentos que possibilitam retomar tradições, artes e profissões tradicionais que tendem a desaparecer. Pretende ainda valorizar o património arquitetónico e a paisagem natural existentes na região.

Através destes investimentos os promotores pretendiam criar uma marca turística de referência não só no mercado nacional como também no internacional. A sua promoção possibilita a dinamização de outras dinâmicas económicas através de novos investimentos com produtos endógenos. Além do reforço do capital económico os promotores têm em vista a valorização do capital humano através da captação de massa crítica para a região e consequentemente a melhoria do capital social através da beneficiação dos sistemas de governança.

O público-alvo é a população residente, os turistas e os novos empreendedores. A rede foi desenvolvida no âmbito do III QCA – FEDER, POPH e PRODOR -, com um valor global de aproximadamente 146,9 M€.

Relativamente ao projeto Praia das Rocas, o projeto foi executado ao nível municipal. Tendo em conta as características territoriais de Castanheira de Pera, além das patrimoniais e culturais, esta opção de desenvolvimento está intimamente associado à estratégia de dinamização das estruturas económica, social e ambiental, e ao turismo. A construção da infraestrutura Praia das Rocas e dos investimentos complementares à praia foram efetuados de modo a atrair visitantes, principal público-alvo, ao município e deste modo valorizar os restantes produtos disponíveis, beneficiando assim a população local. A praia da Rocas foi construída no âmbito do III QCA – FEDER – e teve um investimento global de aproximadamente 3,3 M€.

Os Novos Povoadores pretendem, através do aumento do capital humano, diminuir as desigualdades existentes no território nacional em relação às áreas sociais e económicas. São desta forma uma organização promotora da transferência de cidadãos para as regiões dispostas a receber estes habitantes. Para além da transferência, prestam apoio às famílias na execução do projeto que tem de ser implementado. Os públicos-alvo são os habitantes dispostos a mudar para a região interior, e os municípios que adquirem os serviços da organização. As áreas de influência da organização são a organização, o empreendedorismo, o território, a mediação e a comunicação.

Relativamente ao investimento efetuado, esse é feito por parte das câmaras municipais que solicitam o trabalho de transferência do número de famílias pretendido à organização. Os restantes investimentos, nomeadamente aplicação de novas empresas, é da responsabilidade dos novos habitantes.

Tabela 5-2: Indicadores económicos nos municípios

Indicadores económicos												
Municípios	Parque habitacional		Poder de Compra per Capita	Meio empresarial					Produtos de origem e nomes protegidos	Consumo de energia	Variação das operações financeiras	
	Variação (%)	Principal		Número de Empresas		Volume de negócios		Taxa de sobrevivência (média)		Principal tipo de consumidor	Levantamentos em multibanco por habitante	Compras em terminais de caixas automáticas
				Variação	Valor	Variação (%)	Valor (milhões de €)					
Municípios da Rede Aldeias do Xisto	+ 15,1	Ocupação Sazonal	69,71	-	1.231	+ 7,4	226	58,8	3,5	Doméstico	+	+
Castanheira de Pera	+ 1,7	Ocupação Sazonal	60,07	-	243	-30,4	22	60	1	Industrial + Doméstico	=	=
Alfândega da Fé	+ 6,0	Ocupação Sazonal	57,13	-	419	+ 62,3	90	59,3	7	Doméstico	+	+

Tabela 5-3: Indicadores geográficos nos municípios onde os projetos foram implementados

Indicadores geográficos							
Municípios	Classificação PNPOT	Amenidades rurais	SAU			Incêndios florestais	
			Variação (%)	Valor (ha)	Principal tipo de explorações	Maior incêndio	Tipo
Municípios da rede Aldeias do Xisto	Territórios fragilizados com predomínio de espaços florestais	-Amenidades comercializáveis, de uso direto e culturais;	- 56,6	1.547	1-<5	591	Espaço florestal
Castanheira de Pera		-Amenidades comercializáveis à escala regional, do tipo naturais;	+ 4,4	90	1- <5	503	Espaço Florestal + Matos
Alfândega da Fé		-Amenidades dificilmente comercializáveis, património de uso corrente	- 6,2	11.761	1- <5	498	Matos

## **Análise dos resultados**

Após comparação dos resultados dos municípios onde os casos de estudo foram implementados concluiu-se que o que teve mais impacto no território, até à data, foi a rede Aldeias do Xisto.

O projeto permitiu capacitar o território de infraestruturas que conseguiram aumentar a competitividade do território. Este projeto tem a capacidade de, através das visitas e dos produtos valorizados na sua rede, dar visibilidade ao território e torná-lo num polo turístico de grande importância na região Centro. Além disso permite aumentar a qualidade de vida das populações residentes nas aldeias e integrá-las na dinâmica das atividades desenvolvidas, não as deixando marginalizadas.

O crescimento do parque habitacional por consequência da habitação sazonal é sinal de que o projeto está a atrair população, que apesar de não viver no município, visita-o sazonalmente. O crescimento volume de negócios da indústria alimentar e do alojamento e restauração são sinais de que o projeto está a ter impacto económico na região. A rede é capacitada para ser visitada em qualquer altura do ano, havendo sempre atividades e temáticas.

O crescimento do volume de negócios dos municípios da rede, especialmente nas áreas do turismo e alojamento, e da indústria transformadora, demonstram que o projeto dinamiza a economia local.

O aumento das operações financeiras na rede é uma evidência, não só da mudança de hábitos como também da influência dos turistas.

O projeto segue a estratégia apresentada pelo PNPOP para o desenvolvimento desta região, dado que valoriza os recursos existentes no território e contribui para melhorar a qualidade de vida das populações mais isoladas.

Além da rede Aldeias do Xisto, os municípios desenvolveram um trabalho muito importante ao nível da valorização do seu território através das amenidades identificadas, como se observou. Apesar de a própria rede ser considerada uma amenidade de difícil comercialização, toda a rede e amenidades associadas são comercializáveis mais facilmente.

Assinala-se, no entanto, que a diminuição da SAU indica que as explorações agrícolas estão a diminuir. Relativamente aos incêndios florestais, o aproveitamento da floresta por parte da rede contribui para a sua limpeza e minimização dos riscos de incêndio.

Relativamente à Praia das Rocas, conclui-se que este projeto cumpre os objetivos pelos quais foi construído, que visam desenvolver um produto único na região que permita diferenciar o município e atrair anualmente, na época balnear, visitantes de todo o país. Apesar disso não se verifica um impacto significativo na redução das perdas de população, nem no agravamento do índice de envelhecimento, portanto o projeto não tem permitido fixar habitantes ou criar emprego.

O baixo crescimento do parque habitacional é indicador que não há perspectivas de crescimento populacional. O projeto não influenciou o crescimento do número de empresas nem do volume de

negócio. Apesar dos resultados globais, o setor do alojamento e restauração aumentou o seu volume de negócios, demonstrando que esta área de atividade, diretamente associada ao projeto, está a ter proveitos.

As amenidades identificadas no território permitem desenvolver um conjunto de atividades e infraestruturas que aumentam a oferta turística. Apesar de existir um conjunto de amenidades identificadas, a sua valorização é feita essencialmente numa época do ano. Face à sua proximidade à rede Aldeias do Xisto os dois projetos complementam-se, valorizando o território a nível regional. Este projeto segue as indicações de desenvolvimento regional do PNPOP, relativamente à valorização dos recursos naturais. Relativamente à melhoria da qualidade de vida das populações, não se observou qualquer impacte.

Apesar do crescimento da SAU o valor é pouco significativo para criar um impacte maior no crescimento da atividade económica. Após a implementação do projeto, verificou-se (em 2012) um incendio de maiores proporções, 503ha, que incidiu na sua maioria em espaços florestais. No ano de 2009 também foi registado uma área ardida significativa, 224ha, que atingiu matos e espaços florestais, concluindo-se que o projeto não tem impacte na salvaguarda da ocorrência de incêndios.

A organização Novos Povoadores é a mais completa ao nível das atividades abrangidas, e o que menor investimento necessita por parte dos municípios. A forma de seleção adotada tende a minimizar as desistências, uma vez que cada candidato é avaliado e acompanhado durante um longo período de tempo, antes e após a transferência. Este projeto possibilita, através do conhecimento e inovação, que os novos habitantes, possuidores tendencialmente de maior capital humano, possam criar valor às regiões para onde são transferidos através de novos produtos e negócios.

Apesar de todas estas características, verifica-se que o projeto não tem tido a capacidade de crescer e de se disseminar, por falta de municípios que procurem os seus serviços.

Concretamente no município de Alfândega da Fé, a data de implementação é mais recente que a dos restantes projetos, não possibilitando uma análise dos dados mais correta, como nos outros casos. Além disso, a transferência até à data, de apenas 8 famílias, não permite espelhar resultados efetivos porque este número quando comparado com a perda de população é diminuto.

A percentagem de habitantes com curso superior é relativamente elevada tendo em conta a variação de perda da população e o índice de envelhecimento registado, podendo este ser um impacte do projeto no território.

O parque habitacional é outro indicador que também está associado ao movimento do projeto, aumentado 6,0%, o que associado ao baixo índice de Poder de Compra e à perda de população é um registo de destaque.

Embora tenha reduzido depois dessa data, o número de empresas entre 2010 e 2011 cresceu no município, concretamente na indústria alimentar, havendo um impacte do projetos nos resultados. O

crescimento do volume de negócios está associado às obras desenvolvidas na barragem do Baixo Sabor.

Este é o município que mais produtos de nome e origem protegida possui e estes tenderão a ser valorizados atendendo à dinâmica dos Novos Povoadores, como já ocorre pela valorização de produtos como a cereja e através de novas alternativas à comercialização do produto tradicional, como é o caso do caviar de cereja. Regista-se ainda a criação de microempresas no setor da indústria alimentar que criaram trinta postos de trabalho, mas atendendo a que estes são dados relativos a 2013, não foi possível avaliar a informação.

Relativamente ao PNPOT, não vai estritamente de encontro à estratégia de desenvolvimento sugerida, contudo há a possibilidade de, com as migrações de novas famílias, sejam realizados investimentos na valorização turística do território.

O projeto não tem qualquer influência na redução da superfície agrícola utilizada entre 1999 e 2009, uma vez que a sua instalação foi posterior a este período. Relativamente à área florestal ardida, os valores no município são sempre superiores a 200 ha – com exceção de 2010 – pelo que o projeto não teve, até à data, qualquer impacte na minimização deste indicador.



## 6. Conclusões

Os objetivos da presente dissertação foram identificar a existência de um aumento da procura dos espaços rurais em Portugal e caracterizar essa procura, identificando quais os fatores de condicionamento e dinamização dos espaços rurais e da sua economia.

Através da revisão bibliográfica conclui-se que os espaços rurais apresentam uma tendência de desertificação, principalmente em regiões rurais remotas, que não vai abrandar nos próximos anos num panorama mundial. Apesar dessa tendência, são registados movimentos - com muito menos expressão - de migração para o espaço rural.

Em Portugal na última década a população rural continuou a diminuir, à imagem da tendência global. A perda de população, especialmente das faixas etárias mais jovens, impossibilita a renovação das estruturas económicas existentes, em especial no setor agrícola que, mesmo com ligeiro aumento de jovens agricultores constatada entre 2007 e 2010, é insuficiente. Contrariamente à agricultura, verificou-se que o turismo tem crescido, sendo os resultados nacionais superiores aos valores registados na União Europeia. A utilização dos espaços rurais pelo turismo e pela população que reside em áreas urbanas, utilizando estes territórios como local recreativo, é uma forma de dinamização do território bastante comum, principalmente em zonas mais remotas. O aumento da oferta turística nos territórios rurais está associado às opções no âmbito dos quadros comunitários de desenvolvimento rural, mais concretamente em relação ao eixo 3, aumentar a qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural, e 4, LEADER, dos FEADER.

Os investimentos feitos em Portugal ao nível do desenvolvimento rural têm como base as diretrizes europeias e os fundos por elas disponibilizados. Para o período 2014-2020, o investimento será menor, aparecendo como prioridades o aumento da competitividade das regiões, a agricultura baseada no conhecimento, a inovação, investimento em jovens agricultores e a gestão sustentável dos recursos naturais e do desenvolvimento territorial. Estes objetivos dão continuidade ao programa aplicado entre 2007 e 2013.

Conclui-se desta forma que os espaços rurais reinventaram-se deixando de ser unicamente dedicados à produção agrícola. Cada vez mais estes territórios apresentam novas formas de investimento, tendo o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação facilitado as migrações e as novas atividades económicas. Identificou-se que o desempenho económico dos territórios rurais está principalmente associado ao investimento no capital económico e humano, contudo em muitos territórios rurais, especialmente os mais remotos, verifica-se uma perda contínua destes dois capitais. Os capitais, natural e cultural, apresentam um grande potencial para aumentar a competitividade e a economia local, dado que são aspetos diferenciadores dos espaços permitindo a associação de um produto ou atividade ao local de onde provém,

Identificaram-se como principais fatores de constrangimento ao desenvolvimento rural a perda de serviços no meio rural, a globalização/isolamento, o efeito clientelista no meio político, a política pouco diferenciadora e a divergência de referências e valores.

No sentido oposto Covas e Covas (2012) refere como fatores favoráveis ao desenvolvimento rural a melhoria das acessibilidades e comunicações, o maior agenciamento de novos empreendedores, a descentralização e a desconcentração, o que aumenta o número e a qualidade dos equipamentos nas pequenas e médias cidades do interior, a procura de liberdade e segurança, que tem, cada vez mais, uma expressão territorial concreta, um quadro de vida mais discreto e pacato, o lugar à imaginação e inovação, as novas linhas de investigação e novos produtos, as novas estratégias familiares intergeracionais, as novas estratégias pluriactivas cidade-campo, uma nova geração de bens públicos rurais e a pluralidade e diversidade de agriculturas e agro-culturas. Foram analisados três projetos de um conjunto, previamente identificado, no território nacional, dois dos quais possuem uma estratégia de desenvolvimento rural assente no turismo, um à escala supramunicipal e outro à escala municipal. O outro caso de estudo apresenta uma estratégia baseada na transferência de população de zonas urbanas para rurais e na valorização do território e produtos endógenos a partir do conhecimento e do investimento dos novos habitantes. Todos os projetos avaliados ocorreram em territórios rurais remotos.

A Rede Aldeias do Xisto, conseguiu captar novos habitantes, turistas e novos negócios, como fatores que permitiram estes resultados realça-se a promoção de atividades e pacotes turísticos ao longo de todo o ano, que possibilitam uma melhor rentabilização do investimento e que as atividades económicas não sejam apenas sazonais, o funcionamento do projeto ao nível supramunicipal permite aos visitantes fazerem estadas maiores e usufruir da oferta de vários municípios e dos seus produtos característicos.

A integração da população local no projeto permite conservar as tradições e usos e costumes, uma vez que os habitantes participam nas atividades e ações. Para além da integração, a rede permitiu melhorar a qualidade de vida das populações, através do investimento nas suas necessidades básicas. A rede permitiu valorizar os capitais naturais e culturais do território, tornando-se ela própria uma amenidade rural capaz de vender a região onde está implementada. O projeto da Praia das Rocas é um projeto que, face à realidade do município e à sazonalidade que a atividade possui, não contribui para o desenvolvimento sustentável do município. A aplicação do projeto não influencia a fixação de população, nem de empresas. Apesar das limitações referidas, o projeto é uma infraestrutura única na região, captando turistas ao longo de toda época balnear, o que se traduz em taxas de ocupação elevadas todos os anos. Este projeto é também considerado uma amenidade territorial.

Os Novos Povoadores possuem uma estratégia diferente dos projetos já referidos. Esta organização tem em conta as três componentes do desenvolvimento sustentável: primeiro fixar população, depois esta população deve investir em novas empresas que permitam dinamizar a economia local, e por fim as novas empresas deverão ter em conta os produtos endógenos do território. Apesar do projeto ser o mais equilibrado em termos de investimentos e objetivos, tem tido algumas dificuldades a nível de aplicabilidade. Os resultados do município não permitem espelhar o impacto do projeto, devido ao curto período de aplicação em relação aos restantes, e ainda porque, concretamente para o município de Alfândega da Fé, migraram apenas 8 famílias. Regista-se a existência de novas

dinâmicas no município através dos produtos agroalimentares, que a longo prazo poderão constituir uma imagem de marca da região.

Conclui-se que, dos três casos de estudo, os projetos de desenvolvimento rural associado ao turismo permitem dinamizar, num menor espaço de tempo, o território, embora isto seja feito por forma de visitação e a sazonalidade seja um constrangimento. Se o projeto turístico tiver em conta todas as características do território, e funcionar de modo supramunicipal, com empresas locais e paralelamente ao investimento turístico seja investido nos produtos endógenos, é possível maximizar o investimento e torná-lo mais atrativo. Conclui-se também que os resultados apresentados pelos projetos foram influenciados negativamente pela crise económica nacional, uma vez que a tendência, até 2008, foi de crescimento em todos os casos.

O potencial dos projetos de migração rural tende a crescer mas, concretamente no caso dos Novos Povoadores, está dependente das opções políticas dos municípios em investir ou não. O projeto tende a ser menos dispendioso que os restantes e a variedade de investimentos feitos pelas famílias migrantes é maior.

Analisando todo o projeto constata-se que seria importante alargar a avaliação da Rede Aldeias do Xisto aos dezassete municípios que a constituem de forma a ter uma melhor perceção dos seus efeitos. Relativamente aos Novos Povoadores, será interessante, em estudos futuros, avaliar concretamente as empresas criadas pelos habitantes e o impacte das mesmas, ou, à imagem da rede Aldeias do Xisto, fazer uma análise dos vários municípios que têm protocolo e que receberam novos habitantes no âmbito do mesmo. Esse levantamento não foi realizado uma vez que, no caso da Rede Aldeias do Xisto, tornaria o presente trabalho muito extenso e, no caso dos Novos Povoadores, não existe informação disponível pelo facto de o projeto se encontrar em atividade desde 2010, e não ter passado tempo suficiente para permitir tal avaliação.

## 6. Bibliografia

- ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. (Janeiro de 2009). *Estratégia de Eficiência Coletiva - Rede das Aldeias de Xisto*. Obtido em 15 de dezembro de 2013, de Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc\\_estrategico\\_aldeias\\_xisto%20\(anexo1\\_1\\_eec\\_rax\\_\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_aldeias_xisto%20(anexo1_1_eec_rax_).pdf)
- ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. (2013). *Aldeias*. Obtido em 15 de fevereiro de 2014, de Aldeias do Xisto: <http://aldeiasdoxisto.pt/aldeias>
- ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. (2013). *Sobre nós*. (ADXTUR) Obtido em Fevereiro de 2013, de Aldeias de Xisto: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5>
- Agarwal, S., Rahman, S., & Errington, A. (2009). Measuring the determinants of relative economic performance of rural areas. *Journal of Rural Studies*(25), 309-321.
- Aldeias Histórias de Portugal. (2013). *Quem somos: Aldeias Históricas de Portugal*. (Aldeias Históricas de Portugal) Obtido em Fevereiro de 2013, de Aldeias Históricas de Portugal: <http://provere.aldeiashistoricasdeportugal.com/sobre-n%C3%B3s/quem-somos/apresentacao/>
- Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura. (2013). *Guia de Boas Práticas de Revitalização de Aldeias - Aldeias Sustentáveis e Actvas (ASAS)*. Animar. Edição de autor.
- Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana. (2013). *Quem somos: Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana*. (Nostri - Engenharia Informática) Obtido em Fevereiro de 2013, de Associação de Municípios de Terra Quente Transmontana: <http://www.amtqt.pt/introducao/>
- Associação de Municípios do Baixo Sabor. (2014). *Objectivo da associação*. (Gabinete de informática do Município de Torre de Moncorvo) Obtido em Fevereiro de 2013, de Associação de Municípios de Baixo Sabor: <http://www.ambs.pt/index.php/associacao/objectivos>
- Associação para o desenvolvimento Pinhais do Zêzere. (s.d.). *Quem somos*. Obtido em novembro de 2013, de Associação para o desenvolvimento Pinhais do Zêzere: [http://www.pinhaisdozezere.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=27](http://www.pinhaisdozezere.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=27)
- Beckley, T., Nadeau, S., Wall, E., & Martz, D. (2008). Multiple Capacities, Multiple Outcomes: Delving Deeper Into the Meaning of Community Capacity. *Journal of Rural and Community Development*, III, 56-75.
- Bijker, R., Haartsen, T., & Strijker, D. (2012). Migration to less-popular rural areas in Netherlands: Exploring the motivations. *Journal of Rural Studies*, XXVIII, 490-498.

- Calheiros, A., & Duque, E. (2012). A contraurbanização: Paisagem e Humanidade. *VII Congresso Português de Sociologia - Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto.
- Câmara Municipal da Lousã. (2011). *Turismo*. (Makewise) Obtido em julho de 2014, de Lousã - Município: <http://www.cm-lousa.pt/#notop>
- Câmara Municipal da Sertã. (2014). *Sertã - Turismo*. (Netsigma) Obtido em julho de 2014, de <http://turismo.cm-serta.pt/>
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé. (2013). *Turismo - Produtos Regionais*. (Nostri - Engenharia Informática) Obtido em 2013, de Alfandega da Fé - Município: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/produtos/list/>
- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. (2014). *Património Histórico e Natural*. Obtido em julho de 2014, de Município de Oliveira do Hospital: <http://www.cm-oliveiradohospital.pt/>
- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. (2014). *Rotas*. Obtido em julho de 2014, de Município de Oliveira do Hospital: [http://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=141&Itemid=82](http://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=141&Itemid=82)
- Câmara Municipal de Vila de Rei. (2014). *Município de Vila de Rei*. Obtido em 2014, de <http://www.cm-viladerei.pt/>
- Comissão Europeia. (2006). *A abordagem LEADER - Um guia básico*. Comissão Europeia, Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (Abril de 2012). *História da PAC - Agricultura e Desenvolvimento Rural*. (Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural) Obtido em 12 de Julho de 2012, de Agricultura e Desenvolvimento Rural: [http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index_en.htm)
- Coombes, M., Raybould, S., & Longa, R. (1989). Counterurbanisation in Britain and Italy: a comparative critique of the concept, causation and evidence. *Progress in Planning*, 1-70.
- Copus, A., & Crabtree, J. (1996). Indicators of Socio-Economic Sustainability: An Application to Remote Rural Scotland. *Journal of Rural Studies*, 41-54.
- Covas, A. (2007). *Ruralidades I*. Faro: Universidade do Algarve.
- Covas, A., & Covas, M. (2012). *A caminho da 2ª ruralidade - Uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edições Colibri.
- Dahms, F., & McComb, J. (1999). 'Counterurbanization', Interaction and Functional Change in a Rural Amenity Area - a Canadian Example. *Journal of Rural Studies*, 15(2), 129-146.
- Dam, V., Heins, S., & Elbersen, B. (2002). Lay discourses of the rural and stated and revealed preferences for rural living. Some evidence of the existence of a rural idyll in the Netherlands. *Journal of Rural Studies*, 18(4), 461-476.

- Decreto-Lei n.º 150/94 de 25 de Maio. (25 de Maio de 1994). *Diário da República; I Série - A*, p. 121.
- Direção Geral do Território. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Governo de Portugal, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Elands, B., & Wiersum, K. (2001). Forestry and rural development in Europe: an exploration of socio-political discourses. *Forest Policy and Economics*, 3, 5-16.
- EUROSTAT. (2014). *Agricultural holders > = 65 years old*. Obtido em julho de 2014, de EUROSTAT:  
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tag00030&plugin=1>
- EUROSTAT. (2014). *Agricultural holders < 35 years old*. Obtido em julho de 2014, de EUROSTAT:  
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tag00029&plugin=1>
- EUROSTAT. (2014). *Número de estabelecimentos hoteleiros por região*. Obtido em julho de 2014, de EUROSTAT:  
[http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=tour\\_cap\\_nuts2d&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=tour_cap_nuts2d&lang=en)
- Gabinete de Planeamento e Políticas. (2012). *Programa de desenvolvimento rural - 2014-2020*. Governo de Portugal, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- Gabinete de Planeamento e Políticas. (2014). *Inquérito aos Agrupamentos Gestores de Produtos DOP/IGP/ETG - 2010 E 2011*. Governo de Portugal, Ministério da Agricultura e do Mar, Lisboa.
- Geopark Naturtejo. (2013). *Conceito: O que é o Geopark*. (Citricweb) Obtido em Fevereiro de 2013, de Geopark Naturtejo: <http://www.naturtejo.com/conteudo.php?id=2>
- Gilbert, B. A., Audretsch, D. B., & McDougall, P. P. (2004). The emergence of entrepreneurship policy. *Small Business Economics*, 22, 313-323.
- Glaeser, E. L., Kolko, J., & Saiz, A. (2001). Consumer city. *Journal of Economic Geography*, 1, 27-50.
- Halfacree, K. (2008). To revitalise counter urbanization research? Recognising an international and fuller picture. *Population, Space and Place*, 14, 479-495.
- Halliday, J., & Coombes, M. (1995). In Search of Counterurbanisation: Some Evidence from Devon on the Relationship between Patterns of Migration and Motivation. *Journal of Rural Studies*, 11(4), 433-446.
- Hamnet, C. (1984). Gentrification and residential location theory: a review and assessment. In J. Wiley, *Geography and the Urban Environment* (Vol. 6, pp. 283-320). London.

- Hans, S. A. (2011). Explanation for long distance Counter-Urban Migration into Fringe Areas in Denmark. *Population, Space and Place*, 17, 627-641.
- Hoggart, K. (2007). The diluted working classes of rural England and Wales. *Journal of Rural Studies*, 23, 305-317.
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (2011). *Fundos Estruturais - Estrutura e âmbito de apoio*. Obtido em 12 de Julho de 2012, de Quadro Comunitário de Apoio III: Portugal 2000-2006: <http://www.qca.pt/fundos/estrutura.asp>
- Instituto Nacional da Conservação da Natureza e das Florestas. (2014). *Incêndios Florestais*. Obtido em junho de 2014, de ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/rel-if>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2013). *Anuário Estatístico - Região Centro 2012*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2013). *Anuário Estatístico - Região Norte 2012*. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Compras através de terminais de pagamento automático (€)*. Obtido em agosto de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001978&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001978&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Consumo de Energia eléctrica (kWh)*. Obtido em junho de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000562&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000562&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatísticas, I.P. (2014). *Empresas (n.º) por Atividade Económica*. Obtido em junho de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007342&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007342&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatísticas, I.P. (2013). *Índice de Poder de Compra per Capita*. Obtido em maio de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001354&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001354&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Levantamentos nacionais em caixas multibanco por habitante (€)*. Obtido em agosto de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000102&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000102&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatísticas, I.P. (2014). *Superfície Ardida*. Obtido em agosto de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0001146&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001146&contexto=bd&selTab=tab2)
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Taxa de Sobrevivência (%) das empresas nascidas dois anos antes*. Obtido em junho de 2014, de

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007766&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007766&contexto=bd&selTab=tab2)

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Volume de Negócios (€) das empresas*. Obtido em junho de 2014, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0007344&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007344&contexto=bd&selTab=tab2)

Lambiri, D., Biagi, B., & Royuela, V. (2007). Quality of Life in the Economic and Urban Economic Literature. *Social Indicators Research*, 84, 1-25.

Leite, J. (2006). *Instituições, Gestão e Crescimento Económico: Portugal, 1950-1973*. Documentos de trabalho em Economia, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Aveiro.

Lessinger, J. (1991). *Penturbia - Where real estate will boom after the crash of suburbia*. Seattle, USA: Socio Economics Inc.

Lin, N. (2001). *Social Capital: A theory of Social and Economic Structure and Action*. Cambridge: Cambridge University Press.

Martz, D., & Sanderson, K. (2006). The Economic and Social Contribution of the Public Sector to Rural Saskatchewan. *Journal of Rural and Community Development*, 91-113.

Mateus, A. (s.d.). *O País socioeconómico*. Obtido em Abril de 2012, de Atlas de Portugal - Instituto Geográfico Português: <http://www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3a.html>

Milbourne, P. (2007). Re-populating rural studies: migrations, movements and mobilities. *Journal of Rural Studies*, 23(3), 381-386.

Município de Castanheira de Pera. (2006). *Empresas Municipais - Prazilândia EMM*. Obtido em Fevereiro de 2013, de <http://www.cm-castanheiradepera.pt/prazi.asp>

Município de Castanheira de Pera. (2006). *O Concelho - História*. Obtido em Fevereiro de 2013, de <http://www.cm-castanheiradepera.pt/historia.asp>

Murdoch, J., & Marsden, T. (1996). *Reconstituting Rurality: Class, Community, and Power in the Development Process*. London: UCL Press.

Negócios Online. (23 de janeiro de 2012). Incentivo das câmaras: Um país a cair para o mar. *Jornal de Negócios*.

Nelson, P., Oberg, A., & Nelson, L. (2010). Rural Gentrification and linked immigration in the United States. *Journal of Rural Studies*, 26(4), 343-352.

Neves, J. (1994). O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 29(128), 1005-1034.



- North, D., & Smallbone, D. (1996). Small business development in remote rural areas: the example of mature manufacturing firms in Northern England. *Journal of Rural Studies*, 12(2), 151-167.
- Novos Povoadores. (2007). *Caracterização*. Obtido em maio de 2014, de Novos Povoadores: <http://www.novospovoadores.pt/projecto/objectivos/index.html>
- Novos Povoadores. (2007). *Oportunidades*. Obtido em maio de 2014, de Novos Povoadores: <http://novospovoadores.pt/>
- Novos Povoadores. (Julho de 2007). *Projecto*. Obtido em Julho de 2012, de Novos Povoadores: <http://www.novospovoadores.pt/projecto/index.html>
- Novos Povoadores. (2007). *Público Alvo*. Obtido em maio de 2014, de Novos Povoadores: <http://www.novospovoadores.pt/projecto/publico/index.html>
- Pimentel, D. (s.d.). *Atlas de Portugal*. Obtido em Abril de 2012, de Instituto Geográfico Português: [http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2c\\_1.html](http://www.igeo.pt/atlas/Cap2/Cap2c_1.html)
- PORDATA. (2012). *Índice de envelhecimento segundo os Censos*. Obtido em junho de 2014, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2012). *Nível de escolaridade da população segundo os censos*. Obtido em junho de 2014, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2012). *População residente por migração segundo os Censos*. Obtido em junho de 2014, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2014). *Índice de envelhecimento da População segundo os Censos*. Obtido em junho de 2014, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2014). *Superfície Agrícola Utilizada*. Obtido em agosto de 2014, de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.pordata.pt/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PRODER. (2014). *Relatório de Execução 2013*. Governo de Portugal, Ministério da Agricultura e do Mar, Lisboa.
- Projecto Querença. (s.d). *Projecto*. Obtido em Fevereiro de 2013, de Querença - Projecto: <http://www.projectoquerenca.com/pt/projecto.html>
- QREN. (2014). *Portugal 2020 - Acordo de parceria 2014-2020*. Governo de Portugal, Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional. Obtido em 08 de 2014, de QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.
- Quadro Comunitário de Apoio III - Portugal. (2010). *Relatório Final de Execução - AGRO - Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural*. Lisboa.

- Quadro Comunitário de Apoio III - Portugal. (2010). *Relatório Final de Execução - Programa Operacional Região Centro*. Lisboa.
- Râmniceanu, I., & Ackrill, R. (2007). EU rural development policy in the new member states: Promoting multifunctionality? *Journal of Rural Studies*, 23, 416-429.
- Realinho, A. (2011). Programas de desenvolvimento regional - os passados e os atuais. *Combate à desertificação, abandono rural e despovoamento*. Idanha-a-Nova.
- Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 29(128), 871-887.
- Ruivo, P. (2006). *Marketing e territórios rurais - procura e oferta de amenidades*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Santos, M. (Abril de 2010). *Políticas de Financiamento ao Desenvolvimento Rural - Análise comparativa: Portugal e Asturias*. Tese de Mestrado, Lisboa.
- Shumway, J., & Otterstrom, S. (2001). Spatial patterns of migration and income change in the Mountain West: the dominance of service-based, amenity rich counties. *Professional Geographer*, 53(4), 492-502.
- Sousa, A. (1995). Os anos 60 da nossa economia. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, 133(30), 613-630.
- Stockdale, A. (2006). Migration: Pre-requisite for rural economic regeneration? *Journal of Rural Studies*, 22(3), 354-366.
- Terraprima. (2013). *Terraprima*. Obtido em 04 de 2014, de <http://www.terraprima.pt/pt/sobre-nos/>
- União Europeia. (2012). *Agricultura, Quadro Geral*. Obtido em julho de 2012, de Síntese da Legislação da UE: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/agriculture/general\\_framework/l60032\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60032_pt.htm)
- Vasquez, I. (1992). Crescimento urbano e suburbanização no Grande Porto: uma perspectiva relacional. *Análise Social*, 27(115), 191-205.
- Wingo, L. (1973). The Quality of Life: Toward a Microeconomic Definition. *Urban Studies*, 10, 3-18.
- World Health Organization. (2014). *Global Health Observatory (GHO)*. Obtido em abril de 2014, de World Health Organization: [http://www.who.int/gho/urban\\_health/situation\\_trends/urban\\_population\\_growth\\_text/en/](http://www.who.int/gho/urban_health/situation_trends/urban_population_growth_text/en/)
- World Health Organization. (2014). *Global Health Observatory Data Repository*. Obtido em agosto de 2014, de World Health Organization: <http://apps.who.int/gho/data/view.main.100015>

## 7. Anexos

### Anexo I – Mapa das regiões onde os casos de estudo foram implementados



Figura A - i: Mapa da Região Norte (fonte:INE, 2013)

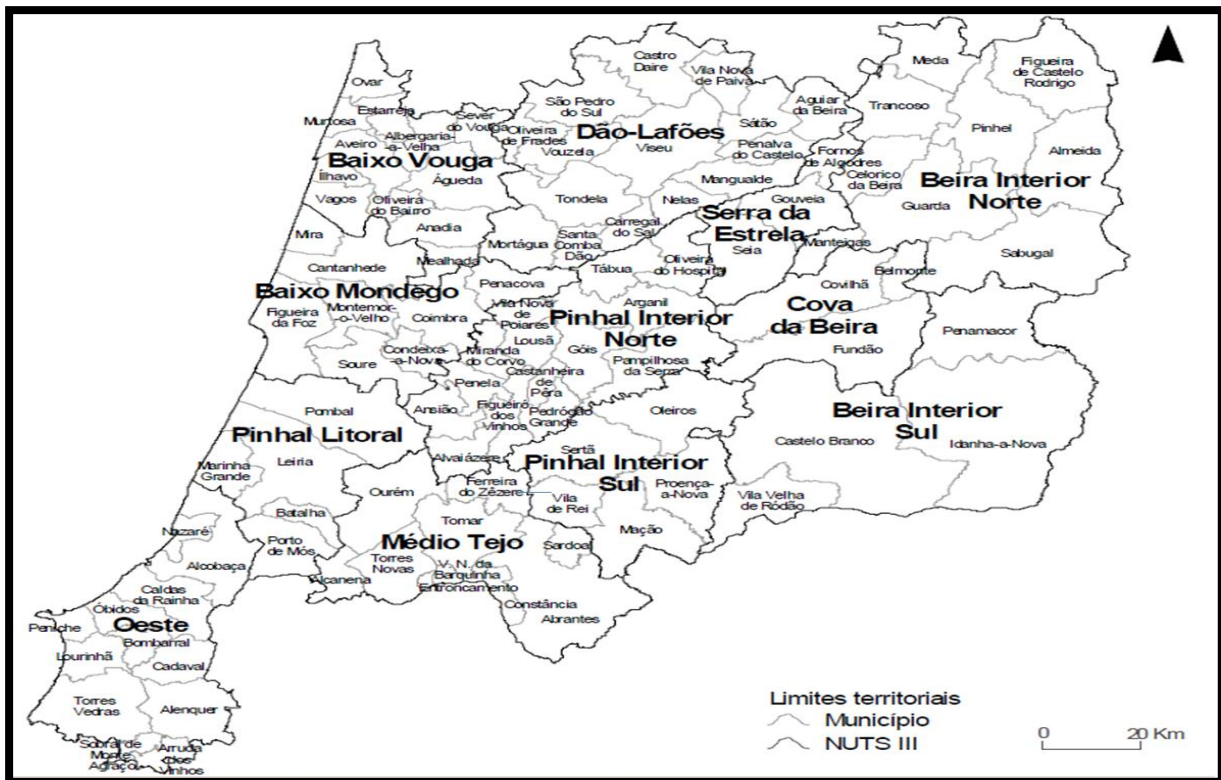


Figura A - ii: Mapa da Região Centro ( fonte: INE, 2013)

## Anexo II – Variação da população dos municípios da Rede Aldeias do Xisto

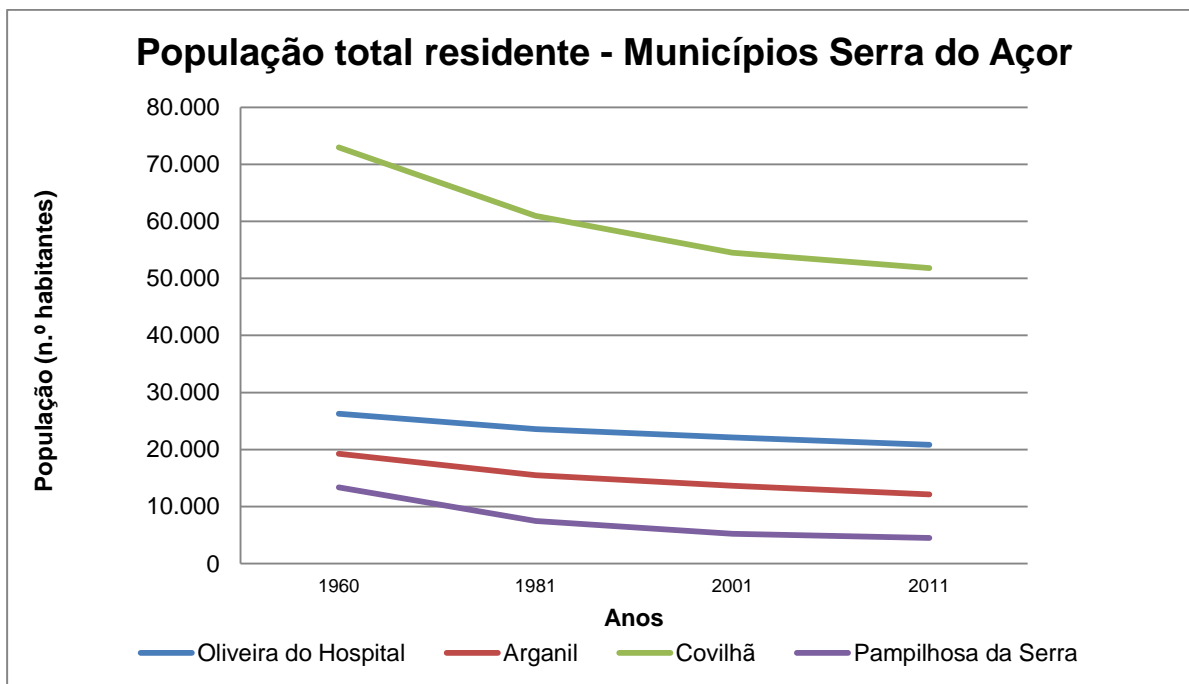


Gráfico A- i: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da Serra do Açor.

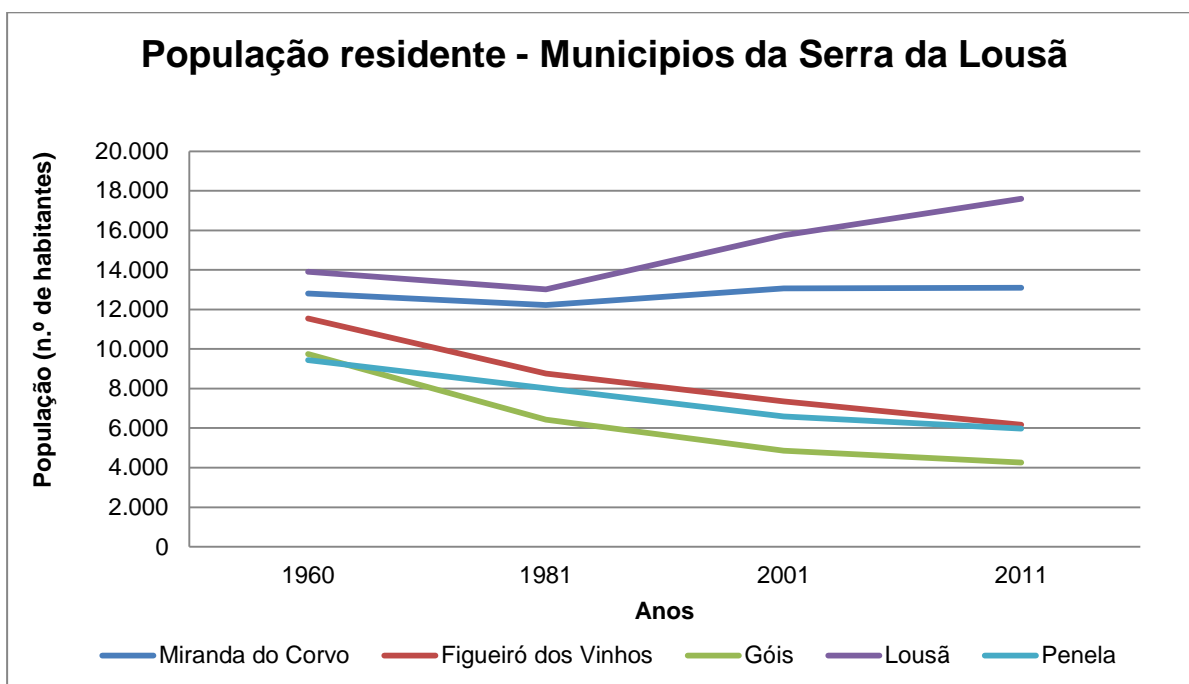


Gráfico A- ii: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da Serra da Lousã.

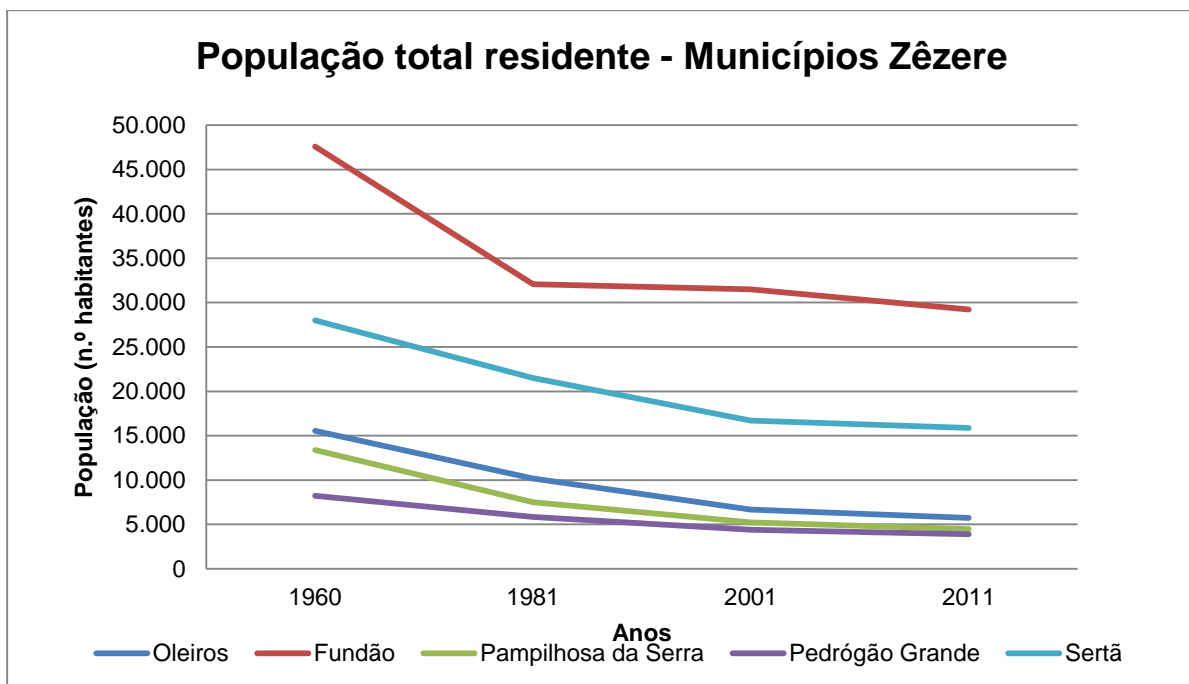


Gráfico A- iii: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto da zona do rio Zêzere.

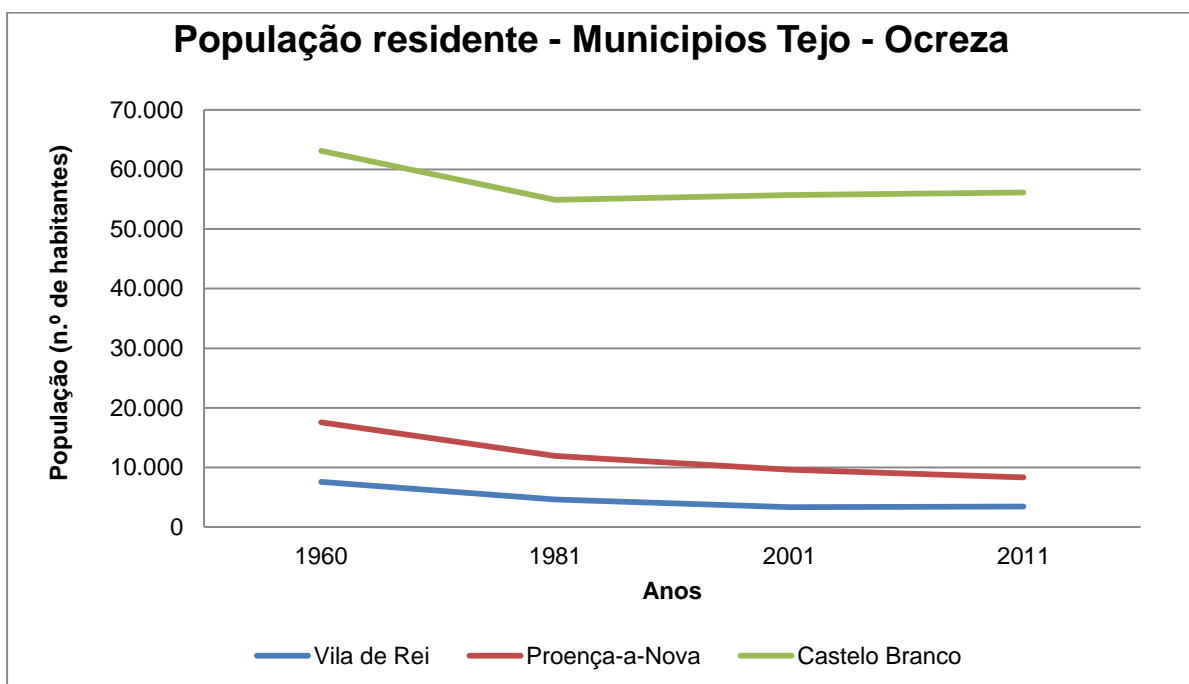


Gráfico A- iv: Evolução do número de habitantes nos municípios onde estão localizadas as Aldeias do Xisto Entre-os-Rios Tejo e Ocreza.

Tabela A- i: Variação da População nos municípios onde a Rede Aldeias do Xisto está implementada

	População residente						
	População residente total				Variação da população por períodos		
	1960	1981	2001	2011	1960/1981	1981/2001	2001/2011
Arganil	19.237	15.507	13.623	12.145	-24,1%	-13,8%	-12,2%
Figueiró dos Vinhos	11.545	8.754	7.352	6.169	-31,9%	-19,1%	-19,2%
Góis	9.744	6.434	4.861	4.260	-51,4%	-32,4%	-14,1%
Lousã	13.900	13.020	15.753	17.604	-6,8%	17,3%	10,5%
Miranda do Corvo	12.810	12.231	13.069	13.098	-4,7%	6,4%	0,2%
Oliveira do Hospital	26.287	23.554	22.112	20.855	-11,6%	-6,5%	-6,0%
Pampilhosa da Serra	13.372	7.493	5.220	4.481	-78,5%	-43,5%	-16,5%
Pedrógão Grande	8.239	5.842	4.398	3.915	-41,0%	-32,8%	-12,3%
Penela	9.438	8.023	6.594	5.983	-17,6%	-21,7%	-10,2%
Oleiros	15.553	10.183	6.677	5.721	-52,7%	-52,5%	-16,7%
Proença-a-Nova	17.552	11.953	9.610	8.314	-46,8%	-24,4%	-15,6%
Sertã	27.997	21.503	16.720	15.880	-30,2%	-28,6%	-5,3%
Vila de Rei	7.568	4.654	3.354	3.452	-62,6%	-38,8%	2,8%
Castelo Branco	63.091	54.908	55.708	56.109	-14,9%	1,4%	0,7%
Covilhã	72.957	60.945	54.505	51.797	-19,7%	-11,8%	-5,2%
Fundão	47.593	32.089	31.482	29.213	-48,3%	-1,9%	-7,8%

## Anexo II - Indicadores Populacionais<sup>3</sup>

Tabela A- ii: População residente por tipo de movimentos migratórios

Municípios	População residente															
	População residente total				População que não mudou de município				Imigrantes provenientes de outro município				Imigrantes provenientes de outro país			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Alfândega da Fé	9.672	7.925	5.963	5.104	X	7.486	5.767	4.908	64	198	121	96	4	110	37	68
Castanheira de Pera	5.739	5.137	3.733	3.191	X	4.906	3.620	3.085	95	133	72	57	4	11	13	22
Lousã	13.900	13.020	15.753	17.604	X	12.409	14.618	16.879	153	292	804	404	28	95	98	109
Oliveira do Hospital	26.287	23.554	22.112	20.855	X	22.590	21.366	20.197	237	389	334	348	50	133	165	134
Sertã	27.997	21.503	16.720	15.880	X	20.918	16.209	15.351	172	205	233	294	23	62	120	111
Vila de Rei	7.568	4.654	3.354	3.452	X	4.497	3.193	3.250	34	85	98	170	4	23	25	14

Tabela A- iii: Nível de escolaridade da população residente com mais de 15 anos sem nível de escolaridade, com ensino básico, 1º ciclo e 2º ciclo

Municípios	Nível de escolaridade															
	População residente com mais de 15 anos				Sem nível de escolaridade				Básico 1º ciclo				Básico 2º ciclo			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Alfândega da Fé	8,107	6,007	5,218	4,608	5,667	2,958	1,636	930	2,332	2,174	1,842	1,624	X	451	617	487
Castanheira de Pera	5,047	4,022	3,246	2,853	3,652	2,025	935	518	1,307	1,457	1,323	1,133	X	272	312	288
Lousã	12,334	9,941	13,273	14,824	7,846	4,327	2,286	1,314	4,266	3,933	4,026	4,161	X	868	2,000	1,839
Oliveira do Hospital	22,656	17,868	18,583	18,068	16,490	9,005	4,930	2,695	5,865	6,649	6,699	6,335	X	1,103	2,482	2,341
Sertã	24,129	16,681	14,368	13,900	17,725	9,323	4,787	2,592	6,126	5,439	4,730	4,722	X	1,032	1,675	1,369
Vila de Rei	6,596	3,892	2,966	3,088	4,544	2,314	1,064	686	1,997	1,221	1,034	1,185	X	247	314	246

<sup>3</sup> X – sem informação disponível



Tabela A- iv: População residente com mais de 15 anos com ensino básico 3º ciclo, secundário e superior

Municípios	Nível de escolaridade															
	População residente com mais de 15 anos				Básico 3º ciclo				Secundário				Superior			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Alfândega da Fé	8,107	6,007	5,218	4,608	X	215	571	729	84	91	360	488	24	48	173	319
Castanheira de Pera	5,047	4,022	3,246	2,853	X	157	352	454	77	45	237	294	11	24	69	146
Lousã	12,334	9,941	13,273	14,824	X	440	2,297	3,179	176	167	1,821	2,466	46	90	748	1,720
Oliveira do Hospital	22,656	17,868	18,583	18,068	X	584	2,203	3,124	256	189	1,514	2,123	45	139	675	1,323
Sertã	24,129	16,681	14,368	13,900	X	560	1,663	2,438	216	141	1,121	1,785	62	63	352	825
Vila de Rei	6,596	3,892	2,966	3,088	X	58	301	455	41	21	200	328	14	8	45	140

### Anexo III - Indicadores habitacionais

Tabela A- v: Alojamentos familiares clássicos (n.º) por tipo de ocupação em 2001 e 2011

	Alojamentos familiares clássicos (N.º) por forma de ocupação														
	Total		Variação (%)	Alojamentos ocupados		Variação (%)	Residência habitual		Variação (%)	Uso sazonal ou residência secundária		Variação (%)	Alojamentos vagos		Variação (%)
	2001	2011		2001	2011		2001	2011		2001	2011		2001	2011	
Alfândega da Fé	3.619	3.851	6,0	3.263	3.359	2,9	2.157	1.999	-7,9	1.106	1360	18,7	356	492	27,6
Lousã	8.338	10.568	21,1	7.120	8.496	16,2	5.618	6.809	17,5	1.502	1687	11,0	1218	2072	41,2
Oliveira do Hospital	12.515	13.678	8,5	11.187	11.812	5,3	7.886	7.894	0,1	3.301	3918	15,7	1328	1866	28,8
Castanheira de Pera	2.670	2.716	1,7	2.274	2.377	4,3	1.408	1.305	-7,9	866	1072	19,2	396	339	-16,8
Sertã	10.012	11.953	16,2	9.517	10.789	11,8	6.206	6.431	3,5	3.311	4358	24,0	495	1164	57,5
Vila de Rei	2.522	2.956	14,7	2.383	2.732	12,8	1.314	1.327	1,0	1.069	1405	23,9	139	224	37,9

## Anexo IV – Indicadores económicos

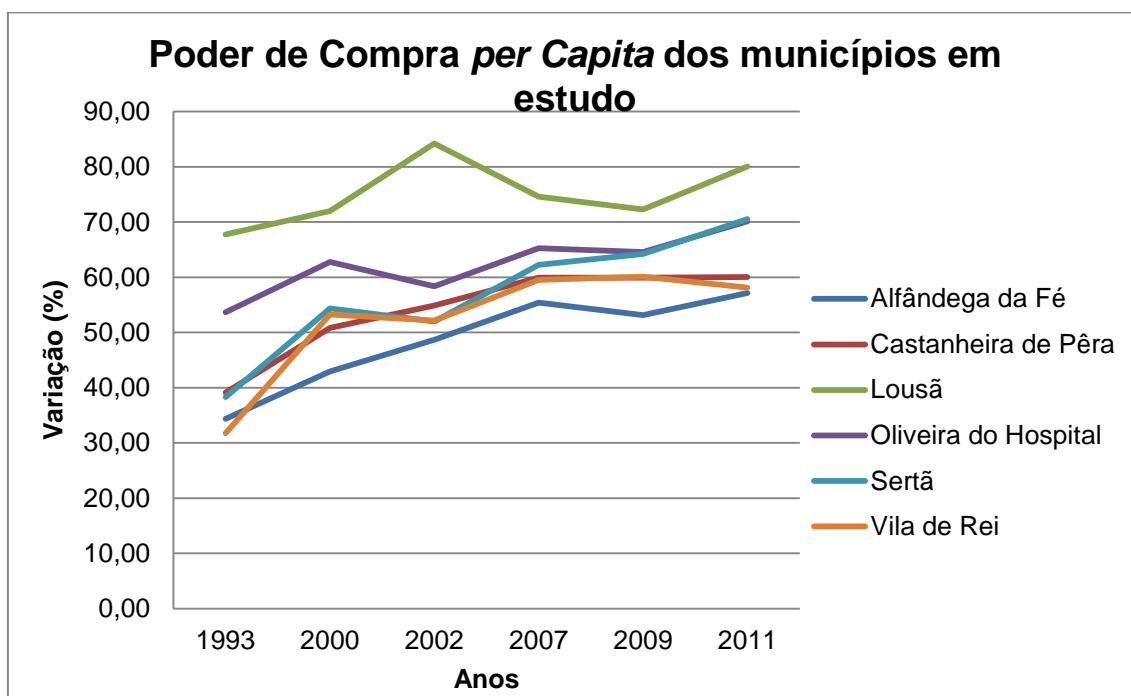


Gráfico A- v: Poder de Compra per Capita dos municípios em estudo

Tabela A- vi: Taxa de Sobrevivência (%) das empresas nascidas dois anos antes

Municípios	Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes						
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Alfândega da Fé	60.71	58	46.88	62.30	48.15	75.86	63.33
Castanheira de Pera	60	78.57	45.16	58.06	68.42	56.52	53.57
Lousã	54.15	47.26	46.83	58.82	64.79	54.76	59.90
Oliveira do Hospital	49.65	54.55	54.98	58.67	69.66	60.77	62.83
Sertã	53.38	58.68	62.20	58.33	66.92	67.38	65.25
Vila de Rei	57.14	48.15	66.67	54.17	54.05	50	66.67

Tabela A- vii: Empresas (N.º) totais e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Municípios	Empresas (N.º) por atividade económica																			
	Total										Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
Alfândega da Fé	447	460	457	482	489	467	463	487	419	-6.7	78	84	90	82	78	84	81	96	77	-1.3
Castanheira de Pera	297	290	292	291	288	271	271	262	243	-22.2	15	8	12	12	9	11	12	12	8	-87.5
Lousã	1543	1650	1685	1735	1822	1793	1693	1619	1560	1.1	36	39	37	37	35	38	37	43	43	16.3
Oliveira do Hospital	1852	1832	1860	1901	1943	1835	1763	1732	1687	-9.8	58	58	56	60	59	59	56	60	56	-3.6
Sertã	1426	1473	1487	1500	1539	1491	1474	1438	1404	-1.6	143	147	142	137	136	126	120	124	116	-23.3
Vila de Rei	309	300	309	313	314	309	296	302	271	-14.0	22	22	18	19	20	23	21	21	17	-29.4

Tabela A- viii: Empresa (N.º) Indústria transformadora e alimentar

Municípios	Empresas (N.º) por atividade económica																			
	Indústrias transformadoras										Indústrias alimentares									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
Alfândega da Fé	27	23	26	23	22	22	24	24	21	-28.6	10	9	10	9	10	10	13	13	12	16.7
Castanheira de Pera	34	34	32	35	31	29	28	27	26	-30.8	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-50.0
Lousã	112	107	109	111	113	105	100	98	95	-17.9	13	13	13	15	14	15	17	18	15	13.3
Oliveira do Hospital	210	196	196	197	192	172	171	170	164	-28.0	55	50	46	47	48	48	47	48	45	-22.2
Sertã	115	114	117	120	120	116	114	113	109	-5.5	26	28	28	28	30	29	26	26	23	-13.0
Vila de Rei	42	39	39	36	35	36	36	38	32	-31.3	13	13	13	13	12	12	12	12	11	-18.2

Tabela A- ix: Empresas (N.º) alojamento, restauração e similares e alojamentos

Municípios	Empresas (N.º) por atividade económica																			
	Alojamento, restauração e similares										Alojamento									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)
Alfândega da Fé	49	53	50	55	52	47	45	46	48	-2.1	2	3	3	3	3	3	3	4	6	66.7
Castanheira de Pera	31	31	34	34	32	31	30	31	29	-6.9	3	3	4	4	4	3	3	4	3	0.0
Lousã	129	134	138	139	149	145	132	138	122	-5.7	7	8	9	9	8	8	10	9	9	22.2
Oliveira do Hospital	161	156	159	155	155	157	146	138	145	-11.0	21	22	21	22	20	20	21	21	24	12.5
Sertã	126	136	135	139	139	129	119	112	117	-7.7	5	5	5	6	7	8	8	10	13	61.5
Vila de Rei	29	25	27	29	30	26	27	27	28	-3.6	1	2	3	3	4	2	3	2	4	75.0

Tabela A- x: Volume de negócios (M€) das empresas total e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Municípios	Volume de negócios (M€) das empresas por atividade económica																				
	Total										Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	
Alfândega da Fé	34.0	37.7	37.9	36.6	43.1	121.3	331.4	276.7	90.2	62.3	2.2	2.1	...	...	2.3	2.5	2.3	2.7	1.9	-17.7	
Castanheira de Pera	28.6	31.3	32.9	29.6	28.1	24.8	26.6	23.6	22.0	-30.4	...	0.8	0.9	1.4	1.3	1.0	1.5	...	1.3	35.5	
Lousã	235.7	251.8	260.2	283.5	311.4	304.3	313.1	303.8	304.7	22.7	...	2.2	1.8	2.3	2.7	2.7	2.1	...	2.4	9.3	
Oliveira do Hospital	278.8	279.7	300.4	302.2	319.7	297.9	315.5	324.1	316.7	12.0	...	3.7	3.7	3.5	3.5	3.0	3.5	...	2.9	-28.4	
Sertã	224.4	234.2	244.1	270.1	273.7	228.4	257.5	267.8	256.8	12.6	14.8	15.1	14.7	21.1	23.3	17.7	22.0	24.1	25.5	42.1	
Vila de Rei	30.1	31.2	29.4	29.5	33.7	32.1	33.1	30.3	25.6	-17.6%	2.1	2.2	1.8	2.0	2.1	1.9	2.2	2.6	3.0	29.4	

Tabela A- xi: Volume de negócios (M€) das empresas da indústria transformadora e alimentar

Municípios	Volume de negócios (M€) das empresas por atividade económica																				
	Indústrias transformadoras										Indústrias alimentares										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	
Alfândega da Fé	3.9	4.4	4.0	3.6	4.1	3.2	4.0	4.0	4.5	14.1	3.1	3.7	3.2	3.1	3.6	2.8	3.6	3.6	4.1	24.3	
Castanheira de Pera	...	11.2	11.9	11.6	11.0	8.9	9.6	8.6	8.3	-33.8	...	...	...	...	...	...	...	...	...	-	
Lousã	...	69.2	75.1	87.5	98.9	100.9	138.7	132.6	98.7	30.0	3.6	4.1	3.8	4.7	4.9	5.4	38.6	35.5	6.0	41.2	
Oliveira do Hospital	...	72.3	78.2	81.9	92.5	79.6	84.0	93.0	101.3	28.6	20.1	20.9	26.4	26.8	35.2	37.5	38.2	41.4	45.5	55.9	
Sertã	49.6	50.1	52.1	...	54.3	43.2	52.0	62.3	60.1	17.5	2.9	3.1	3.0	...	3.8	3.8	3.6	3.0	1.5	-88.9	
Vila de Rei	7.1	6.7	6.8	...	7.0	6.9	6.7	...	6.0	-18.2	3.4	3.4	3.7	...	4.0	4.1	4.0	4.0	3.6	4.3	

Tabela A- xii: Volume de negócios (M€) das empresas do alojamento, restauração e similares

Municípios	Volume de negócios (M€) das empresas por atividade económica																				
	Alojamento, restauração e similares										Alojamento										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%)	
Alfândega da Fé	1.8	2.1	2.0	2.1	2.1	2.5	2.5	2.3	1.6	-10.3	...	0.5	0.4	0.5	0.6	1.1	1.0	0.8	0.7	27.9	
Castanheira de Pera	...	1.8	2.0	2.3	2.1	2.0	2.3	2.2	1.8	2.0	...	0.2	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.2	7.0	
Lousã	...	6.3	7.3	7.7	8.3	7.6	7.7	7.6	5.9	-6.9	...	0.6	1.0	1.0	1.1	0.9	1.0	1.1	0.9	30.7	
Oliveira do Hospital	...	7.4	7.9	8.0	9.2	8.7	8.2	7.6	6.7	-11.1	...	0.7	0.7	0.8	1.1	1.0	1.0	0.9	0.8	7.9	
Sertã	7.8	7.7	7.9	8.8	9.4	10.0	9.5	9.1	7.7	-2.2	0.6	...	0.3	0.3	0.5	1.2	1.1	1.3	1.0	36.0	
Vila de Rei	1.3	1.2	1.3	1.4	1.5	2.2	2.1	1.9	1.6	21.8	...	...	0.1	0.1	0.1	...	...	...	0.1	38.3	

Tabela A- xiii: Produtos de nome e origem protegidos. Valores de produção e faturação em 2010 e 2011<sup>4</sup>

Produtos	Produção (kg ou l)		Faturação (€)	
	2010	2011	2010	2011
<b>Alfândega da Fé</b>				
Azeite de Trás-os-Montes (DOP)	0	0	0	0
Cabrito Transmontano (DOP)	6.583	5.815	77.350	68.326
Transmontano ou Carne de Bísaro Transmontano (DOP)	260	0	975	0
Alheira de Vinhais (IGP)	12.000	9.534	108.000	85.806
Butelo de Vinhais ou Bucho de Vinhais ou Chouriço de Ossos de Vinhais (IGP)	75	0	1.125	0
Chouriça Doce de Vinhais (IGP)	39	0	347	0
Salpicão e Chouriço de Carne ou Linguiça de Vinhais (IGP)	1.844	310	73.760	12.400
Chouriço Azedo de Vinhais ou Azedo de Vinhais ou Chouriço de Pão de Vinhais (IGP)	-	-	0	0
Presunto de Vinhais ou Presunto Bísaro de Vinhais (IGP)	1.844	310	0	0
Amêndoa Douro (DOP)	0	0	0	0
Castanha da Terra Fria (DOP)	0	0	0	0
Batata de Trás-os-Montes (IGP)	0	0	0	0
Mel da Terra Quente (DOP)	327.040	263.040	752.192	604.992
Queijo Terrincho (DOP)	23.750	29.324	308.750	381.212
Queijo de Cabra Transmontano (DOP)	10.960	12.124	105.216	116.390
<b>Lousã e Castanheira de Pera</b>				
Mel da Serra da Lousã (DOP)	33.945	35.760	237.615	250.320
<b>Oliveira do Hospital</b>				
Borrego da Serra da Estrela (DOP)	2.751	123	13.755	990
Maçã Bravo de Esmolfe (DOP)	117.321	69.326	158.383	79.725
Maçã da Beira Alta (IGP)	0	12.212	0	8.548
Queijo Serra da Estrela ou Queijo Serra da Estrela Velho (DOP)	85.633	87.993	1.284.495	1.319.895
Requeijão Serra da Estrela (DOP)	13.133	18.650	15.760	22.380
<b>Sertã e Vila de Rei</b>				
Azeites da Beira Interior e da Beira Baixa (DOP)	52.500	63.700	183.750	222.950
Borrego da Beira (IGP)	0	0	0	0
Cabrito da Beira (IGP)	0	0	0	0
Queijo Amarelo da Beira Baixa (DOP)	112.617	118.194	1.047.338	1.102.750
Queijo Picante da Beira Baixa (DOP)	43.927	51.555	474.412	556.794
Requeijão da Beira Baixa (DOP)	-	-	0	0
Travã da Beira Baixa (DOP)	-	-	0	0

<sup>4</sup> As produções de azeite e de mel são apresentados em litros

## Anexo V – Indicadores de geográficos

Tabela A- xiv: Superfície Agrícola Utilizada (ha)<sup>5</sup>

Municípios	Área agrícola																	
	Total			<1ha			1 - <5ha			5 - <20ha			20 - <50ha			≥ 50ha		
Anos	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009
Alfândega da Fé	15.035	12.490	11.761	34	37	40	1.581	1.807	2.153	6.143	5.125	4.836	3.672	2.901	2.116	3.606	2.620	2.615
Castanheira de Pera	70	86	90	10	17	21	48	48	59	...	...	10	//	//	//	//	//	//
Lousã	905	578	410	55	25	27	713	395	277	88	99	62	...	...	45	//	//	//
Oliveira do Hospital	5.468	4.188	2.973	180	109	115	3.438	2.376	1.433	1.209	1.089	868	407	236	443	233	377	115
Sertã	6.606	3.694	2.463	789	830	561	4.867	2.309	1.507	794	403	323	156	102	73	//	...	//
Vila de Rei	1.307	661	340	315	140	94	960	509	221	33	...	24	//	//	//	//	//	//

Tabela A- xv: Área ardida (ha) total e por tipo de povoamento

Municípios	Área ardida																	
	Total						Povoamentos florestais						Matos					
Anos	1981	2001	2009	2010	2011	2012	1981	2001	2009	2010	2011	2012	1981	2001	2009	2010	2011	2012
Alfândega da Fé	256	498	215	30	369	329	85	34	17	3	5	10	171	464	198	27	364	318
Castanheira de Pera	4	1	224	12	503	2	3	0	91	11	301	0	1	0	133	2	202	1
Lousã	152	99	19	45	74	385	138	83	7	28	62	349	14	16	12	17	13	35
Oliveira do Hospital	3	104	43	134	18	312	3	16	24	75	6	114	0	87	19	59	12	198
Sertã	756	6	7	5	7	21	756	4	7	4	7	20	0	2	0	0	0	1
Vila de Rei	0	1.647	2	3	2	0	0	1.627	2	3	1	0	0	21	0	0	0	0

<sup>5</sup> // - Não aplicável; ... - Confidencial

## **Anexo VI - Análise das candidaturas às Aldeias do Xisto**

### **ANÁLISE**

Enquadramento da(s) aldeia(s) no concelho, AIBT e Região Centro.

Estudo da área proposta com:

- Caracterização económica e social da população residente.
- Caracterização urbanística, arquitetónica e sua relação com as aldeias da região.
- Estado de conservação dos espaços públicos e das edificações.
- Valor patrimonial e funcional, com referência de Monumentos Nacionais, Monumentos de Interesse Público, Monumentos de Interesse Concelhio, Edifícios Públicos, Edifícios Religiosos, Construções Comunitárias.
- História e Tradições da (s) aldeia (s)
- Características e estado de conservação das infraestruturas (transporte, caminhos pedonais, redes de abastecimento de água, esgotos domésticos, águas pluviais, eletricidade, iluminação pública, TV, telefone, cabo, recolha de lixo, etc.)
- Planos existentes para a área, eficazes ou não.

### **DIAGNÓSTICO**

Inventariação das necessidades ao nível de:

- População
- Infraestruturas
- Espaços Públicos
- Habitações
- Equipamentos
- Atividades Económicas
- Formação

### **PROPOSTA**

A proposta deverá conter, obrigatoriamente:

- Projetos de execução, com referência clara dos materiais e processos construtivos a utilizar, de:
  - Recuperação do edificado
  - Reabilitação dos espaços públicos
  - Recuperação de Construções Comunitárias
  - Arruamentos
  - Abastecimento de água
  - Rede de esgotos domésticos
  - Iluminação pública
  - Rede elétrica
  - Rede de TV, PT e Cabo
- Deverá ainda conter:
  - Estudo integrado de desenvolvimento, tendo em conta as atividades tradicionais da região, nomeadamente:



- Agricultura
  - Silvicultura
  - Pastorícia
  - Gado cavalari e/ou molar
  - Apicultura
  - Têxtil
  - Artesanato
  - Gastronomia
  - Queijo
  - Enchidos
- Enquadramento, ao nível das infraestruturas, na "Rede" das restantes aldeias dos concelhos limítrofes.
  - Previsão de postos de apoio de informação, tanto a turistas como a residentes.
  - Possibilidade de desportos radicais, cicloturismo, percursos turísticos (pedonais, bicicleta, burro, cavalo, TT, etc.)
  - Possibilidade de infraestruturas de Turismo de Habitação, Turismo Rural, Turismo de Montanha, etc.
  - Plano de execução das obras, com definição clara da calendarização das obras e respetivos montantes.
  - Deveria ser elaborada uma pequena brochura ou desdobrável dirigido às populações das diferentes aldeias, informando e sensibilizando da necessidade e vantagens da recuperação dos aglomerados e de todo o tipo de apoios à sua disposição para o seu financiamento.

## **Anexo VII - Entrevistas realizadas**

**Caso de Estudo:** Novos Povoadores

**Tipo de entrevista:** Telefónica

**Nome do entrevistado:** Frederico Lucas

**Data:** 09/06/2014

### **Como se iniciou o projeto?**

O projeto foi lançado em 2009, sendo que a primeira família a migrar surgiu em 2011.

### **Quais são os seus principais objetivos?**

O objetivo dos Novos Povoadores é transferir pessoas dispostas a deixar a vida na cidade e abraçarem uma vida mais calma. Partimos do pressuposto que no século XXI e com as ligações à rede seja possível que mesmo deslocada preste os serviços à sua entidade patronal. Para além disso concluímos que capital humano vindo de uma outra realidade e com experiências diferentes esteja apta para investir em novos projetos inovadores no novo território. Acreditamos ainda que as parcerias e sinergias criadas entre as famílias de todo o território nacional poderão contribuir para a melhoria das atividades.

Quando selecionamos as famílias temos em atenção os projetos que eles nos apresentam. Em muitos dos casos as pessoas nunca tiveram qualquer contacto com a área em que tentam investir. Damos ainda atenção a qual o impacto que o projeto terá no território, beneficiando os projetos que criam valor acrescentado.

### **Quais os resultados até à data na área de influência do projeto? Principais impactes na economia e população.**

Até à data foram transferidas 63 famílias sendo que 8 desistiram. Portanto conseguimos transferir 57 por todo o país. Especificamente em Alfândega da Fé foram transferidas 5 famílias. Foram também transferidas mais famílias para os municípios da área de influência da Barragem do Baixo Sabor. O projeto funciona numa lógica multi-concelhia e de criação de Sinergias.

Os projetos que damos apoio têm como objetivo transformar o produto de primeira gama num produto de 3ª que acrescente maior valor à região.

Por exemplo, uma cereja custa 3 €/kg, contudo se tu a colocares em licor e envolveres em chocolate torna-se num bombom que passa a custar 18 €/kg. Esse é o objetivo criar valor acrescentado em produtos de 1ª gama e transforma-lo em produtos de 3ª gama. É necessário especializar e desenvolver o teu próprio nicho. Estamos a apoiar um projeto em Alfândega da Fé interessante em que um Novo Povoador desenvolveu o caviar de cereja. Ou seja pegou num produto endógeno de elevada qualidade e transformou-o num produto de luxo.

Estimamos que em Alfândega da Fé se faturem em produtos de 1ª gama 3 milhões de euros, ao transformares esse produto para 3ª gama consegue-se criar valor valorizando para 60 milhões de euros.

### **Na área de influência do projeto quais são os produtos endógenos mais valorizados?**

Os projetos que temos apoiado centram-se na valorização da cereja, como referido há pouco, da castanha e do mel.

**Caso de Estudo:** Praia das Rocas

**Tipo de entrevista:** Presencial

**Nome do entrevistado:** Clara Kalidás

**Data:** 15/06/2013

**Como se iniciou o projeto?**

A Praia das Rocas surgiu a par com a rede Aldeias do Xisto. na altura foi opção do executivo em vez de se associar à rede desenvolver um projeto próprio na Castanheira de Pera. O maior investimento foi feito através de fundos comunitários, um valor semelhante ao que os municípios da rede receberam.

Apesar de toda a infraestrutura criada esta é uma praia fluvial construída na Ribeira de Pera, tendo sido toda esta extensão reabilitada e adaptada de modo a estar como se apresenta. Foram também criadas infraestruturas hoteleiras de modo a possibilitar a estadia dos nossos visitantes durante um maior período de tempo, são 6 bungalows e 4 veleiros.

**Quais os resultados até à data na área de influência do projeto? Principais impactes na economia e população.**

Na época alta recebemos em média 2000 pessoas/dia, no ano de inauguração foi registado o recorde de entradas, com mais de 105.000 entradas. A taxa de ocupação dos bungalows continua lotada na época alta. Durante a época estão a trabalhar cinco nadadores-salvadores para além dos serviços de bar e restauração, são realizadas também atividades radicais como é o caso do *rappel* e do *slide*. Os estabelecimentos comerciais foram mantidos com o contributo da Praia das Rocas. Existem também, desde 2005, duas casas TER.

Somos parceiros com o município de Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Pampilhosa da Serra na Associação Pinhais do Zêzere, fazendo promoção turística dos municípios aderentes.

**Na área de influência do projeto quais são os produtos endógenos mais valorizados?**

Os produtos que mais dinamizam o município são as praias fluviais e a Serra da Lousã, onde se fazem passeios e provas desportivas. O mel é um produto muito valorizado assim como o cabrito na altura do inverno.

**Caso de Estudo:** Aldeias do Xisto

**Tipo de entrevista:** Presencial

**Nome do entrevistado:** Vítor Farinha

**Data:** 15/06/2013

**Como se iniciou o projeto?**

O município da Sertã possui na rede Aldeias do Xisto a aldeia Pedrogão Pequeno. Foi proposto o projeto a nível intermunicipal de modo a promover e tentando, pela via do turismo dinamizar economicamente esta região. Além disso serviu para colmatar alguns problemas que tínhamos a nível de condições de vida dos habitantes de Pedrogão Pequeno. A Aldeia de Pedrogão foi selecionada após candidatura enviada, nessa candidatura foi necessário fazer um

enquadramento económico e social da aldeia, assim como um levantamento das necessidades, entre outras informações. Quando a rede foi elaborada foram propostas pelos municípios cerca de 80 aldeias.

**Quais os resultados até à data na área de influência do projeto? Principais impactes na economia e população.**

É possível observar um maior número de visitas, não só na aldeia mas em todo o município. O objetivo é conseguir conciliar projetos, de modo a possibilitar os visitantes a fixarem-se mais tempo não só na Sertã mas em toda a extensão de rede. Em Pedrogão Pequeno existe o Hotel da Montanha de 4 estrelas que permite uma oferta mais diferenciada uma vez que possui spa entre outros serviços. Este hotel possui um restaurante. Na freguesia de Pedrogão Pequeno existe mais uma residencial, três cafés e mais um restaurante. O projeto tem sido um fator importante para que nestes tempos de crise os estabelecimentos comerciais consigam manter as portas abertas. O município possui também quatro praias fluviais.

Existe um investimento feito por parte da Câmara Municipal da Sertã para fixação de massa crítica no município através da dinamização do turismo. Acreditamos que este poderá ser uma forma viável para que se capte massa crítica e desse modo se contrarie a perda populacional.

**Na área de influência do projeto quais são os produtos endógenos mais valorizados?**

Os principais produtos são o maranho e o bucho - e por consequência o caprino que é de onde provem a matéria-prima - ao qual dedicamos um festival anual no nosso município e que mobiliza muito o comércio. Nos últimos anos temos vindo a reforçar o investimento na divulgação deste produto. Existem ainda outros produtos interessantes como é o caso do mel, do azeite e do medronho.

**Caso de Estudo:** Aldeias do Xisto

**Tipo de entrevista:** Presencial

**Nome do entrevistado:** João Hipólito

**Data:** 15/06/2013

**Como se iniciou o projeto?**

Quando se iniciou o projeto decidiu-se que, pelas características, Pedrogão Pequeno era a que melhor se adequava às necessidades da rede. Ficou decidido que tipo de intervenções seriam realizadas. No ponto de vista do espaço público a reabilitação incidiu sobre o mercado da aldeia e o arranjo urbanístico do largo da igreja. Quanto às habitações particulares essas intervenções incidiram principalmente na reabilitação das fachadas das habitações.

Foi lançada uma campanha na população para explicar como seriam as intervenções nas habitações e de que forma os donos das habitações se podiam candidatar, sendo que 30% do investimento foi feito por parte do proprietário.

A nível particular foram reabilitadas 23 habitações. A maioria das intervenções foi a nível da substituição de portas e janelas – muitos estavam em alumínio e para uniformizar foram substituídos por pedra – dos rodapés e paredes.

Relativamente ao mercado substituímos todo o telhado, de forma a criar mais luz natural no seu interior. Também reabilitamos as lojas e, atualmente, penso que estão todas ocupadas, sendo que uma delas acolhe a Loja Aldeias do Xisto.

Em Pedrogão Pequeno foi também feita beneficiação de arruamentos, da rede de distribuição e do reservatório, e da rede de águas residuais domésticas. Na globalidade os investimentos feitos na aldeia rondaram os 573 mil euros. Na aldeia de Água Formosa em Vila de Rei rondaram os 507 mil euros, e no município da Lousã o investimento aproximou-se de 1 milhão e meio de euros.

**Quais os resultados até à data na área de influência do projeto? Principais impactes na economia e população.**

Eu tenho familiares na aldeia e quando os visito, parece-me que há mais movimento. Principalmente aos fins de semana. Relativamente à existência de novos habitantes, não tenho a certeza que tenha ocorrido migrações.

**Na área de influência do projeto quais são os produtos endógenos mais valorizados?**

Creio que na nossa região o maranho e o azeite sejam os produtos mais valorizados.

**Caso de Estudo:** Aldeias do Xisto

**Tipo de entrevista:** contacto eletrónico

**Nome do entrevistado:** Comunicação ADXTUR

**Data:** 21/03/2013

**Como se iniciou o projeto?**

O projeto surge através dos fundos do III QCA, tendo como objetivo a criação de uma marca forte para a região do pinhal interior. Atendendo às características geográficas das regiões a ideia da criação de uma rede de aldeias que permitisse a descoberta da região através da valorização do seu capital humano, cultural e físico foi ganhando força. Além disso, o projeto permitiu aumentar a qualidade de vida das populações.

**Quais os resultados até à data na área de influência do projeto? Principais impactes na economia e população.**

Não existem valores concretos. Contudo temos registo que a população tem aumentado em algumas aldeias como é o caso da aldeia de S. Simão.

**Tipo de entrevista:** Presencial

**Nome do entrevistado:** Tânia Gaspar – Associação ANIMAR

**Data:** 12/08/2014

**Quem é a associação ANIMAR?**

A associação ANIMAR é uma associação de desenvolvimento local que faz este ano 20 anos. Inicialmente a nossa intervenção era feita nos territórios rurais e com o passar dos anos abrimos o nosso leque para os espaços urbanos. O nosso objetivo passa então pelo desenvolvimento local, em pequenas comunidades.

Ainda relativamente à associação, é constituída por 90 associações, onde estão todos os GAL. É realizada de dois em dois anos um encontro que se chama “Manifesta”. Este ano como

comemoramos 20 anos iremos realizar um encontro extra em Santarém uma vez que foi lá que se realizou o primeiro.

Mais concretamente no desenvolvimento em espaços rurais realizámos em 2012 o projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Ativas e o projeto “À descoberta do mundo rural”.

### **Em que consistem esses projetos?**

O programa ASAS surgiu da necessidade de identificar quais as principais dificuldades da fixação de população nas regiões rurais, quais os principais alicerces que o desenvolvimento rural deverá assentar assim como identificar bons exemplos dessa valorização.

Mais concretamente para a tua dissertação os principais constrangimentos que nós identificamos no projeto para o desenvolvimento rural foram:

- A perda de serviços no interior. As pessoas fixam-se onde há condições de vida. Mesmo com ligação em rede proporcionada pela internet, se não tiveres uma escola para por o teu filho ou se o hospital de emergência fica a uma hora da tua localidade começas a ponderar se vale a pena viveres lá. Para não falar no emprego, as pessoas fixam-se onde têm trabalho.
- A perda de identidade e de autossustentabilidade. Há 20 anos atrás quem vivia no interior tinha a sua horta e as suas galinhas e produziam parte dos seus produtos que serviam de subsistência. Com o aumento da globalização as pessoas criaram o hábito de comprar tudo feito porque dá menos trabalho, e porque se publicita, gastando mais dinheiro e perdendo parte dos hábitos.
- A resistência ao que é novo. É muito difícil convencer as pessoas à mudança. O ser humano é cheio de hábitos então nas aldeias mais isoladas a aceitação da mudança ainda é mais dificultada.
- Nos meios rurais ainda há muito a “paixão” política e as pessoas não se informam, gostam do projeto A porque foi o partido que elas sempre se identificaram, não porque realmente é uma mais-valia. É como o caso das parcerias criadas entre entidades ou associações. Por norma a durabilidade destas parcerias depende dos mandatos políticos.
- Ainda no seguimento do abandono dos serviços nos territórios isolados, uma das dificuldades que também identificamos é o facto de as políticas aplicadas em territórios rurais não serem diferenciadas das dos territórios urbanos. Essa uniformização contribui para o desajuste de muitas medidas aplicadas. Este problema também se ocorre quando falamos da dinamização dos territórios rurais feito por parte de entidades que não conhecem o contexto dos territórios e populações e acham que a forma de “animação” destes territórios e destas pessoas pode ser feito da mesma forma como em zonas urbanas. Surge o problema das iniciativas surgirem de cima para baixo e não de baixo para cima.